

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E TEOLOGIA**

EDUARDO TRACCI

**VOCAÇÃO, GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO AO PRÓXIMO:
conceitos teológicos e implicações práticas da ética protestante do trabalho**

São Paulo
2018

EDUARDO TRACCI

VOCAÇÃO, GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO AO PRÓXIMO:
conceitos teológicos e implicações práticas da ética protestante do trabalho

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Leite de Moraes

São Paulo
2018

T759v Tracci, Eduardo

Vocação, glória de Deus e serviço ao próximo: conceitos teológicos e implicações práticas da ética protestante do trabalho / Eduardo Tracci – 2018.

103 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Leite de Moraes

Bibliografia: f. 97-103

1. Ética protestante do trabalho 2. Vocação 3. Serviço a Deus
4. Serviço ao próximo I. Moraes, Gerson Leite de, orientador II. Título

LC BJ1251

Bibliotecário Responsável: Eliezer Lírio dos Santos – CRB/8 6779

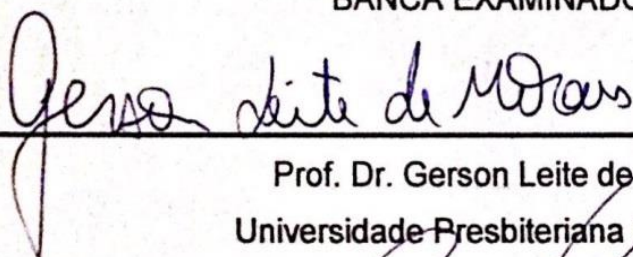
EDUARDO TRACCI

VOCAÇÃO, GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO AO PRÓXIMO:
conceitos teológicos e implicações práticas da ética protestante do trabalho

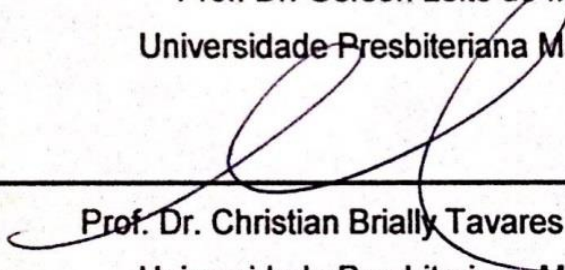
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências da Religião.

Aprovado em 02 de Agosto de 2018.

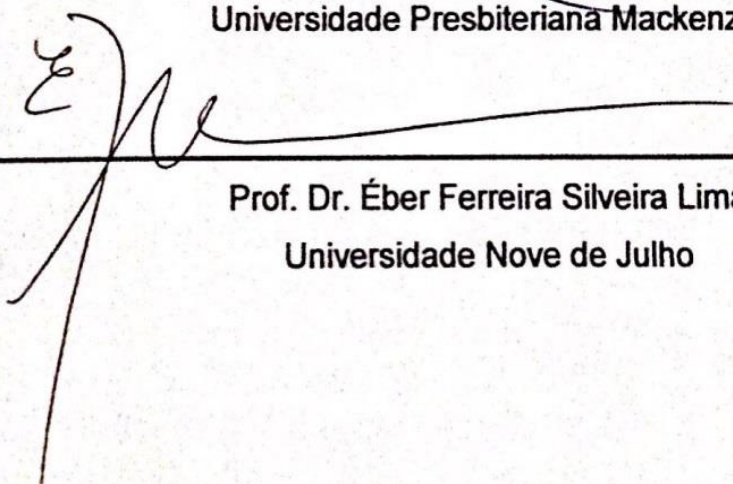
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gerson Leite de Moraes
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Christian Brially Tavares de Medeiros
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Éber Ferreira Silveira Lima
Universidade Nove de Julho

Ao meu bondoso Deus, Aquele que soberanamente vocaciona pessoas a fim de que sejam instrumentos de Sua santa providência. Que Ele possa ser glorificado por meio desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Gerson Leite de Moraes, meu orientador, pelas valiosas e importantes orientações e contribuições na elaboração dessa dissertação.

Aos Drs. Christian Brially Tavares de Medeiros e Éber Ferreira Silveira Lima, pelas preciosas sugestões dadas no decorrer do exame de qualificação.

Ao Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa pelo muito que me ensinou durante minha carreira docente, e pelas indicações bibliográficas para o início dessa pesquisa.

Aos meus pais, Mauro Tracci e Yonne Aparecida Guidini Tracci, pelo apoio incondicional nessa etapa de minha vida. Apoio este que permitiu que o sonho do Mestrado se tornasse uma realidade.

Cada época tende a fazer com que seu ponto de vista sobre o trabalho se conforme às práticas sociais prevalecentes. Em uma sociedade baseada na escravidão, os pensadores gregos decidiram que o trabalho era inferior à dignidade das pessoas livres. Na época em que os clérigos dominavam a sociedade, as pessoas se contentaram com um ponto de vista que tornava o trabalho comum o segundo melhor tipo de trabalho. Visto que a civilização ocidental se afastou de suas raízes cristãs, sua ética de trabalho se tornou resolutamente secular e destituída de um fundamento religioso. Deve ser claro que um ponto de vista genuinamente cristão a respeito do trabalho tem de alicerçar-se em algo (a Bíblia) que possui maior autoridade e transcendência do que o mero pensamento humano, não importando quão benéfico seja esse pensamento (Leland Ryken).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise de três conceitos teológicos que se encontram na ética protestante do trabalho. Estes conceitos estão fundamentados nos ensinamentos bíblicos sobre o trabalho, e tiveram uma enorme influência sobre as sociedades que os adotaram. O primeiro conceito é o do trabalho como vocação, o qual afirma que Deus vocaciona pessoas para cumprirem determinados ofícios e, o labor humano, fruto dessa vocação é, na verdade, um instrumento da providência divina. O segundo conceito está relacionado ao fato de que todo trabalho é realizado, antes de tudo, a Deus, e, por isso, Ele é adorado e glorificado por meio dele. Por último, será apresentado o conceito do trabalho como serviço ao próximo, que afirma que o trabalho não é um fim em si mesmo, mas aponta para um objetivo maior que inclui o auxílio ao semelhante. Ao final da análise de cada conceito, serão apresentadas implicações práticas de como eles podem influenciar o labor diário dos trabalhadores.

Palavras-chave: Ética Protestante do Trabalho. Vocação. Serviço a Deus. Serviço ao próximo. Implicações práticas.

ABSTRACT

The present research aims to present an analysis of three theological concepts that are found in protestant work ethic. These concepts are grounded in the biblical teachings on work, and have had a huge influence on the societies that have adopted them. The first concept is that of work as a vocation, which affirms that God calls people to perform certain crafts, and human labor, the fruit of this vocation, is in fact an instrument of divine providence. The second concept is related to the fact that all work is accomplished first of all to God, and therefore He is worshiped and glorified through him. Finally, the concept of work as a service to the neighbor will be presented, which states that work is not an end in itself, but it points to a bigger purpose that includes helping others. At the end of the analysis of each concept, practical implications will be presented of how they can influence the daily labor of workers.

Keywords: Protestant Work Ethic. Vocation. Service to God. Service to Neighbor. Practical implications.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS CONCEITOS DE TRABALHO E DE ÉTICA E SUAS COMPREENSÕES NA HISTÓRIA	14
2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO.....	14
2.2 COMPREENSÃO DE TRABALHO NA HISTÓRIA.....	15
2.3 DEFINIÇÃO DE ÉTICA.....	21
2.4 COMPREENSÃO DE ÉTICA NA HISTÓRIA.....	22
2.5 ÉTICA PROTESTANTE DO TRABALHO.....	24
3 O TRABALHO COMO VOCAÇÃO	29
3.1 O CONCEITO DE VOCAÇÃO.....	29
3.2 PROVIDÊNCIA DIVINA E VOCAÇÃO HUMANA: DEUS AGINDO POR MEIO DO HOMEM.....	37
3.2.1 O cuidado providencial se estende a todos	39
3.2.2 Deus atua por meio de causas secundárias	40
3.2.3 Deus usa pessoas para cuidar de pessoas	40
3.3 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.....	42
3.3.1 Diversas vocações durante a vida	43
3.3.2 Sentimento de dignidade	44
3.3.3 Confiança e gratidão	46
3.3.4 Consolo e ânimo	47
3.3.5 Participação na redenção do mundo	48
4 O TRABALHO COMO SERVIÇO A DEUS	50
4.1 O CONCEITO DE SAGRADO E SUA RELAÇÃO COM O LABOR HUMANO.....	50
4.2 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: NOVA PERSPECTIVA NA REFORMA.....	53
4.3 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: A ÉTICA TEOCÊNTRICA DE JOÃO CALVINO ...	56
4.4 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: TRABALHANDO PARA O REI.....	61
4.5 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: ORA ET LABORA.....	63
4.6 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.....	66
4.6.1 Vivendo e trabalhando <i>coram Deo</i>	67
4.6.2 Trabalhando com fidelidade	69
4.6.3 Trabalhando com excelência	72
5 O TRABALHO COMO SERVIÇO AO PRÓXIMO	75

5.1 RAZÕES PARA O SERVIÇO AO PRÓXIMO.....	75
5.1.1 Porque é uma ordenança divina.....	75
5.1.2 Porque o próximo é portador da imagem divina	76
5.1.3 Porque servir ao próximo é servir a Cristo	77
5.2 VOCAÇÃO, AMOR E SERVIÇO AO PRÓXIMO	79
5.3 TRABALHANDO EM PROL DA COMUNIDADE HUMANA.....	80
5.4 TRABALHANDO POR UM PROPÓSITO MAIS ELEVADO	83
5.5 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.....	84
5.5.1 Servindo ao próximo por meio do trabalho	84
5.5.2 Servindo ao próximo por meio do fruto trabalho	88
5.5.3 Servindo ao próximo por meio da criação de trabalho.....	91
6 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Segundo Pennings (2010, p. 367) “atitudes para com o trabalho ajudam a definir sociedades”. A forma como indivíduos atuam com relação ao trabalho, e a maneira como o mesmo é por eles compreendido, pode afetar negativa ou positivamente a sociedade na qual eles estão inseridos. Na Reforma Protestante, fundamentos religiosos estabeleceram princípios éticos que moldaram a forma como os trabalhadores desempenhavam suas profissões e ofícios. Nesse sentido, é possível pensar em uma ética protestante do trabalho que buscou inculcar nos trabalhadores protestantes uma mentalidade positiva sobre o trabalho que afetou a forma como o mesmo era realizado.

O objetivo dessa pesquisa é o de definir os princípios éticos protestantes sobre o trabalho e analisar quais as mudanças que eles efetuaram na visão sobre o mesmo. Além disso, pretende-se avaliar as possíveis implicações práticas desses conceitos sobre o trabalhador no seu labor diário.

Buscar-se-á demonstrar que, fundamentando-se nas Escrituras cristãs, a Reforma resgatou o conceito cristão de trabalho como algo que deve ser feito para o bem do próximo e para o louvor de Deus. Além disso, houve um resgate por parte dos Reformadores da ideia de trabalho como uma vocação divina, por meio da qual Deus usa os trabalhadores como instrumentos de Sua providência. Contudo, antes de analisar estes conceitos, faz-se necessário conceituar os termos centrais dessa pesquisa, o que será feito no primeiro capítulo.

O propósito do primeiro capítulo é o de apresentar, de forma breve e concisa, as definições dos conceitos de trabalho e de ética, bem como demonstrar a maneira como esses conceitos foram compreendidos no decorrer da história. Por último, será estabelecida a noção de ética protestante do trabalho, apontando para o fato de que ela estabeleceu uma nova perspectiva sobre a forma como o labor humano deveria ser realizado.

Diante disso, as seguintes questões são levantadas: Quais mudanças os conceitos da ética protestante trouxeram na forma como o trabalho era entendido? Como esses conceitos podem ser aplicados na vida dos trabalhadores e quais impactos terão sobre o labor dos mesmos na atualidade?

A fim de responder essas questões, faz-se necessário iniciar uma análise sobre os conceitos da ética protestante do trabalho e sobre suas possíveis implicações práticas para o trabalhador em seu labor diário, levantando a questão de se a aceitação desses conceitos como válidos pode trazer alguma transformação na forma como o trabalho é desenvolvido.

Assim sendo, os capítulos seguintes têm como proposta apresentar uma análise de três conceitos que se encontram na ética protestante do trabalho, a saber: o trabalho como vocação; o trabalho como serviço a Deus; o trabalho como serviço ao próximo. Estes três conceitos não foram escolhidos aleatoriamente. A escolha deles baseia-se no fato de que estão relacionados e se complementam. Portanto, eles precisam ser considerados e definidos a fim de entender como se relacionam.

Além disso, ao final dos capítulos que analisam cada conceito, serão apresentadas algumas implicações práticas de como esses conceitos podem ser aplicados na vida de qualquer trabalhador e quais influências terão sobre o labor do mesmo. Nesse caso, com o termo “implicações práticas”, entende-se o seguinte: efeitos, decorrências e resultados dos conceitos propostos na prática do labor humano diário, indiferentemente da profissão exercida.

Na análise dessa categoria serão levantadas as seguintes questões: a aceitação dos três conceitos da ética protestante do trabalho como válidos e verdadeiros pode trazer alguma mudança na forma como o trabalho é desenvolvido? Se um indivíduo aceitar esses conceitos éticos, isso fará alguma diferença na maneira como ele trabalhará? A teoria conceitual pode ser refletida em atitudes práticas? Assim sendo, a avaliação proposta gira em torno da possibilidade de que os conceitos teóricos possam apontar para uma práxis condizente com os conceitos.

As relações entre religião e sociedade permanecem gerando estudos e discussões. A intenção dessa pesquisa é a de analisar a forma como pressupostos religiosos protestantes contribuíram para uma visão social e ética sobre o trabalho, a fim de apresentar essa análise àqueles que se interessam por essas relações. Essa intenção corresponde à afirmação de Eliade (1992, p. 79) sobre o objetivo último do estudioso das religiões, que segundo ele, é o de compreender o comportamento e a

cosmovisão do homem religioso para depois transmitir esse entendimento de forma compreensível aos outros.

2 OS CONCEITOS DE TRABALHO E DE ÉTICA E SUAS COMPREENSÕES NA HISTÓRIA

Antes de se aprofundar na análise dos três conceitos da ética protestante do trabalho que serão apresentados nessa dissertação, faz-se necessário definir os conceitos de trabalho e ética, bem como explicar, ainda que brevemente, as distintas maneiras de como esses conceitos foram compreendidos na história. Além disso, convém determinar o surgimento do termo “ética protestante do trabalho”, e para tanto, a contribuição de Max Weber será analisada.

2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO

Ainda que não seja fácil determinar a origem do termo “trabalho”, aparentemente, desde o início, o termo teve uma conotação negativa, relacionada a uma atividade não prazerosa. Carmo (2005, p. 21) afirma que

a palavra ‘trabalho’, de origem controversa, remete ao latim *tripalium*, nome do instrumento formado por três estacas utilizado para manter presos bois ou cavalos difíceis de ferrar. No latim vulgar, passa a significar ‘pena ou servidão do homem à natureza’. Mesmo no alemão *arbeit* e no latim *laborar*, significa algo penoso.

Alguns dicionários, entretanto, relacionam o termo *tripalium* a um antigo instrumento de tortura. O Dicionário infopédia (2003-2018), por exemplo, apresenta a seguinte definição do termo:

instrumento romano de tortura formado por três paus aguçados cravados no chão, em forma de tripé piramidal, onde eram amarrados e supliciados os condenados, havendo referência de que, antes ou depois de tal uso, terá servido também como estrutura onde os agricultores batiam as espigas de trigo ou de milho para as desgranar.

Quer seja o *tripalium* um instrumento para prender os animais ou um instrumento de tortura, o fato de que o termo “trabalho” tenha sua origem relacionada a essa palavra latina, parece apontar para a questão de que, a princípio, as atividades laborais eram encaradas como um pesar obrigatório, e não como uma realização agradável e prazenteira.

Em sua definição de trabalho, Carmo (2005, p. 21) o apresenta

como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza com sua inteligência. Entre homem e natureza, há atividades mediadoras: o homem modifica a natureza segundo seu desejo, visando extrair dela sua subsistência. Realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, na realização da atividade, estabelece a base das relações sociais. Dessa forma, a diferença entre o homem e o animal fica evidente, pois o ninho do pássaro ou a casa da abelha, por exemplo, são produto de atividades regidas pelo instinto, programadas, nas quais não há a intervenção racional.

A definição de Carmo ressalta a questão de que o trabalho é uma atividade que envolve racionalidade e inteligência, o que significa que não se trata de uma mera ação ou tarefa física. Além disso, o trabalho também envolve uma intenção transformadora, por meio da qual, a natureza é modificada visando o bem-estar do ser humano.

Mondin (2008, p. 200) também apresenta uma definição de trabalho descrevendo-o como “atividade cansativa com a intenção de modificar as coisas mediante o uso do corpo e de instrumentos”. Por meio do trabalho o homem objetiva transformar o mundo a sua volta, modificando e moldando as coisas nele existentes para seu próprio benefício e proveito. Essa definição apresenta o trabalho como uma atividade intencional e consciente que visa um fim específico. Seguindo essa mesma ideia, Costa (2004, p.117) afirma que o “trabalho pode ser definido como o esforço físico ou intelectual, com vistas a um determinado fim”. Esse esforço visa atender alguma necessidade específica do ser humano, de forma a facilitar sua vida.

2.2 COMPREENSÃO DE TRABALHO NA HISTÓRIA

Ainda que não seja difícil apresentar uma definição de trabalho, a visão e o entendimento sobre o mesmo sempre foram muito variadas. No transcurso da história humana, povos de muitas culturas apresentaram uma visão bastante negativa com relação ao trabalho. Na Grécia Antiga, por exemplo, “a filosofia grega dizia que o corpo era a prisão da alma e o trabalho manual era considerado degradante e apenas para escravos”. (VAN TIL, 2010, p. 256). Por outro lado, Carmo (2005, p. 26) aponta para o fato de que

a noção de trabalho, para os gregos, está diretamente vinculada à rotina da utilização das mãos em contato com utensílios

rudimentares, sem técnica desenvolvida ou criatividade. Muitos defendem que o descaso dos gregos pelo trabalho não ocorria por ser ele manual ou por ser considerado degradante, mas pela sua simplificação, por dispensar qualquer qualificação e por sua característica monótona e suas jornadas de longa duração.

De todos os modos, fica claro que havia na Grécia Antiga um entendimento de que o trabalho era uma atividade inferior, necessária apenas para suprir as necessidades humanas. Essa desvalorização do trabalho por parte dos gregos se deve a alguns motivos expostos por Mondin (2008, p. 199): “concepção platônica do homem; exaltação da vida contemplativa; dureza do trabalho (atividade própria dos escravos)”. Havia uma compreensão de que o labor era inferior ao ócio, pois a plena felicidade não seria alcançada em meio às ocupações laborais, mas no repouso. Dessa forma, o trabalho era visto como indispensável, porém não preferível.

Para Carmo, as sociedades que dependiam da mão-de-obra escrava tinham como características uma visão depreciativa do trabalho e a falta de comprometimento com as invenções técnicas que poderiam aumentar a produtividade laboral. As consequências dessa realidade são apontadas por Carmo (2005, p. 28) quando ele afirma que

quando a mão-de-obra escrava é abundante, prática e barata, não há incentivo à pesquisa e à criação de artefatos mecânicos. O declínio da civilização antiga, influenciado pela expansão da escravatura, deveu-se também ao descaso pela aplicação útil das invenções, acarretando baixa produtividade e alto custo na manutenção de um exército para conter ou sufocar rebeliões escravas.

A civilização romana também era muito dependente do labor escravo, e sua visão sobre o trabalho não diferia muito da visão grega, até mesmo porque os romanos adotaram muitos dos conceitos desenvolvidos pelos gregos. No que diz respeito à visão dos romanos sobre o trabalho e de como essa visão teve certa influência sobre os primeiros cristãos, McGrath (2012, p. 331) comenta que

os patrícios sociais da antiga Roma consideravam o trabalho algo incompatível com sua posição social. Essa atitude negativa em relação ao trabalho refletiu no cristianismo primitivo, em especial, no surgimento do movimento monástico.

Influenciados pela visão dos romanos, vários cristãos das primeiras épocas do cristianismo não tinham uma compreensão positiva acerca do valor do trabalho, e tampouco viam algum propósito divino para o mesmo. Por exemplo,

para Eusébio de Cesareia, a perfeita vida cristã era dedicada a servir a Deus, incontaminada pelo trabalho físico. Quem escolhia uma vida de trabalho era um cristão de segunda categoria. Viver e trabalhar no mundo era desistir do chamado cristão de primeira classe, com tudo o que isso implicava. (McGRATH, 2014, 289-290).

No caso de Agostinho, ainda que sua visão sobre o trabalho não fosse tão negativa, tampouco era positiva. Ele “prevenia contra os males da ociosidade, prescritos no trabalho para os monges, mas apenas como um mal necessário, já que o trabalho era uma punição”. (VAN TIL, 2010, pp. 121-122). Em seu livro *A Cidade de Deus*, Agostinho (2000, p. 2326) escreveu que “o próprio trabalho, mesmo o que é útil, é um castigo”. Havia, portanto, o entendimento sobre a necessidade e a utilidade do trabalho, mas ainda prevalecia uma visão depreciativa em relação ao mesmo.

Uma exceção nesse período pode ser encontrada na visão de São Bento sobre o trabalho. Ele redigiu, em 529, uma Regra Monástica com o objetivo de normatizar a vida e as práticas dos monges do mosteiro de Monte Cassino. A Regra de São Bento trouxe muitas contribuições importantes. Entre elas, Noll (2000, p. 93) menciona a de “conectar uma experiência religiosa elevada com as realidades básicas do trabalho, estudo, alimentação e repouso”. Isso foi importante para evitar uma tendência comum entre muitos monges orientais e muitos religiosos da época, a saber, a de desassociar a experiência religiosa dos elementos comuns da vida humana.

Dos 73 capítulos que compõe a Regra, há sete que tratam especificamente sobre o trabalho no mosteiro, são eles: 31, 32, 35, 48, 50 e 57. No entanto, o tema do trabalho é recorrente em outros capítulos que não abordam essencialmente o assunto. No capítulo 46 é possível ter uma noção dos tipos de tarefas manuais que deveriam ser realizadas pelos monges. Ainda que neste capítulo, Bento não esteja tratando sobre a questão do trabalho, mas sim das faltas cometidas pelos monges, e de como eles deveriam proceder nesse caso, ali aparece uma lista de alguns dos trabalhos que os monges realizavam nos mosteiros. Entre eles, incluem-se o “trabalho na cozinha, no celeiro, [...] na padaria, na horta, ou trabalho em algum ofício”. (BENTO, 1980, p. 29).

No que diz respeito à ordenança sobre o trabalho, Bento (1980, p. 30) assevera que “a ociosidade é inimiga da alma; por isso, em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a leitura espiritual”. Nota-se aqui, que além de apresentar o trabalho como necessário, Bento propõe uma razão teológica para o mesmo. Ele é uma forma de evitar e combater a ociosidade que é pecaminosa.

O fato de Bento apresentar razões teológicas para as práticas monásticas é admitido por Noll (2000, p. 101) quando afirma que “muitas das determinações mais importantes da Regra refletiam justificativas teológicas para práticas monásticas essenciais como, por exemplo, a importância fundamental do trabalho”.

As palavras de Bento de Núrsia expõem claramente uma preocupação espiritual por detrás das exigências físicas, como no caso do trabalho. Por isso, ainda que a Regra pareça ser rígida ao exigir o trabalho manual dos monges, essa rigidez se deve a razões teológicas. Contudo, a rigidez com relação às exigências do trabalho manual não era incoerente nem tampouco radical. São Bento reconhecia que, ao mesmo tempo em que o trabalho era necessário como meio de combater a ociosidade, também deveria ser distribuído de forma a não oprimir àqueles que não gozassem de plenas condições físicas. Nesse sentido, Bento (1980, p. 31) afirma o seguinte:

Aos irmãos enfermos ou delicados designe-se um trabalho ou ofício, de tal sorte que não fiquem ociosos nem sejam oprimidos ou afugentados pela violência do trabalho; a fraqueza desses deve ser levada em consideração pelo Abade.

Além de apresentar o trabalho como necessário, a Regra também aconselha os monges a não o realizarem tristemente. Toda motivação negativa deve ser evitada, e por isso, Bento (1980, p. 30) afirma:

Se, porém, a necessidade do lugar ou a pobreza exigirem que se ocupem, pessoalmente, em colher os produtos da terra, não se entristeçam por isso, porque então são verdadeiros monges se vivem do trabalho de suas mãos, como também os nossos Pais e os Apóstolos.

Para Bento, o trabalho manual não deve ser motivo de tristeza ou pesar, e assim sendo, não deve ser realizado com uma motivação negativa. Ele enobrece

aquele que o realiza, pois viver do trabalho de suas mãos é algo esperado e digno. Inclusive, Bento aponta para o fato de que os verdadeiros monges seriam caracterizados pelo trabalho manual. Ao trabalhar, eles estariam seguindo o exemplo de grandes cristãos do passado, homens cuja piedade deveria ser imitada.

No que diz respeito à relação entre o trabalho e a vida espiritual dos monges, no capítulo 50 da Regra, são estabelecidas as normas para os monges que estão trabalhando longe e, por esta razão, não podem participar dos atos litúrgicos na capela. Bento (1980, p. 31) estabelece que

os irmãos que se encontram em um trabalho tão distante que não podem acorrer na devida hora ao oratório, e tendo o Abade ponderado que assim é, celebrem o Ofício Divino ali mesmo onde trabalham, dobrando os joelhos, com temor divino.

Nota-se que o trabalho físico não isentava os monges de suas responsabilidades espirituais, entretanto, os deveres espirituais tampouco os desobrigava da necessidade de trabalhar manualmente. Ambas as coisas, o trabalho físico e a devoção espiritual, deveriam caminhar juntas. Assim era a vida dos monges nos mosteiros beneditinos, “orando e trabalhando – *ora et labora* – enquanto as estações e anos passavam. Tal padrão exerceu profunda influência sobre o movimento monástico”. (FERREIRA, 2013, p. 111).

A visão sobre o trabalho estabelecida na Regra de São Bento e o esforço laboral dos monges beneditinos beneficiou não somente os mosteiros, mas a sociedade de sua época. González (2011, p. 257) afirma que

os monges beneditinos, em sua dedicação à agricultura, semearam campos que estavam abandonados, derrubaram árvores e, de mil maneiras, deram certa estabilidade a um continente sacudido de forma constante por guerras e rumores de guerras. Quando, em consequência dessas guerras e das migrações em massa que as acompanharam, muita gente sofreu fome, frequentemente eram os monges que podiam alimentá-la com os recursos do seu próprio trabalho.

O entendimento do trabalho como algo necessário e digno foi importante também para o desenvolvimento econômico e a estabilidade financeira das regiões nas quais os mosteiros estavam estabelecidos. Além disso, “essa ênfase no trabalho

[...] contribuiu enormemente para a valorização do trabalho na sociedade ocidental”. (FERREIRA, 2013, p. 111).

Por meio da Regra de São Bento houve uma mudança de paradigma com relação ao trabalho físico. No entendimento de González (2011, p. 257),

os monges beneditinos devolveram ao trabalho a dignidade que tinha perdido entre as classes supostamente mais refinadas. Enquanto os ricos pensavam que o trabalho físico deveria ficar reservado para as classes baixas, supostamente ignorantes e incapazes de elevar-se ao nível dos ricos, os monges, muitos deles provenientes de famílias ricas, mostraram ao mundo que é possível combinar a vida religiosa e intelectual mais rigorosa com o trabalho físico.

Naquela época, a visão que muitos tinham sobre o trabalho era totalmente negativa. Assim sendo, os preceitos estipulados por São Bento contrariaram essa visão, e reforçaram a importância do trabalho manual e físico, mostrando que o mesmo não é oposto à vida religiosa¹. Contudo, a maioria dos cristãos continuou com o entendimento de que o trabalho é um mal necessário.

Todo esse entendimento depreciativo com relação ao trabalho alcançou seu auge durante a Idade Média. Ele era visto por muitos como algo degradante ou como uma mera obrigação necessária para a sobrevivência. O trabalho espiritual ou religioso era visto como superior e mais importante que o trabalho manual. Van Til (2010, p. 256) comenta que

na Idade Média, havia um idealismo místico falso que enfatizava, em excesso, o espiritual, à custa do corpo e da vida natural do homem [...] A vida do homem comum era um círculo desgastante de trabalho pesado, aliviado apenas pelos dias santos da igreja, que se tornaram os feriados laicos, como o *Mardi Gras*.

Nesse período da Idade Média, aqueles que se dedicavam ao trabalho considerado secular eram menosprezados em detrimento dos que se dedicavam integralmente ao serviço religioso, que era considerado prioritário. Esse desprezo e depreciação são comentados por Biéler (1999, p. 118) quando ele explica que

¹ Faz-se necessário notar, entretanto, que apesar da importante visão de Bento sobre a dignidade do trabalho e sobre sua utilidade como uma forma de serviço à comunidade, não houve o entendimento, surgido posteriormente na Reforma, de que o trabalho é uma forma adequada de servir e adorar a Deus.

o trabalho, especialmente o trabalho criador de bens e riquezas, o trabalho manual, se não decaíra mais até o nível do trabalho servil da Antiguidade, foi, todavia, considerado como uma necessidade temporal desprezível como relação aos exercícios da piedade. E aqueles que se dedicavam às atividades econômicas e financeiras, os negociantes e banqueiros, eram particularmente desconsiderados.

No que diz respeito à visão sobre o trabalho na atualidade, para Van Til, o trabalho é aceito simplesmente como um meio para um fim. Ele é um mero instrumento por meio do qual as necessidades humanas podem ser supridas, e os desejos e sonhos de consumo podem ser alcançados. Enquanto a isso, ele afirma que

há um fundamento lógico materialista para a necessidade de trabalho, a saber, para se alimentar. O homem não come para viver, mas vive para comer e consumir, e trabalha para realizar seus desejos na esfera dos apetites animais e das luxúrias da carne. [...] o ponto de vista secular moderno adora o corpo e deseja que o homem se torne um escravo econômico, para ter segurança para o corpo e suas necessidades. (VAN TIL, 2010, p. 256).

2.3 DEFINIÇÃO DE ÉTICA

Convém analisar agora o conceito de ética a partir de seu significado. Segundo Lacueva (2001, p. 272, tradução nossa), o termo “ética”

vem do grego *éthos* = costume e este, por sua vez, de *ethikós* = caráter, maneira de ser. Portanto, a ética tem a ver com os costumes. E, como ‘costumes’ é, em latim *mores*, a ética é chamada também de filosofia moral. É, portanto, a parte da filosofia que trata da moralidade.

A questão da moralidade está presente em todas as culturas, e aponta para o fato de como os seres humanos devem atuar em determinadas situações. Lacueva (2001, p. 272) afirma que “os seres humanos são regidos por determinadas normas de moralidade, de acordo com as quais os homens se tornam dignos de aprovação, caso as cumpram, e de desaprovação e condenação caso as infringam”. Nota-se aqui a questão relacionada ao desejo humano de medir seus atos como certos ou errados, dignos ou indignos. Isso se relaciona a um padrão ético que normatiza as ações e os costumes humanos em cada sociedade.

Na definição de Geisler e Feinberg (1996, p. 281), “a ética é o estudo daquilo

que é certo e daquilo que é errado”. No entanto, nem todos os filósofos estavam de acordo em como o certo e errado, o moral e imoral, devem ser definidos. Por isso, é importante analisar, ainda que brevemente, as distintas formas de como a ética foi compreendida no transcurso da história.

2.4 COMPREENSÃO DE ÉTICA NA HISTÓRIA

Há no ser humano, como ser moral, uma preocupação relacionada a um viver ético em meio à sociedade na qual está inserido. Os valores do indivíduo definem como ele atuará em determinadas situações. Resta saber como surgem esses valores éticos e como eles afetam as ações humanas. Para Sánchez (2003, p. 267),

as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular, pelo seu comportamento moral efetivo. Por isto, existe uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana, social, sujeita historicamente à mudança. Por conseguinte, as doutrinas éticas não podem ser consideradas isoladamente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui propriamente a sua história.

Na Grécia Antiga, por exemplo, os filósofos deram particular atenção aos problemas éticos e apresentaram distintas respostas para as questões relacionadas à moral de acordo ao contexto no qual se encontravam. Sánchez (2003, p. 268) afirma que

as ideias de Sócrates, Platão e Aristóteles neste campo estão relacionadas com a existência de uma comunidade democrática limitada e local (o Estado-cidade ou *polis*), ao passo que a filosofia dos estóicos e dos epicuristas surge quando este tipo de organização social já caducou e a relação entre o indivíduo e a comunidade se apresenta em outros termos.

Enquanto que a ética de Platão e a de Aristóteles estavam vinculadas às suas filosofias políticas, pois “a comunidade social e política é o meio necessário da moral” (SANCHÉZ, 2003, p. 273), a ética dos estóicos e dos epicuristas dissolve a unidade entre moral e política. Para eles, “a moral não mais se define em relação à *polis*, mas ao universo”. (SANCHÉZ, 2003, p. 274). Embora diferentes entre si, essas concepções éticas tinham em comum o fato de não serem autônomas, mas

heterônomas. Uma ética heterônoma é aquela na qual as normas de conduta e a lei que rege a consciência vêm de fora. Nesse sentido, a moralidade se relaciona a um bem supremo último, não sendo, portanto, determinada pelo indivíduo.

Na Idade Moderna, com o Renascimento, surge uma oposição à filosofia medieval. O homem deixa de ser visto em função a Deus, e passa a ocupar o centro da moral. Sánchez (2003, p. 279) comenta que

embora não seja fácil reduzir as múltiplas e variadas doutrinas éticas deste período a um denominador comum, podemos destacar a sua tendência antropocêntrica – em contraste com a ética teocêntrica e teológica da Idade Média – que atinge o seu ponto culminante na ética de Kant.

Para Kant, a ética é autônoma, não imposta por princípios externos ao indivíduo. Ela é categórica, pois as ações devem ser independentes de qualquer causa particular. Trata-se de uma ética *a priori*, pois ela é determinada pela razão, e não pelas experiências. Na ética kantiana, os próprios atos do indivíduo são o objeto da avaliação moral, e o princípio norteador é “sempre fazer o que é devido”. (DEWEESE; MORELAND, 2011, p. 91).

A ética de Kant, conhecida como “imperativo categórico”, ensina que algo é correto quando se pode aplicar a mesma norma a todos os seres humanos, ou seja, quando por meio da norma em questão, é possível criar uma lei universal que será válida a todos. Para que uma ação seja ética, a máxima que a determina deve ser aceita como uma lei que tenha validade universal. Para Kant, o dever é o que caracteriza o ser humano. Esse dever é uma necessidade de atuar respeitando a lei, de forma que, somente as ações dirigidas pelo dever têm validade moral.

Em contraste com essas visões éticas, encontra-se a ética cristã desenvolvida ao longo dos séculos. Apesar de nem todos os teólogos e filósofos cristãos estarem de acordo com todos os pormenores que envolvem as questões éticas, há certo padrão normativo comum a todos eles. Sánchez (2003, p. 276) aponta para o entendimento dos cristãos de que

o homem, como criatura de Deus, tem seu fim último em Deus, que é o seu bem mais alto e o seu valor mais supremo. Deus exige a sua obediência e a sujeição a seus mandamentos, que neste mundo humano, terreno, têm o caráter de imperativos supremos. Assim,

pois, na religião cristã, o que o homem é e o que deve fazer definem-se essencialmente não em relação com uma comunidade humana (como a *polis*) ou com o universo inteiro, mas, antes de tudo, em relação a Deus.

Para o cristão, o fundamento e a fonte do conceito do certo e do moral é o próprio Deus, e essas declarações éticas só podem ser encontradas na Bíblia. Grier (2010, p. 175) afirma que “a filosofia teísta cristã contende que a origem e o padrão de valores é a própria auto-revelação de Deus na Escritura”. Nesse sentido,

a ética cristã é descoberta pelo homem, não criada por ele. Uma diferença marcante entre a ética cristã e a ética não-cristã é que, para o cristão, os valores sobre os quais os princípios morais são baseados não são o resultado de mera decisão humana. Os valores, para o cristão, são determinados por Deus e desvendados pela revelação ao homem. (GEISLER; FEINBERG, 1996, p. 291).

Em resumo, a ética cristã é uma ética heterônoma, pois suas normas de conduta procedem de Deus, e não do indivíduo. Todo seu padrão de moralidade se ajusta a um bem supremo último, o *summum bonum*. Grier (2010, p. 176) aponta para o fato de que “as Escrituras afirmam que, no reino de Deus, *soli Deo gloria* é o bem supremo; então, por definição, este é o valor final da vida cristã”. Desse modo, para a ética cristã, viver a fim de glorificar a Deus por meio de todas as ações da vida é o sinônimo de um viver ético e moral.

2.5 ÉTICA PROTESTANTE DO TRABALHO

O termo “ética protestante do trabalho” não foi cunhado por Lutero ou Calvino. Na verdade, nenhum desses teólogos escreveu tratados éticos sobre o tema. A preocupação deles estava em propagar os ensinamentos bíblicos, e fizeram menções a questões relacionadas ao trabalho e a economia simplesmente à medida que expunham os ensinamentos das Escrituras cristãs que abordavam esses assuntos. No entanto, há nos escritos desses autores princípios éticos que moldam o entendimento sobre o trabalho, e esses princípios foram colocados em prática por muitos protestantes daquela época e de épocas seguintes. Por isso, Costa (2009, p. 349) afirma que “a Reforma resgatou o conceito cristão de trabalho”. Foi defendida a ideia de que o trabalho é algo digno e que, por meio dele, o trabalhador serve a Deus, de forma que, mas do que uma mera ação física, ele tem valor espiritual. Essa

dignidade do trabalho humano é reconhecida por Calvino (2007c, p. 191) quando ele afirma que “não há nenhuma obra tão humilde e tão baixa que não resplandeça diante de Deus e que não seja considerada por Ele preciosíssima”.

No entendimento Protestante, o valor espiritual do trabalho se deve ao fato de que, ao trabalhar, o ser humano está cumprindo com o propósito divino, aquele que Deus determinou para Sua criatura. Costa (2009, p. 365) afirma que “o homem é um ser que trabalha [...] Faz parte da essência do homem trabalhar”. Isso se deve ao fato de que, ao criar o homem, Deus lhe deu a incumbência de trabalhar. O Criador o capacitou e o vocacionou para isso. Se o homem se recusa a trabalhar, ele está contrariando seu Criador e negando sua própria natureza. Em comentário a esse fato, Biéler (1990, p. 523) alega que

para ser um homem autêntico, realizado, em plena posse de sua humanidade, deve o ser humano trabalhar na fé e na obediência a Deus. Tal é sua profunda vocação. É a isto que foi ele chamado, desde a origem, segundo nos indica a narrativa da Criação. Se não trabalha, não responde a esta vocação.

Além disso, é possível asseverar que, no entendimento protestante, por meio do trabalho, o ser humano está seguindo o exemplo do seu Criador, pois

o trabalho do homem é uma imitação do trabalho de Deus, uma participação na criação de Deus e na sua criatividade. Governar, sujeitar, multiplicar, fazer com que as plantas cresçam, fazer coisas - isso é o que Deus faz e, no entanto, Deus destina essas tarefas ao ser humano. (VEITH JUNIOR, 2007, p. 50).

Como visto, apesar de haver na visão protestante um ensino claro e definido sobre o trabalho, o mesmo não era denominado, na época, como “ética protestante do trabalho”. O termo só foi popularizado com Max Weber quando da publicação de seu livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” em 1904-1905, havendo sido posteriormente ampliado pelo autor em 1920.

Weber (2004, p. 29) em sua análise da estratificação social, compreendeu que a mesma tem certa relação com a confissão religiosa. Ele constatou que dentre os empresários, os proprietários de capital, os trabalhadores de mais alta qualificação técnica e de mão-de-obra especializada, a grande maioria eram protestantes. Como exemplo, Weber (2004, pp. 32-33) aponta para a questão de que

os artesãos católicos mostram uma tendência mais acentuada a permanecer no artesanato, tornando-se portanto *mestres* artesãos com frequência relativamente maior, ao passo que os protestantes afluem em medida relativamente maior para as fábricas para aí ocupar os escalões superiores do operariado qualificado e dos postos administrativos. Nesses casos, a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a *peculiaridade espiritual inculcada pela educação*, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional.

O fato apontado por Weber é de que “a peculiaridade espiritual inculcada pela religião” protestante determina a escolha de profissão e o desejo pelo crescimento profissional. Diante disso, faz-se necessário descobrir quais são os princípios éticos protestantes que fundamentam essa realidade. Weber passa, então, a analisar certo tipo de conduta social e econômica que provém de valores religiosos, a qual designa de ética protestante.

Segundo Grudem e Asmus (2016, p. 340), “Weber argumentou que certos traços de personalidade inculcados pelo protestantismo foram responsáveis pelo notável desenvolvimento econômico das nações do norte da Europa e também dos Estados Unidos”. Esses “traços de personalidade” são, na verdade, um conjunto de costumes e hábitos característicos do protestantismo. Para Weber, há um *ethos* peculiar que levou os protestantes a desenvolver uma conduta propícia ao desenvolvimento econômico. Não se trata de uma mera técnica de vida, mas

uma ‘ética’ peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa. O que se ensina aqui não é *apenas* ‘perspicácia nos negócios’ – algo que de resto se encontra com bastante frequência –, mas é um *ethos* que se expressa, e é precisamente *nesta* qualidade que ele nos interessa. (WEBER, 2004, p. 45).

Esse *ethos* protestante é, para Weber (2004, p. 51) “um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ‘ética’”. Trata-se de um conjunto de costumes e comportamentos práticos que conformam um estilo de vida peculiar. Dentre as características relativas ao trabalho desse estilo de vida ético protestante, Weber (2004, p. 55) faz referência à

capacidade de concentração mental bem como a atitude absolutamente central de sentir-se ‘no dever de trabalhar’ [...]

associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de poupança que calcula o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam de maneira excepcional a produtividade.

Além disso, no entendimento de Weber (2004, p. 110), a ética protestante ensinava seus seguidores a que “se devotassem a ideais ascéticos dentro da vida profissional mundana”. Segundo Weber, trata-se de uma ascese vocacional intramundana, na qual o protestante, no desenvolvimento de sua própria profissão e ofício, cumpre com seus deveres a fim de agradar a Deus.

Seguindo a visão de Weber, os trabalhadores que viveram de acordo aos princípios da ética protestante começaram a trabalhar de uma maneira que até então não era tão usual, maneira esta que estava moldada por uma mentalidade diferente sobre o trabalho. Indo além das características apresentadas por Weber, Grudem e Asmus (2016, p. 341) mencionam alguns fatores que estavam presentes nessa mentalidade dos trabalhadores protestantes:

Buscar a profissão como um chamado de Deus; ser capaz de ler; e ser honesto e diligente no trabalho, porque trabalha-se ‘como para o Senhor, e não para os homens’. Além disso, os trabalhadores deveriam ser zelosos com o tempo e o dinheiro (que lhes são confiados por Deus para sua mordomia). Eles deveriam ver a criação e a produção de bens a partir da terra como um chamado de Deus e como algo que podem fazer com alegria e ações de graças. Eles não deveriam ser supersticiosos, mas perceber que Deus criou um mundo ordenado, sujeito à investigação racional. Eles deveriam pensar que novas invenções de produtos a partir da terra devem ser recebidos como maravilhosas bênçãos de Deus.

Todas essas várias características presentes nessa mentalidade da ética protestante promoveram um importante desenvolvimento social e econômico nas sociedades que a adotaram. McGrath (2012, p. 333) reconhece esse ponto ao afirmar que

não foi por acidente que as regiões européias que adotaram o protestantismo logo se viram prosperando economicamente – um desmembramento, não uma consequência pretendida e premeditada, da nova importância religiosa ligada ao trabalho.

Como visto, a ética protestante do trabalho promoveu uma significativa transformação histórica sobre a visão do labor humano. E um dos fatores

imprescindíveis para isso foi a redescoberta do conceito do trabalho como vocação, o que será tratado no próximo capítulo.

3 O TRABALHO COMO VOCAÇÃO

Na época da Reforma, a redescoberta da doutrina bíblica da vocação revolucionou a compreensão sobre o trabalho, e, conseqüentemente, as sociedades que a adotaram foram enormemente beneficiadas. Esse impacto positivo foi sentido também em outras áreas da cultura, pois

a Reforma foi uma época em que a igreja protestante exerceu sua maior influência cultural – na arte, na literatura, na música, assim como nas instituições sociais – e isso também está relacionado à doutrina da vocação. (VEITH JUNIOR, 2007, p. 17).

Por esse motivo, é correto afirmar que dentre os vários elementos que compõem a visão protestante sobre o trabalho, um dos mais importantes é, sem dúvida, a doutrina da vocação. Veith Junior (2007, p. 17) reconhece esse fato ao afirmar que

a Reforma pode ter resultado numa 'ética protestante do trabalho', mas isso não aconteceu devido à pressão de provar a eleição de uma pessoa por meio do seu sucesso neste mundo, como alguns cientistas sociais afirmam sem qualquer fundamento. Pelo contrário, a ética do trabalho surgiu da compreensão do sentido do trabalho e da satisfação e realização que resultam do trabalho humano comum quando visto pela ótica da doutrina da vocação.

3.1 O CONCEITO DE VOCAÇÃO

Na atualidade, o termo "vocação" tem sido usado como sinônimo de talento ou aptidão natural para a execução de alguma tarefa específica. Também é entendido como uma inclinação ou propensão para o exercício de determinada profissão. No entanto, o uso atual do termo distancia-se do significado usado pelos reformadores, pois para eles, tratava-se de um termo teológico que, segundo Veith Junior (2017, p. 14), "reflete um rico conjunto de ensinamento bíblico sobre o trabalho, a família, a sociedade e a vida cristã".

Para o entendimento do vocábulo "vocação", há dois outros termos que devem ser considerados. O termo grego *klesis*, usado no Novo Testamento, e o termo latino *vocatio*, que aparece na Vulgata Latina como tradução de *klesis*. Ambos os termos significam chamado, convite ou convocação.

No Novo Testamento, o termo é usado no sentido de Deus chamar para a salvação aqueles que Ele mesmo destinou, tal como aparece na carta de Paulo aos Romanos, capítulo 8, versículo 30: “E aos que destinou, também chamou; aos que chamou, também justificou; aos que justificou, também glorificou”.

Esse chamado divino para a salvação é denominado, no Breve Catecismo de Westminster² (2001, p. 34), como “vocação eficaz”, e é descrito como sendo

a obra do Espírito Santo, pela qual, convencendo-nos de nosso pecado e de nossa miséria, iluminando nosso entendimento pelo conhecimento de Cristo, e renovando a nossa vontade, nos persuade e habilita a abraçar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no Evangelho.

No entendimento Reformado³, isso aponta para o fato de que todos os que creem em Cristo, assim o fazem porque foram chamados por Deus, por isso, “o chamado de Deus, em primeiro lugar e principalmente, é um chamado para a salvação em Jesus Cristo”. (McKIM, 1999, p. 298). No entanto, há um segundo aspecto do chamado divino, e é exatamente esse aspecto que está relacionado ao ensino sobre o trabalho como vocação. Enquanto a isso, McGrath (2012, p. 332) afirma que

Deus não chama seu povo só para a fé, mas também para expressar essa fé em áreas bem distintas da vida. Essa noção de ‘chamado duplo’ desempenhou um papel especialmente importante no pensamento de William Perkins, que insistia que o indivíduo é chamado, primeiro a ser cristão e, segundo, a viver essa fé no mundo em uma determinada esfera de atividade.

O teólogo puritano William Perkins distinguia entre a vocação divina para a salvação do indivíduo, o que ele denominava de chamado geral, e a vocação divina para o indivíduo realizar determinado ofício, que seria o chamado pessoal. Segundo Perkins (2015, p. 12, tradução nossa) “um chamado pessoal é a execução de algum ofício particular que surge da distinção que Deus faz entre cada homem em todas as sociedades”.

² Um catecismo é um documento redigido em forma de perguntas e respostas que visa apresentar um resumo das crenças cristãs fundamentais. O Breve Catecismo de Westminster foi produzido por teólogos protestantes reformados em 1647 com o propósito de instruir os jovens cristãos sobre sua fé.

³ “Termo que designa a tradição teológica inspirada nas obras de João Calvino (1510-1564) e seus sucessores”. (McGRATH, 2005, p. 658).

Para Perkins, Deus é aquele que ordena a maneira segundo a qual cada ser humano viverá, e isso inclui a função e o papel que esse indivíduo exercerá na sociedade. Ele afirma que “esta ordem e maneira de viver neste mundo é chamada de vocação, porque todo homem deve viver como é chamado por Deus”. (PERKINS, 2015, p. 6).

Diante disso, entende-se que a vocação não é algo que procede do indivíduo, mas de Deus, que é Aquele quem chama e vocaciona cada um. Portanto, mais do que um talento natural, uma inclinação ou uma aptidão para o desenvolvimento de um ofício, a vocação diz respeito ao homem vivendo de acordo com a maneira que Deus determinou que ele vivesse.

Outro aspecto de particular importância para o desenvolvimento do conceito protestante de vocação é o fato de Martinho Lutero ter traduzido o termo grego *klesis* usando a palavra alemã *beruf*, “no sentido de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido”. (WEBER, 2004, p. 71). A ideia de Lutero ao usar esta palavra era salientar o fato de que o trabalho ou a ocupação de qualquer pessoa é um chamado divino. Isso contrariava totalmente a visão comum de sua época, que relacionava o termo *vocatio* unicamente ao chamado para o sacerdócio ou para a vida monástica. De acordo com essa visão, só eram verdadeiramente chamados aqueles que trabalhavam integralmente na igreja. No entanto, segundo Mckim (1999, p. 302), “com Lutero, o foco mudou da Igreja para o indivíduo, na medida em que ele via cada cristão como tendo uma vocação ou chamado. Cada um era chamado para a posição que ocupava, qualquer que fosse ela”.

Nesse sentido, qualquer tipo de trabalho poder ser uma vocação, pois se trata de um chamado de Deus para servi-lo por meio da tarefa realizada. Enquanto a isso, Colson e Percy (2006, p. 336) afirmam que

este princípio se aplica a todas as formas de trabalho, e não apenas ao trabalho remunerado. Lutero encara todas as nossas tarefas e obrigações, incluindo aquelas que temos como pais ou como cidadãos, como sendo um chamado de Deus.

Esta visão dos reformadores de que mesmo o trabalho secular é uma vocação divina, revolucionou a sociedade da época, pois na Idade Média, havia um forte entendimento que promovia uma dicotomia entre a vida sagrada e a vida

secular, entre ocupações espirituais e mundanas. De acordo com essa mentalidade, só seria possível servir a Deus adequadamente quando se estivesse inteiramente consagrado a Seu serviço. Os demais trabalhos seriam não espirituais, e, portanto, de segunda classe. Lutero, porém, “rejeitava completamente a noção de que os monges e o clero estariam engajados no trabalho sagrado mais do que os donos de loja ou as donas de casa”. (COLSON; PEARCEY, 2006, p. 180). Ele teve um entendimento de que todas as pessoas, não importando suas ocupações, poderiam agradar igualmente a Deus, pois Ele os havia vocacionado para seus trabalhos. Ao comentar sobre o serviço doméstico, por exemplo, Lutero (1960, p. 349) afirma que o mesmo “não tem aparência de santidade; entretanto, estes mesmos trabalhos em conexão com o lar são mais desejáveis do que todos os trabalhos de todos os monges e freiras”.

Segundo Veith Junior (2007, p. 32), surge, então, uma importante compreensão de “que todas as vocações são iguais perante Deus. Pastores, monges, freiras e papas não são mais santos do que fazendeiros, comerciantes, operários de fábrica ou faxineiros”. Essa compreensão sobre a igualdade das vocações fica bem caracterizada nas seguintes palavras de Lutero (1984, p. 81):

Da mesma forma como aqueles que agora são chamados clérigos ou sacerdotes, bispos ou papas, não são mais dignos ou distintos do que outros cristãos, se não pelo fato de deverem cuidar da palavra de Deus e dos sacramentos – esta é sua ocupação e seu ofício –, também a autoridade secular tem a espada e o açoite na mão, para com eles punir os maus e proteger os retos. Um sapateiro, um ferreiro, lavrador, cada um tem o ofício e a ocupação próprios de seu trabalho. Mesmo assim todos são ordenados sacerdotes e bispos de igual modo [...]

Chewning (2017, p. 214) também apontou para esse fato ao afirmar que “Lutero popularizou o entendimento de que o trabalho é um chamado - o sapateiro, a mãe, o ourives, a leiteira, o fazendeiro, o limpador de chaminés, o marinheiro, todos têm um chamado tão importante quanto o do monge, do cardeal, do papa ou do rei”. Esse entendimento, em vez de rebaixar a ocupação de cardeais ou reis, eleva todas as demais ocupações, que aparentemente são inferiores, ao mesmo patamar de igualdade e dignidade. Ainda que permaneça a compreensão de que cada qual desempenha um ofício ou trabalho diferente de acordo com cada função específica,

surge a concepção de que todos foram igualmente vocacionados por Deus, e por isso, todos são igualmente aceitáveis aos Seus olhos.

A visão de Lutero sobre a vocação contrastava com a visão monástica reinante no período. Há um contraste entre a visão protestante de servir a Deus no mundo por meio do trabalho, e entre a visão monástica de isolar-se do mundo a fim de servir a Deus. McGrath (2014, p. 289) aponta para esse fato ao afirmar que

a ideia monástica de vocação exigia deixar o mundo para trás. Os crentes são 'chamados para fora' do mundo. Os reformadores repudiaram vigorosamente essa ideia. As pessoas são chamadas, em primeiro lugar, para serem cristãs e, em segundo lugar, para viverem sua fé numa esfera bem definida de atividades no mundo.

Essa visão permitiu uma mudança de perspectiva em relação ao trabalho, pois os cristãos que não estavam engajados diretamente nos trabalhos eclesiásticos não precisavam mais se sentir inferiores aos sacerdotes. Terrel (2017, p. 86) afirma que “a ética calvinista de trabalho forneceu uma defesa das ocupações ‘seculares’, para que, nas sociedades influenciadas pelo calvinismo, os comerciantes e industriais fossem menos comumente vistos como cristãos de segunda classe”. Diante disso, as profissões que antes eram vistas com desprezo, passam a ser respeitadas, e todo trabalho honesto passa a ser visto como digno e em nada inferior ao trabalho dos monges, freiras e ministros religiosos.

Essa rejeição da dicotomia entre vocações religiosas e vocações seculares também está presente no entendimento de Perkins (2015, p. 18), quando ele afirma que “a ação de um pastor ao cuidar das ovelhas [...] é um trabalho tão bom diante de Deus como a ação do juiz ao dar uma sentença, ou de um Magistrado ao regulamentar, ou de um Ministro ao pregar”. Essa visão de que todo trabalho é uma vocação dada por Deus aos homens, traz dignidade aos ofícios mais humildes, pois os mesmos passam a ser vistos como igualmente importantes diante de Deus.

É possível afirmar que, o que ocorreu, na verdade, foi que Lutero e os demais Reformadores resgataram a doutrina bíblica da vocação e a desenvolveram com mais precisão. No entendimento deles, esse retorno ao ensino das Escrituras sobre a vocação foi necessário, pois muitos teólogos e mestres cristãos haviam

desprezado, ou até mesmo mal interpretado essa doutrina no decorrer da história eclesiástica.

De grande importância para a mudança de mentalidade com relação ao trabalho e para o entendimento do mesmo como vocação, foram duas redescobertas de ensinamentos bíblicos que estavam até então obscurecidos. A primeira, foi “a redescoberta da ênfase bíblica do mundo material como um presente de Deus para o homem e uma esfera da preocupação de Deus”. (BARCLAY, 2010, p. 94). Segundo esse entendimento, tudo o que há na criação é um dom de Deus para a humanidade, e nela se encontram os recursos necessários para suprir suas necessidades. Portanto, ao trabalhar, o homem está sendo chamado por Deus para usar adequadamente esses recursos e, ao fazer isso, ele está servindo a Deus e aos demais homens. Diante disso, Costa (2014 p.177) afirma que “quando usamos adequadamente os recursos que Deus nos confiou para dominar a terra, estamos cumprindo o propósito da criação, glorificando-o”.

A segunda redescoberta foi a da doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes. McGrath (2012, p. 332) apresenta a compreensão de Lutero sobre essa doutrina mencionando que ele

afirmava que não há diferença genuína de posição entre a ordem ‘espiritual’ e a ‘temporal’. Todos os cristãos são chamados a serem sacerdotes – e podem exercer esse chamado no mundo do dia a dia. A noção de ‘chamado’ foi fundamentalmente redefinida: não dizia mais respeito a ser chamado para servir a Deus deixando o mundo; agora, dizia respeito a servir a Deus no mundo.

Para Lutero, as distinções existentes entre os leigos e o clero não são de cunho espiritual ou de status social, mas meramente de funções e atividades desenvolvidas. Por isso, ele afirma

que leigos, sacerdotes, bispos e, como dizem, espirituais e seculares no fundo verdadeiramente não têm qualquer diferença senão em função do cargo ou da ocupação, e não pelo seu estamento; pois todos eles são do estamento espiritual, autênticos sacerdotes, bispos e papas. Contudo, nem todos têm a mesma ocupação, assim como também entre os sacerdotes e monges nem todos têm a mesma ocupação. (LUTERO, 1989, p. 283).

George (1994, p. 96) reconhece que “Lutero rompeu decisivamente com a divisão tradicional da igreja em duas classes, clero e laicato”. O reformador alemão

compreendeu que essa divisão não encontra apoio no ensino das Escrituras, e que tampouco há embasamento bíblico para a ideia de que possa haver uma elite espiritual com maiores privilégios diante de Deus do que os demais cristãos. No entanto, ao romper com essa divisão, Lutero não estava excluindo a necessidade do ministério pastoral, nem tampouco rejeitando sua necessidade. Para evitar quaisquer equívocos em relação à sua visão, ele escreveu o seguinte:

Aqui perguntas: 'Se todos os que estão na Igreja são sacerdotes, em que sentido se distinguem dos leigos aqueles que agora chamamos de sacerdotes' Respondo: foi feito injustiça a estes vocábulos: 'sacerdote', 'clérigo', 'espiritual', 'eclesiástico', porquanto foram transferidos de todos os demais cristãos para aqueles poucos que agora, por uso prejudicial, são chamados eclesiásticos. Pois a Escritura Sagrada não faz nenhuma diferença entre eles, a não ser que chama ministros, servos, administradores àqueles que agora se jactam de papas, bispos e senhores, que devem servir aos outros com o ministério da Palavra, para que seja ensinada a fé em Cristo e a liberdade dos fiéis. Pois ainda que seja verdade que todos somos sacerdotes de igual modo, mesmo assim não podemos todos servir e ensinar publicamente, nem o devemos. (LUTERO, 1989, pp. 445-446).

Na visão de Lutero, todos os cristãos são sacerdotes e, por tanto, iguais aos olhos de Deus. As diferenças não estão em graus de espiritualidade ou de proximidade com Deus, mas no fato de que cada qual desenvolve funções e ofícios diferentes para a edificação do corpo e para o bem-estar da sociedade. Em concordância com esse fato, e reiterando a posição de Lutero, Veith Junior (2007, p. 15) afirma que

o conceito de 'sacerdócio universal' da Reforma não denigre de forma alguma o ofício pastoral [...] mas ensina igualmente que o leigo também possui vocações, chamados que lhe conferem responsabilidades sagradas, autoridade e bênçãos [...] O 'sacerdócio universal' não transforma todos em cooperadores da igreja, mas, em vez disso, faz com que todo tipo de trabalho seja uma vocação sagrada.

Essa doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes muito contribuiu para o entendimento de que todo tipo de labor humano é uma vocação dada ao homem por Deus. Isso afetou positivamente a visão sobre o trabalho e trouxe importantes repercussões sociais. Confirmando essa realidade, Junghans (2001, pp. 52-53) comenta que Lutero

pôs de lado o ensinamento sobre uma dupla ética para dois estamentos de cristãos e operou uma sobrevalorização do trabalho cotidiano. O trabalho não foi compreendido apenas como castigo pela queda de Eva e Adão em pecado, mas como cooperação com Deus para a preservação da criação. Essa revalorização do trabalho, ligada ao retorno de homens e mulheres dos conventos para a vida cotidiana, bem como a abolição de festas dedicadas aos santos – em Nuremberg eram cerca de 50 dias ao ano –, acarretaram um considerável aumento da produção, ou seja, teve grandes consequências ético-sociais e econômicas.

No entendimento dos reformadores, a Reforma foi uma época de redescobertas de doutrinas bíblicas até então esquecidas, menosprezadas ou mal compreendidas. Foi um movimento *ad fontes*, uma época de retorno às fontes das Escrituras. E no centro disso tudo estava a visão do controle soberano de Deus sobre a criação. Para os reformadores, o homem nunca foi o centro. A Reforma foi um movimento teocêntrico que visava exaltar a glória de Deus. Por isso, a doutrina da vocação, em última instância, aponta para Deus e não para o homem. Enquanto a isso, Veith Junior (2007, p. 9) afirma que “para Lutero, vocação, como tudo o mais em sua teologia, não é tanto uma questão do que *nós* fazemos, mas sim uma questão do que *Deus* faz em nós e por nosso intermédio”. A fim de entender melhor essa realidade, faz-se necessário compreender a relação que há entre a doutrina protestante Reformada da providência divina e a doutrina da vocação humana.

Os puritanos, herdeiros da tradição Reformada, também compreendiam que a vocação estava relacionada com a providência de Deus. Ryken (2013, p. 69), resumindo a visão puritana da vocação, afirma que ela

cobria um conjunto de ideias correlatas: a providência de Deus em arranjar tarefas humanas, trabalho como resposta de um mordomo a Deus, contentamento com as tarefas pessoais e lealdade à vocação pessoal

Nesse sentido, o trabalho humano tem um aspecto de mordomia, por meio da qual Deus é servido, e esse serviço é uma resposta humana à vocação divina dada aos seres humanos por meio de Sua providência. E é exatamente por meio de Sua providência que Deus distribui as tarefas e ofícios que serão realizados, a fim de que Ele atue por meio dos seres humanos visando o cuidado de todo o restante da humanidade.

Essa relação entre providência divina e vocação humana é um importante aspecto da ética protestante do trabalho que será analisado a seguir.

3.2 PROVIDÊNCIA DIVINA E VOCAÇÃO HUMANA: DEUS AGINDO POR MEIO DO HOMEM

A visão Reformada sobre a doutrina da providência divina tem forte relação com a ética protestante do trabalho, em particular, com o entendimento sobre a vocação. Entretanto, antes de comentar como a visão Reformada da doutrina da providência afeta a visão sobre a vocação, faz-se necessário apresentar, ainda que brevemente, essa doutrina. O correto entendimento da doutrina da providência é extremamente importante para que equívocos sejam evitados. George (1994, p. 205) afirma que “Calvino distinguia sua visão da providência de dois equívocos populares”. O primeiro equívoco é pensar que Deus meramente prevê todos os acontecimentos, mas não interfere absolutamente em nada. As consequências e os desdobramentos dos eventos ocorreram inevitavelmente sem a interferência divina. Nesse caso, esse Deus que prevê tudo, mas não interfere em nada, é um mero espectador. Outro equívoco consiste na afirmação de que Deus permite que os eventos ocorram da forma como ocorrerem. Deus não é simplesmente um espectador. As coisas acontecem segundo Sua permissão, no entanto, nada do que acontece, acontece por uma ação divina direta.

Segundo a visão Reformada, tanto a ideia da “mera previsão” como a da “mera permissão” são contrárias ao ensino bíblico sobre Deus. Elas negam a Deus o que as Escrituras lhe atribuem: “um compromisso vigilante, eficaz, ativo, incessante, com o governo do mundo que ele havia criado”. (GEORGE, 1994, p. 205). Beeke (2010, p. 57) afirma que para fazer jus ao ensino bíblico é necessário reconhecer o fato de que “o universo é governado não pelo acaso ou pelo destino, e sim pelo governo completo e soberano de Deus”.

De acordo com Turretini (2011, p. 617), o significado do termo providência abarca “o conhecimento da mente, o decreto da vontade e a administração eficaz das coisas decretadas; conhecimento que dirige, vontade que ordena e poder que cumpre”. Isso significa que Deus prevê, provê e executa. Ele é o Senhor soberano

do Universo que mantém todas as coisas sob Seu estrito controle. Reconhecer esse fato está no cerne da teologia Reformada. Por isso, Beeke (2010, p. 57) afirma que “ser reformado significa enfatizar o abrangente, soberano e amoroso senhorio de Deus sobre todas as coisas: cada área da criação, todos os esforços das criaturas e cada aspecto da vida do crente”.

A doutrina Reformada da providência divina diz respeito à maneira como Deus se relaciona com Sua criação, preservando-a, dirigindo-a e controlando-a continuamente. Isso significa que não só a origem de todas as coisas, mas também a continuação delas se devem à vontade e à atividade divina. Nada do que foi criado por Deus continuaria existindo se não fosse pela providência divina. Calvino (2007b, pp. 184-185) afirma que Deus, além de Criador

é moderador e conservador perpétuo, e isso, não acionando com certo movimento universal tal máquina e cada uma de suas partes, mas sustentando, protegendo e cuidando, com certa singular providência, cada uma das coisas que criou, até o menor pássaro.

Turretini (2011, p. 640) assevera que “tudo quanto ele [Deus] decretou, ele executa, e tudo quanto ele realiza no tempo, ele decretou desde a eternidade”. Isso significa que todos os planos elaborados por Deus na eternidade têm sua execução real ocorrida no tempo por meio de sua providência, ou seja, tudo o que acontece no Universo criado por Deus acontece porque Ele assim o determinou.

George (1994, pp. 209-210) apresenta o fato de que Calvino distinguia três aspectos da providência, a saber: a providência geral, a providência especial e a providência particular aos eleitos.

A providência geral diz respeito ao controle divino sobre a natureza, por meio do qual Deus governa tudo quanto criou. Em relação a isso, Calvino (1990, pp. 24-25) afirma que Deus “dirige tudo com sua providência, governando com sua vontade e conduzindo com sua força e com o poder de sua mão [...] Ele cuida, sustenta e vivifica perpetuamente tudo o que criou”.

A providência especial diz respeito à maneira como Deus se relaciona com a comunidade humana distribuindo seus dons e dádivas entre os homens, justos e pecadores, indistintamente. Nesse aspecto está incluída a ideia da graça comum

que Deus concede a todos sem exceção. O propósito divino é o de exercer cuidado e domínio sobre todos os seres humanos. Para Calvino (1999, p. 135, tradução nossa), é por meio de Sua providência “que Deus cuida da linhagem humana”.

Já a providência particular aos eleitos, refere-se à maneira como Deus opera sobre Seus filhos, guiando, reinando e habitando neles por meio do Espírito Santo. Esse aspecto da providência está relacionado à maneira que Deus se relaciona com Sua Igreja. Nesse sentido, Calvino (1999, p. 141) entende que, “pelo fato de Deus ter escolhido a Igreja como Sua morada, não há dúvida alguma que Ele deseje mostrar com exemplos especiais a solicitude paternal com a qual a governa”.

É exatamente o segundo aspecto da providência, chamado por Calvino de providência especial, que tem forte relação com a doutrina da vocação, e objetivando uma melhor compreensão dessa relação, há três pontos que devem ser aclarados:

3.2.1 O cuidado providencial se estende a todos

Como anteriormente mencionado, segundo a visão Reformada, Deus, por meio de Sua graça comum, distribui Suas boas dádivas a todos os seres humanos. Graça comum é a graça divina por meio da qual Deus outorga a todas as pessoas, indistintamente, toda sorte de bênçãos que não estão relacionadas à salvação. A Bíblia diz que Deus faz nascer o Seu sol sobre maus e bons e envia chuvas sobre justos e injustos (Mateus 5.45). Diz também que Ele dá do céu chuva e estações frutíferas, concedendo sustento com fartura e enchendo os corações de alegria (Atos 14.17). Deus atua por meio da graça comum de forma que o bem é preservado e a maldade é restringida em toda a criação. Todos os atos de bondade realizados por seres humanos caídos são fruto da graça comum de Deus. Do mesmo modo, Deus restringe a maldade humana por meio de Sua graça, limitando as pessoas para que não sejam tão más quanto poderiam ser. Para Calvino (1999, p. 141),

no que diz respeito aos homens, sejam bons ou maus, se deve reconhecer que seus conselhos, propósitos, intentos, faculdades e empreendimentos estão sob a mão de Deus de tal forma que, em sua vontade está dobrá-los ou reprimi-los quando quiser.

Dessa forma, segundo Veith Junior (2007, p. 28) é possível “perceber que o poder de Deus e o seu cuidado providencial vai além da Igreja, que ele reina na

esfera secular, mesmo entre aqueles que se rebelam contra ele”. Segundo esse entendimento, Deus é o cuidador e o provedor de todo o Universo por Ele criado, o que inclui todos os seres humanos.

3.2.2 Deus atua por meio de causas secundárias

Ainda que Calvino acreditasse que Deus é a causa principal de todas as coisas, ele não rejeitava o fato de que Deus usa instrumentos para o cumprimento de Seus santos desígnios. George (1994, p. 206) afirma que para Calvino,

a interação direta de Deus com o mundo não significa que ele não poderia usar também causas secundárias para efetuar sua vontade. De fato, elas desempenhavam um importante papel no desdobramento dos propósitos de Deus.

Isso significa que Aquele que é a causa primária de todas as coisas, usa causas secundárias para a realização de Seus propósitos eternos. O mesmo Deus que decretou produzir algum “efeito pela ação da providência, decretou igualmente levá-la a bom termo pela intervenção dos meios e das causas secundárias”. (TURRETINI, 2011, p. 621).

Na compreensão dos Reformadores, Deus tem o total domínio tanto sobre o mundo espiritual como sobre o mundo material. Ele é Senhor do reino espiritual e do reino terreno, e governa sobre ambos os reinos usando para este fim os meios que lhe apraz. No caso do reino espiritual, Deus usa instrumentos para trazer pecadores a esse reino. Deus usa os meios de graça, usa a igreja e os ministros do evangelho. Ele usa aqueles que Ele mesmo vocacionou para cuidar de Seu rebanho. No reino terreno, Deus faz a mesma coisa. Ele usa as leis naturais para governar e cuidar do mundo que Ele mesmo criou, e também usa as vocações como instrumentos de Sua providência. Enquanto a isso, Veith Junior (2007, p. 24) afirma que

Ele age no chamado mundo secular por meio da vocação. Ou seja, ele institui famílias, trabalho e sociedades organizadas, dando aos seres humanos papéis específicos para desempenhar no seu vasto sistema.

3.2.3 Deus usa pessoas para cuidar de pessoas

A doutrina Reformada da providência aponta para o fato de que Deus cuida de pessoas e usa pessoas para esse cuidado. As criaturas são os instrumentos que Deus usa para a execução de Suas obras (TURRETINI, 2011, p. 641). Ele exercita

Sua providência por meio de seres humanos por Ele vocacionados para as mais distintas tarefas. Por isso, é correto afirmar que “Deus age na vocação do homem”. (VEITH JUNIOR, 2007, p. 25). Essa é a forma como Ele decidiu agir, usando meios para o cumprimento de Seus fins. Isso aponta para a realidade de que,

normalmente, [Deus] dá os seus dons de cura, não por meio de milagres diretos (embora ele possa), mas por meio da vocação dos médicos. Ele proclama a sua palavra por meio dos pastores. Ele ensina por meio dos professores. Ele cria as belas e importantes obras por meio dos artistas humanos, aos quais ele deu talentos. (VEITH JUNIOR apud KLUCK, 2013, p. 131).

A relação existente entre doutrina Reformada da providência e a doutrina da vocação encontra-se, de acordo com Veith Junior (2007, p. 52), no fato de que “Deus chama pessoas diferentes para diferentes tipos de trabalho como parte do seu domínio sobre o mundo. O próprio Deus está agindo no trabalho do homem, por meio do poder da sua providência”. E isso diz respeito a Deus suprindo as necessidades dos seres humanos, ainda que não diretamente, mas por intermédio de outros seres humanos.

Nessa atuação divina de vocacionar pessoas, Deus usa a todos indistintamente. Ele distribui talentos, vocacionando a todos os seres humanos para que, por meio de seus trabalhos, possam servir-se mutuamente. Nesse sentido, Horton (2006, p. 134-135) afirma que

esse chamado secular é um dom divino, dado tanto aos crentes como aos incrédulos. Os cristãos não são os únicos dotados para determinada vocação, mas são responsáveis de uma maneira única, por exercer o chamado com diligência e fidelidade.

Em comentário à visão de Calvino sobre esse assunto, Olasky (2011, pp. 84-85) aponta para a questão de que

Calvino enfatizou o domínio [de Deus] sobre toda a criação, não apenas sobre o campo eclesiástico [...] Calvino viu Deus como apontando com seu dedo e dizendo a cada indivíduo: “Quero que você viva desta ou desta maneira”. *Cada pessoa e toda pessoa*, não apenas o sacerdote, tem uma vocação dada por Deus que é boa e proveitosa para o bem comum.

Com o propósito de alimentar, abrigar, proteger e sustentar Suas criaturas, Deus usará outras criaturas. Nesse sentido, o trabalho humano é um instrumento da

providência divina (BIÉLER, 1990, p. 522). Por isso, em relação à doutrina da vocação, Veith Junior (2007, p. 11) assevera que “Deus decidiu agir por intermédio dos seres humanos, que, com as suas diferentes habilidades e de acordo com seus diferentes talentos, servem uns aos outros. Essa é a doutrina da vocação”.

Diante disso, segundo a visão Reformada, conclui-se que, quando alguém come um alimento comprado em um supermercado, ele está sendo alimentado por Deus e não por quem produziu este alimento. Da mesma forma, quando alguém compra uma vestimenta e a usa para se aquecer no inverno, Deus, e não o produtor da vestimenta, é quem está abrigando essa pessoa. É verdade que Ele está fazendo isso indiretamente. É certo que Ele está usando meios. No entanto, não deixa de ser verdade o fato de que Deus é o único Senhor soberano do Universo, Aquele que não somente o criou, mas o sustenta pelo Seu poder, mantendo-o, governando-o, e provendo vida e sustento para Suas criaturas. “Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém”. (Romanos 11.36).

É exatamente por causa desse entendimento que Veith Junior (2007, p. 48) conclui que “a doutrina da vocação, embora tenha a ver com o trabalho do homem, refere-se essencialmente à obra de Deus e ao modo como Deus age na nossa vida e por intermédio dela”.

3.3 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Quais seriam as implicações práticas sobre o trabalhador no seu labor diário desse conceito da ética protestante do trabalho como vocação? O correto entendimento dessa doutrina pode trazer algum benefício para o cristão no desenvolvimento de suas tarefas laborais? A resposta para esses questionamentos deve ser positiva. No entanto, convém salientar que as implicações dessa doutrina não estão relacionadas somente ao trabalho, elas afetam a vida como um todo, em todas as suas esferas. Segundo Veith Junior (2007, p. 14),

a doutrina da vocação equivale à doutrina abrangente da vida cristã, no que diz respeito à fé e à santificação, à graça e às boas obras. É a chave para a ética cristã. Ela mostra como os cristãos podem influenciar a cultura. Ela transforma a vida cotidiana comum com a presença de Deus.

Diante disso, a seguir, serão apresentadas cinco possíveis implicações práticas que o conceito de trabalho como vocação pode trazer para o trabalhador que aceita o fato de que seu labor é uma resposta a uma vocação divina.

3.3.1 Diversas vocações durante a vida

Em primeiro lugar, deve-se entender que umas das implicações práticas da doutrina da vocação está relacionada à quantidade de vocações que determinada pessoa pode exercer no transcurso de sua vida.

Em relação a isso, pode-se questionar o seguinte: O fato de que Deus tenha vocacionado alguém para determinado trabalho, significa que ele terá que desempenhá-lo por toda sua vida, sem jamais poder mudar de ocupação? A doutrina da vocação ensina que cada indivíduo terá uma única vocação sem possibilidade alguma de mudança? McKim (1999, p. 303) responde a essa questão de forma negativa asseverando que

Deus nos chama a diversas formas de serviço nas várias épocas [...] Não precisamos necessariamente crer que serviremos a Deus somente em uma profissão ou em uma ocupação ou uma vocação ao longo de toda a nossa vida.

O ensino de Calvino também concorda com essa visão. Em seu comentário sobre o texto bíblico de 1 Coríntios 7.20, que afirma que “cada um deve permanecer na condição em que foi chamado por Deus”, ele escreve o seguinte:

Aqui, porém, alguém poderá perguntar se Paulo desejava impor alguma obrigação sobre o povo, pois o que ele diz parece sugerir que cada um se acha atado a sua vocação, e não pode descartá-la por outra. Ora, seria pedir demais que um alfaiate se permitisse aprender outro ofício, ou a um mercador mudar para a agricultura. A isso respondo que essa não foi a intenção do apóstolo, pois ele apenas deseja corrigir a irrefletida avidez que impele alguns a mudar sua condição sem qualquer razão plausível [...] (CALVINO, 2003, p. 224)

No entanto, a falta de compreensão sobre a doutrina da vocação levou muitos a pensarem de forma equivocada a esse respeito. Plantinga (2008, p. 121) afirma que

houve uma época em que as pessoas nasciam para as ocupações e, assim, um filho de um fazendeiro, por exemplo deveria naturalmente assumir a fazenda da família. Se ele pretendesse fazer alguma coisa

diferente em sua vida recebia reações estranhas ou, o que era pior, era considerado um traidor. No entanto, [...] os cristãos reformados dos séculos 16 e 17 rejeitaram essa ideia antiga de que nós nascemos apenas para fazer uma única coisa – ser um açougueiro, ou um padeiro, um fabricante de velas. Em vez disso, cada um de nós deve procurar uma ocupação que seja intrinsecamente valiosa e naturalmente adequada às nossas condições, de tal modo que, por meio dela, façamos uma contribuição ao tesouro do reino.

Conclui-se, então, que é perfeitamente factível e provável que cada indivíduo tenha várias vocações no decorrer de sua vida. Além disso, é possível afirmar que determinada pessoa pode possuir várias vocações ao mesmo tempo, e em várias áreas que vão além do trabalho. Isso inclui vocações na sociedade, na família e na igreja. Veith Junior (2007, p. 39) apresenta alguns possíveis exemplos, ao assegurar que

alguém que já se aposentou pode não estar mais no mercado de trabalho, mas ainda pode continuar sua vocação como avô, como cidadão consciente e talvez como presbítero em sua igreja. Algumas pessoas encontram sua vocação em áreas diferentes da que trabalham – uma mulher que recusa um emprego para se dedicar a cuidar de seus filhos; o homem rico, que é financeiramente independente e que não precisa trabalhar, por isso se dedica à filantropia; o idoso inválido que devota sua energia, como cristão, à oração.

3.3.2 Sentimento de dignidade

Uma segunda implicação prática está relacionada ao surgimento de um sentimento de dignidade em relação ao trabalho. Este sentimento está atrelado ao próprio fato de que o trabalho é digno, pois se trata de uma reação humana a um chamado divino. Biéler (1999, p. 124) explica essa realidade ao afirmar que

a dignidade do trabalho humano, quando em conformidade com o desígnio de Deus, atém-se ao fato de que ele é, de certa forma, o prolongamento do trabalho que o próprio Deus empreende para a manutenção de suas criaturas. É a resposta à vocação que este Deus lhes dirige para que elas se utilizem das riquezas da criação, postas por ele, gratuitamente, à disposição delas.

Para Biéler (1999, p. 126), o trabalho “é obra pela qual o homem se realiza correspondendo à vocação que Deus lhe dirige”. Esse sentimento de realização está vinculado ao cumprimento do chamado divino. Quando o homem reconhece que seu trabalho é uma resposta à vocação outorgada por Deus, ele entende que as tarefas laborais por ele realizadas fazem parte de um propósito maior e mais significativo.

Mais do que uma simples forma de gerar recursos, o trabalho humano é consequência de uma vocação divina e, portanto, ele envolve uma dimensão espiritual.

O reconhecimento de que Deus chamou e vocacionou alguém para realizar determinado trabalho gera, além de um sentimento de responsabilidade, um sentimento de realização e de dignidade. Barclay (2010, p. 93) afirma que a Reforma

levou a uma visão que qualquer trabalho poderia ser uma *vocação* – um chamado do próprio Deus. O trabalho mais humilde foi imediatamente elevado a outro nível, e poderia ser feito com entusiasmo renovado, pois Deus se importou com isso e nos chamou para realizar essa tarefa.

Essa ideia do trabalho como sendo uma vocação vinda diretamente de Deus muda a perspectiva do indivíduo com relação à importância e significância de suas atividades laborais, não importando quais sejam. Por isso, Calvino (2008b, p. 84) disse que

se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou demasiadamente simples que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus.

Por causa dessa visão, mesmo os ofícios mais humildes passam a ser vistos como dignos. Em relação a isso, Perkins (2015, p. 18) afirma o seguinte:

Por exemplo, um homem é por profissão um pastor de ovelhas; a vocação é humilde e comum, e seus deveres são simples; todavia, se há graça para usar corretamente essa vocação, seus deveres são boas obras diante de Deus. Eles foram feitos com obediência consciente a Deus, para a Sua glória e para o bem do Mestre. A humildade da vocação não rebaixa a bondade do trabalho. Porque Deus não olha para a grandiosidade do trabalho, mas para o coração do trabalhador.

Segundo a ética protestante do trabalho, quando um indivíduo reconhece o chamado de Deus em sua vida para a realização de determinado ofício, surge um entendimento de que, não importando qual seja esse trabalho, ele é digno aos olhos do Senhor, pois “todo trabalho tem dignidade, como uma expressão da imagem divina”. (COLSON; PEARCEY, 2006, p. 175).

Diante disso, nasce, então, um sentimento de dignidade que auxiliará o trabalhador a realizar seu trabalho da melhor maneira possível, pois “a doutrina da vocação ajuda os cristãos a enxergar significado nos trabalhos corriqueiros”. (VEITH JUNIOR, 2007, p. 49). Isso produzirá a satisfação de trabalhar, pois o trabalho realizado, por mais simples que seja, é uma resposta a um chamado divino, e, portanto, possui um significado transcendente. Enquanto a isso, Perkins (2015, p. 16) afirma que “podemos colher maravilhosa satisfação em qualquer tipo de vocação, mesmo que seja apenas a de varrer a casa, ou a de cuidar de ovelhas”. Em suma, não há trabalho insignificante ou desprezível, desde que o mesmo seja realizado como uma atividade responsiva à vocação ordenada por Deus ao homem.

3.3.3 Confiança e gratidão

Uma terceira implicação da doutrina da vocação está relacionada às atitudes que o trabalhador deve ter em relação a Deus. Segundo a ética protestante, o cristão que entende que foi vocacionado por Deus para desempenhar determinado trabalho deve fazer isso com uma atitude de confiança e gratidão, e o correto entendimento da doutrina da vocação produz essas atitudes. Kluck (2013, p. 138) afirma que

trabalhar [...] é uma oportunidade para confiar em Deus (Senhor, por favor, dê o sustento para a minha família), agradecer a Deus (Senhor, obrigado pelo trabalho que o Senhor me deu) e amar a Deus (Senhor, ajuda-me a trabalhar de tal maneira que possa trazer glória e honra ao seu nome).

Na ética protestante do trabalho entende-se que é necessário confiar em Deus, pois Ele é o provedor de todo o sustento, ainda que faça isso usando causas secundárias. Ele é quem prospera o trabalho das mãos dos trabalhadores para que estes tenham a provisão necessária para suas vidas. Além disso, a doutrina da vocação

também os ajuda a ver o trabalho que fazem sob a perspectiva de que suas obras não os salvam, mas que eles descansam na graça de Deus que, em troca, age por intermédio dessas mesmas obras para amar os seus semelhantes e servir a eles (VEITH JUNIOR, 2007, p. 49).

Da mesma forma que se deve confiar em Deus para que Ele dê o sustento como fruto e resultado do trabalho feito, deve-se também, agradecer ao Senhor pela

provisão recebida. Essa gratidão surge do entendimento de que toda boa dádiva procede de Deus. Tanto a vocação para o trabalho específico que está sendo desenvolvido, como os frutos decorrentes desse trabalho são concedidos diretamente por Deus. Por isso, segundo Calvino (2008b, p. 44), “um verdadeiro cristão não deverá atribuir nenhuma prosperidade à sua própria diligência, trabalho ou boa sorte, mas antes ter sempre presente que Deus é quem faz prosperar e abençoar”.

No entendimento de Calvino, um verdadeiro sentimento de gratidão surge quando Deus é reconhecido como Aquele que capacita o cristão para o desenvolvimento da vocação para a qual ele foi chamado. Em concordância a esse fato, Veith Junior (2007, p. 17) assegura que

a doutrina da vocação encoraja a atenção aos talentos, à personalidade e à singularidade de cada pessoa. Estes são considerados como dons de Deus, que criou e equipou cada pessoa de um modo diferente para a vocação que ele tinha em mente para a vida de cada uma delas.

Em suma, na visão protestante, Deus deve ser reconhecido como o doador e provedor de todos os dons e bênçãos, e isso levará o trabalhador a confiar nele e agradecê-lo, engrandecendo Sua bondade. Em relação a isso, o conselho de Calvino (2007c, p. 345) é muito pertinente:

Assim, tudo o que propomos, falamos ou fazemos, tudo no-lo proponhamos, falemos e façamos sob sua mão e vontade e com a esperança de que Ele nos há de ajudar e assistir. Porque o Senhor maldiz a todos aqueles que, confiando em si mesmos ou em outro qualquer, propõem e executam seus conselhos; e aos que, além de sua vontade e sem o invocar, tentam empreender algo [...] E, já se tendo dito que não damos a Deus a honra devida se não o reconhecemos como autor de todo bem, conclui-se que temos que receber todos os favores de sua mão, de tal maneira que, ao fazê-lo, demos continuamente graças a Ele por tais favores; e que não há outro modo possível de gozar dos favores que nos faz se, por nossa vez, não o glorificarmos e lhe dermos graças por isso.

3.3.4 Consolo e ânimo

O reconhecimento de que o trabalho por alguém desenvolvido é uma vocação e um chamado do próprio Deus ao ser humano, confere consolo e fortaleza para que o trabalhador não esmoreça ou desanime em meio às agruras relacionadas ao labor diário. Essa convicção do chamado divino serve como um

incentivo para desempenhar o trabalho com esforço e ânimo redobrados. Por isso, Calvino (2008b, p. 84) disse que

quando um homem sabe que Deus é seu Guia em todos os planos de sua vida, até mesmo em meio aos seus trabalhos, dificuldades e outras cargas, sente um consolo incomparável. O magistrado levará todas as tarefas de sua oficina com maior entusiasmo. O pai de família cumprirá com seus deveres com mais valor e afinco. Cada pessoa, em sua respectiva esfera de vida, manifestará mais paciência e se sobressairá melhor nas dificuldades, cuidados, misérias e ansiedades de seu caminho, quando estiver convencido de que o Senhor tem posto sobre seus ombros a tarefa que lhe toca.

Calvino reconhecia que cada tipo de trabalho é acompanhado por ansiedades, dificuldades e complicações específicas. A ideia de que o trabalho realizado é uma resposta à vocação divina, não anula essas dificuldades, no entanto, concede ânimo para que o trabalhador possa enfrentá-las com mais valor e perseverança.

Além disso, o entendimento da igualdade das vocações diante de Deus serve de consolo e conforto para aqueles trabalhadores que desempenham serviços que, aos olhos da sociedade são insignificantes ou degradantes. A ética protestante aponta para o fato de que, ainda que determinado trabalho pareça ser inferior ou de menor importância que outro, ele é uma resposta à vocação divina e, portanto, digno, cheio de valor e de significado.

3.3.5 Participação na redenção do mundo

Por último, ainda é possível mencionar que o conceito de vocação da ética protestante do trabalho conduz ao entendimento de que, por meio da vocação, Deus está chamando o cristão a uma participação ativa no processo de redenção do mundo. Isso implica que cada cristão deve exercer um nível acentuado de envolvimento com a criação divina. Por esse motivo, McGrath (2014, p. 289) conclui que

ser um cristão não significa – de fato, *não pode* significar – renunciar ao mundo; pois renunciar ao mundo é renunciar ao Deus que o criou de forma tão maravilhosa. Embora caído, o mundo não é mau. O cristão é chamado a trabalhar no mundo de modo a redimir o mundo. O compromisso com o mundo é um aspecto vital na concretização da doutrina cristã da redenção. Deixar de se comprometer com o mundo

e em trabalhar nele equivale a declarar que ele não pode e não deve ser redimido.

Segundo essa visão, o mundo foi afetado por causa do pecado e, portanto precisa ser redimido. Ainda que essa redenção só ocorrerá total e plenamente em um tempo futuro determinado por Deus, ela já está em processo, e para tanto, Deus usa Seus filhos para a transformação do mundo. Os cristãos têm, portanto, uma meta redentora que abrange todas as áreas da vida humana nesse mundo.

Na Teologia Reformada, há uma ênfase no que é conhecido como Mandato Cultural⁴. Trata-se, segundo Boice (1999, p. 1556), da “obrigação de os cristãos viverem ativamente em sociedade e de trabalharem para a transformação do mundo e suas culturas”. A partir desse entendimento, cada cristão deve envolver-se com o mundo, trabalhando a fim de promover mudanças benéficas que o afetem positivamente. Isso deve ser feito como uma resposta à vocação que Deus dá a cada indivíduo.

No que diz respeito a esse aspecto da doutrina da vocação, Terrel (2017, p. 87) afirma que “a ideia do chamado levou os calvinistas a serem menos de outro mundo e mais focados neste mundo, em comparação com outras religiões e seitas.” Esse chamado divino para ser útil no mundo por meio do trabalho aponta para o fato de que o cristão é um cooperador e um colaborador de Deus na preservação e transformação do mundo por Ele criado.

⁴ Meister (1998, pp. 12-13) afirma que a denominação “Mandato Cultural” é do teólogo Reformado Gerard Van Groningen, em seus livros *Revelação Messiânica no Antigo Testamento e Família da Aliança*. Já o teólogo Owen Palmer Robertson denomina esse mesmo mandato como “mandamento do trabalho” em seu livro *O Cristo dos Pactos*.

4 O TRABALHO COMO SERVIÇO A DEUS

Esse capítulo visa apresentar um importante conceito da ética protestante do trabalho que afirma que qualquer tipo de labor humano deve ser feito para a glória de Deus. Segundo esse conceito, todo trabalho é realizado, antes de tudo, como um serviço a Deus, e, por isso, Ele é adorado e glorificado por meio dele. Nesse sentido, os reformadores que estabeleceram os padrões da ética protestante, viam no trabalho um aspecto sagrado.

Nesse ponto, pretende-se demonstrar que há uma relação entre o sagrado, o trabalho, e a glória de Deus. Para tanto, inicialmente será apresentado o conceito de sagrado proposto por Eliade, e como ele se relaciona com as atividades humanas, particularmente com o trabalho. Em seguida, será analisado o conceito protestante de trabalho como um serviço a Deus que visa Sua glória. Além disso, após a análise desse conceito, serão apresentadas algumas implicações práticas que ele pode ter sobre o labor diário das pessoas.

4.1 O CONCEITO DE SAGRADO E SUA RELAÇÃO COM O LABOR HUMANO

Para Eliade (1992, p. 13), “a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano”. Esta oposição entre sagrado e profano é um traço distintivo do pensamento religioso. No entanto, convém salientar que o profano não possui autonomia própria. Ele só existe em sua relação, ou melhor, contraposição ao sagrado.

Na cosmovisão do homem religioso encontra-se o entendimento de que o mundo é permeado pelo sagrado. Ainda que transcendente, o sagrado também é imanente, e por isso, inseparável da realidade. Eliade (1992, p. 97) assevera que

seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real. Crê, além disso, que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade.

O sagrado, portanto, é um importante elemento da religião, e por isso, o

homem religioso sempre busca estar em contato com ele. É verdade, que de certa forma a religião é o reduto do sagrado, pois no ambiente religioso, ele pode ser mais facilmente reconhecido e, conseqüentemente, adorado e reverenciado. No entanto, não é a religião que cria o sagrado. Ele está em todo o lugar. Por isso, mesmo as atividades entendidas como seculares e, a primeira vista, reconhecidas como desprovidas de qualquer aspecto religioso, são sagradas na medida em que são realizadas em um mundo sagrado. Nesse sentido, para o *homo religiosus*, a sacralidade do cosmo aponta para a necessidade de uma vida sacralizada.

O ser humano vive de forma religiosa em todas as esferas de sua existência. A religião transcende aspectos rituais e litúrgicos, e engloba toda a existência humana. Essa realidade é compreendida por Eliade (2010, p. 13, grifo do autor) quando afirma que

nos mais arcaicos níveis de cultura, *viver como ser humano* é em si um *ato religioso*, pois a alimentação, a vida sexual e o trabalho têm um valor sacramental. Em outras palavras, ser – ou, antes, tornar-se – *um homem* significa ‘ser religioso’.

Isso aponta para o fato de que os atos comuns e cotidianos da vida humana têm um significado sagrado, pois a vida em si é um ato religioso. Dentro dessa visão, quando o ser humano se alimenta ou trabalha, por exemplo, ele está realizando atos cheios de valor sacramental, porque eles não estão desvinculados de sua vida religiosa.

No entanto, torna-se evidente que há um número cada vez mais significativo de pessoas que se consideram a-religiosas, e isso, não somente por não professarem nenhuma religião, mas também por serem avessas a qualquer tipo de religiosidade. Ainda assim, é impossível para o ser humano viver totalmente desprovido de conceitos e práticas religiosas, mesmo que ele não as considere como tais. Mesmo os sem religião se comportam de forma religiosa. Por isso, rituais e ideologias religiosas podem ser encontrados na vida do homem a-religioso.

Para Eliade (1992, p. 81), o homem a-religioso é o resultado de um processo de dessacralização. Ele afirma que

para o homem a-religioso, todas as experiências vitais – tanto a sexualidade como a alimentação, o trabalho como o jogo – foram

dessacralizadas. Isto quer dizer que todos os atos fisiológicos foram desprovidos de significado espiritual, desprovidos, portanto da dimensão verdadeiramente humana.

A dimensão verdadeiramente humana dos atos fisiológicos encontra-se no fato de que eles têm um significado espiritual que transcende a materialidade dos atos. No entanto, o homem a-religioso deixa de compreender essa realidade, pois deixa de ver o sagrado nas experiências cotidianas. Entretanto, essa dessacralização das experiências vitais e dos atos fisiológicos seria algo completamente estranho para o homem das culturas primitivas. Eliade (1992, p. 14) afirma que “para o ‘primitivo’ um tal ato nunca é simplesmente fisiológico; é, ou pode tornar-se, um ‘sacramento’, quer dizer, uma comunhão com o sagrado”. Ele ainda afirma que

o mundo profano na sua totalidade, o Cosmos totalmente dessacralizado, é uma descoberta recente na história do espírito humano [...] a dessacralização caracteriza a experiência total do homem não religioso das sociedades modernas.

Quer o ser humano reconheça ou não a existência do sagrado, ainda assim há uma importante relação entre o sagrado e a vida humana, e ele traz grandes implicações sobre a mesma. O sagrado possui tanto um aspecto doxológico como um aspecto ético. Ao mesmo tempo em que ele conduz à adoração e a exige, ele também traz implicações para a orientação da conduta humana (GEERTZ, 2008, p. 93). Em contato com a manifestação do sagrado, o indivíduo deve viver uma vida de adoração, mas também uma vida de moralidade condizente com essa manifestação.

A ideia de Eliade de que o ser humano vive de forma religiosa e de que, portanto, as atividades humanas têm um valor sacramental, possui certa semelhança com a visão apresentada por Bringe de que a vida humana é vida de adoração. Nesse sentido, o trabalho pode ser uma forma de adorar e glorificar a Deus. Enquanto a isso, Bringe (2012, capítulo 4, parágrafo 9) afirma que

nossa vida é vida de adoração. Tudo o que fazemos é um ato de adoração a algo. Empreendemos projetos por causa do que valorizamos. Podemos trabalhar porque adoramos o conforto e, portanto, trabalhamos pelo bem-estar material. Podemos adorar o progresso e transformar as coisas; assim, trabalhamos para fazê-las sempre novas. Podemos até adorar a humanidade, trabalhando para prover às pessoas de uma maneira puramente humanista. Caso adoremos a Deus, trabalhamos para cumprir os mandamentos

divinos da Escritura de ‘encher e subjugar a terra’ (Gn 1.28) para sua glória, e trabalhamos para fazer provisão para outras pessoas por amor.

Essa compreensão de que a vida humana é uma vida de adoração e de que, portanto, Deus pode e deve ser honrado, adorado e glorificado por meio de todas as atividades humanas, incluindo o trabalho, é um importante elemento da ética protestante do trabalho. Segundo Ryken (2013, p. 81), “a atitude apropriada dirigida aos objetivos do trabalho pode transformar toda tarefa em atividade sagrada”. Nesse sentido, o trabalho se torna uma atividade sagrada, pois é feito com a correta atitude de cumprir com o objetivo de glorificar a Deus.

Como será demonstrado a seguir, a visão de que o trabalho também pode ser uma oportunidade aceitável para cultuar a Deus mudou consideravelmente a forma como o indivíduo deveria exercer seu labor. Esta visão foi importantíssima para o surgimento de uma nova perspectiva sobre o trabalho, que na verdade, segundo a opinião dos reformadores, não era nova em absoluto, pois eles acreditavam ser um retorno ao ensino bíblico sobre o trabalho. Essa perspectiva, que será analisada no próximo tópico, aponta para o fato de que o trabalho glorifica a Deus, pois Ele pode ser adorado por meio do mesmo.

4.2 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: NOVA PERSPECTIVA NA REFORMA

Na perspectiva Protestante, Deus é, não somente o Criador de tudo o que existe, mas também o Senhor Soberano do universo. Em sua relação com suas criaturas, Ele tem direitos e poderes. Consequentemente, as criaturas têm somente deveres, e não direitos, para com Deus. Todos os seres humanos existem com o propósito de dar glória a Deus (BEEKE, 2010, p. 57). O Breve Catecismo de Westminster (2001, p. 7), em resposta ao questionamento sobre qual é o fim principal do homem, declara que “o fim principal do homem é glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre”. Não existe ninguém que não esteja sob o domínio soberano de Deus e que não esteja sob a obrigação de cumprir com esse propósito. Ele é Soberano sobre todas as esferas da vida humana e, exatamente por isso, toda a atividade deve ser feita para a glória do Seu santo Nome. Isso inclui todo e qualquer tipo de labor humano. Por isso, os primeiros protestantes entendiam que há uma importante relação entre o trabalho e a glória de Deus, e que essa relação aponta

para o fato de que todo o labor, mesmo aquele considerado secular, é sagrado e, portanto, cheio de valor.

Na Reforma Protestante houve um resgate do conceito cristão de trabalho como algo que deve ser feito para o louvor de Deus, por isso, “Calvino enfatizou que todo trabalho honesto, não apenas o que é feito dentro de igrejas e monastérios, glorifica a Deus”. (OLASKY, 2011, p. 84). Essa visão foi fruto da interpretação do ensino bíblico sobre o assunto. Os reformadores retornaram à fonte das Escrituras para compreender o propósito de Deus para o trabalho. De acordo com Barclay (2010, p. 93), “essa redescoberta da Bíblia na Reforma Protestante colocou nova luz sobre o trabalho e o progresso dos negócios. O desenvolvimento da ciência e tecnologia no mesmo período se deve muito a essa nova ênfase”. Fundamentando-se na Bíblia, os primeiros protestantes estabeleceram essa nova perspectiva sobre o labor humano, a partir da qual, surge uma ética do trabalho que aponta para a glória de Deus.

Segundo Veith Junior (2007, p. 15), na visão dos reformadores,

todo tipo de trabalho, inclusive o que até então era considerado como algo desprezível – o trabalho dos camponeses e dos artesãos – é uma oportunidade para o sacerdócio, para prestar um culto respeitável a Deus.

Essa compreensão aponta para o fato de que diante de Deus não existe trabalho inferior ou insignificante. Todo o trabalho tem valor aos Seus olhos, pois se trata de um meio aceitável para adorá-lo e servi-lo. Deus não é servido ou adorado unicamente por meio de trabalhos estritamente religiosos, mas também através daqueles trabalhos comuns desde que realizados em obediência a Ele e total compromisso com Sua glória. Para Lutero (1960, p. 350),

mesmo que os trabalhos não tenham a aparência de santidade, a pessoa permanece em boa posição mesmo quando faz essas coisas. Pois observamos que Deus não considerou abaixo de Sua dignidade ter trabalhos aparentemente sem importância e insignificantes registrados em Seu livro. O que quer que os piedosos façam, mesmo que seja um trabalho que não seja ordenado, é uma adoração a Deus e aceitável por causa da fé. Mas se é um trabalho que Deus ordena, há muito menos dúvida de que a obediência recebe a aprovação de Deus.

No que diz respeito ao trabalho, Foulkes (1983, p. 138) afirma que “a Bíblia não dá margem a qualquer distinção entre sagrado e secular”. Os reformadores entenderam esse conceito bíblico e, por esse motivo, na mente deles, essa dicotomia era completamente inexistente. Diante disso, as atividades laborais que outrora eram consideradas como seculares, destituídas de qualquer valor espiritual ou sagrado, passaram a ser vistas de outra forma. Nesse sentido, Lutero (1960, p. 349) afirma que mesmo o trabalho “que parece não ter nenhuma piedade conectada a ele é um trabalho sagrado que agrada a Deus”.

No que concerne ao que Deus espera dos seres humanos com relação ao trabalho, Chewning (2017, p. 214) afirma que o entendimento de Lutero e de Calvino era o de que

Deus nos deu a capacidade de trabalhar e nos colocou providencialmente numa posição na vida em que devemos usar os nossos talentos para *glorificá-lo*. A sua glória deveria ser buscada não somente por oração, mas por ação – a santificação do mundo pelo [...] trabalho. Isso se traduzia no entendimento de que tudo que fazemos deve ser feito para honrar e glorificar a Deus. A glorificação de Deus foi declarada a principal e mais elevada finalidade da humanidade.

Nesse sentido, o trabalho e a glória de Deus estão relacionados, pois todas as coisas devem ser feitas para Sua glória. Essa perspectiva dos reformadores sobre o trabalho como serviço a Deus, deu aos trabalhadores um novo motivo para se trabalhar, a saber, glorificar a Deus por meio das atividades laborais realizadas com os talentos e capacidades que o próprio Deus lhes havia dado.

É possível afirmar que essa visão dos reformadores foi essencial para uma mudança de perspectiva com relação a todo tipo de labor humano, pois “a redescoberta dessa compreensão do trabalho teve um efeito profundo na sociedade a partir da Reforma”. (BARCLAY, 2010, p. 93). O que antes era visto como algo secular, que devia ser tolerado e suportado com o fim de suprir as necessidades financeiras, “equivale agora a um instrumento de serviço a Deus, através do serviço ao próximo”. (ÁLVAREZ, 2009, p. 304, tradução nossa). Surge, então, com esta nova perspectiva, um reconhecimento de que Deus pode ser adorado pelo labor do homem comum, da mesma forma que Ele pode ser adorado pelo serviço dos ministros religiosos.

Na visão dos reformadores, o trabalho é reconhecido como tendo valor por causa de seu objetivo, que é o de glorificar a Deus. Diante disso, Álvarez (2009, p. 304) afirma que “o trabalho não vale nada em si mesmo, senão somente em razão da nossa adoração a Deus em tempo integral por meio das tarefas comuns”. Isso significa que Deus deve ser adorado não somente por meio dos serviços religiosos, mas também por meio dos labores humanos que não estão diretamente relacionados com a esfera religiosa.

4.3 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: A ÉTICA TEOCÊNTRICA DE JOÃO CALVINO

Segundo Terrell (2017, p. 85), “a obra teológica de Calvino era eminentemente prática, não apenas pelo seu incentivo à piedade pessoal, mas também nos modos como informava a participação do cristão nas questões públicas”. Sua teologia não era especulativa, e tampouco era meramente acadêmica. Calvino se preocupava em como as verdades teológicas por ele ensinadas poderiam moldar a conduta cristã na esfera pública, e não somente na religiosa.

Entre os reformadores, no que diz respeito à sistematização de uma ética do trabalho, é impossível superestimar a importância de João Calvino. Todas suas opiniões teológicas e antropológicas são extraídas das Escrituras, pois nelas ele encontra as bases para sua ética (STOKER, 1973, p. 132). Os ensinamentos de Calvino sobre o trabalho são de extrema importância para a formulação de uma ética que aponta para a glória de Deus. Enquanto a isso, Singer (1973, p. 232, tradução nossa) afirma que

quando Calvino trata, em seus comentários ou sermões, de questões sociais ou econômicas, ele sempre o faz à luz do reconhecimento da soberania de Deus nos assuntos humanos. Primeiramente, o homem vive e atua em seus assuntos sociais e econômicos para a glória de Deus e não para o bem-estar ou o avanço da sociedade como fins em si mesmos. Calvino não assume a posição de que o bem-estar da sociedade não seja importante, e que quando o homem vive para a glória de Deus pode fazê-lo sem importar-se com a sociedade. Tal posição é absolutamente estranha ao calvinismo; mas a sociedade em si mesma nunca tem o primeiro lugar no esquema de lealdades.

De fato, Calvino insiste que os homens somente contribuem ao bem-estar da sociedade quando vivem para a glória de Deus.

Nesse ponto é importante frisar que ainda que Calvino não tenha se dedicado a escrever algum livro que tratasse inteiramente sobre o tema do trabalho, ele transmitiu ensinamentos sobre o tema ao comentar os textos bíblicos que abordavam o mesmo. E seu foco sempre apontava para o fato de que Deus é soberano sobre a vida humana e que, por isso, todas as ações humanas devem glorificá-lo. Essa visão de Calvino (2007c, p. 158) pode ser vista em sua seguinte afirmativa: “Somos de Deus; a Ele, pois, dediquemos todas as nossas ações”. O fato de ser Deus o Senhor ao qual os homens pertencem, implica que todas suas ações e atividades devem ser consagradas a Ele a fim de que Ele seja honrado e glorificado por meio delas.

A questão da glória de Deus era um tema central na Reforma Protestante. Um dos principais lemas dos reformadores era expresso pela frase latina *Soli Deo Gloria* – glória somente a Deus. O reformador de Genebra sempre levou muito a sério esse lema, de forma que toda sua teologia e seus ensinamentos apontavam para o mesmo. A preocupação pela glória de Deus é frequente nos escritos de Calvino. Isso pode ser visto, por exemplo, em um trecho da carta que ele escreveu ao Cardeal Sadoletto, no qual ele afirma que

não é próprio à sã teologia limitar tanto um homem a si próprio, em vez de ordenar-lhe e ensinar-lhe que o princípio para uma vida bem formada é o desejo da grandeza e do louvor da glória do Senhor – pois, acima de tudo, nascemos para Deus, e não para nós próprios. (CALVINO, 2017, p. 66).

Calvino reconhece o problema que surge quando uma teologia com uma ênfase antropocêntrica substitui uma com ênfase teocêntrica. Para ele, Deus, e não o homem, é o centro de todas as coisas. Por esse motivo, o ser humano deve viver em função de Deus, sendo a fundamental razão da sua existência, viver para a glória do Senhor.

Para Calvino, glorificar a Deus por meio de todos os atos e atitudes é o objetivo principal da existência humana e a vocação para a qual todos foram chamados, por isso, ele afirma que “não devemos inclinar-nos a outro fim senão o de apressarmo-nos rumo a essa vocação suprema, pois Deus a estabeleceu como a

meta constante de todos os nossos pensamentos, palavras e ações”. (CALVINO, 2017, p. 67),

Em seus escritos, além de enfatizar a glória de Deus, Calvino enfatizou o dever do ser humano de viver uma vida que glorifique seu Criador. Esse dever existe porque o homem vive para o Senhor e não para si mesmo. Segundo Calvino (2001, p. 481), viver para o Senhor “significa ser conformado a sua vontade e prazer, bem como ordenar todas as coisas para a sua glória”. Somente quando isso ocorre é que o homem cumpre com a real razão de sua existência.

No entendimento de Calvino, cada aspecto da existência humana deve glorificar a Deus. Por isso, ele afirma que “não é necessário que nos sintamos surpresos pelo fato de as ações pessoais da nossa vida estarem relacionadas com o Senhor, uma vez que a própria vida deve ser totalmente devotada a sua glória”. (CALVINO, 2001, p. 481). Essa relação entre as ações pessoais e Deus decorre do fato dele ser soberano sobre toda a criação, de forma que o ser humano não deve viver para si mesmo, mas para Ele. Para tanto, é necessário reconhecer Sua soberania e submeter-se ao Seu senhorio, vivendo uma vida que o glorifique.

Ao comentar sobre a ética de Calvino, Stoker (1973, p. 133) conclui que a mesma possui uma base teocêntrica. Sua ética não só aponta para Deus, como o próprio Deus é sua base e fundamento. Para João Calvino, todas as ações humanas devem estar pautadas pela vontade divina e devem reconhecer Deus como o fundamento último de todas as coisas. Ademais, deve se reconhecer o fato de que o Deus soberano que governa o universo se relaciona com Suas criaturas, e é por elas exaltado, não somente por meio de atos estritamente religiosos, mas também por meio de atividades comuns do cotidiano. Até mesmo as coisas mais simples como o comer e o beber, devem ser feitas para a glória de Deus, como afirma Paulo em 1 Coríntios 10.31. Em comentário a esse versículo, Calvino (2003, p. 325) afirma “que não há parte alguma de nossa vida ou conduta, por mais insignificante que seja, que não esteja relacionada com a glória de Deus”. Isso significa que todos os aspectos da vida humana devem exaltar a glória do Senhor.

McGrath (2004, p. 262) afirma que “a ênfase de Calvino de que o fiel poderia ser chamado por Deus para servi-lo em todas as esferas da existência secular

concedeu ao trabalho uma nova dignidade e significado”. Por esse motivo, na ética teôcentrica de João Calvino, o trabalho ganha dignidade, pois deixa de ser visto simplesmente como um meio de conseguir recursos para a sobrevivência, e passa a apontar para Deus como aquele para quem, em última instância, o trabalho é feito. Isso

implica a transformação de todos os padrões de trabalho e serviço em algo totalmente diferente dos padrões do mundo. Trabalho e serviço devem ser prestados a um senhor terreno, como se fossem oferecidos ao próprio Senhor celestial. (FOULKES, 1983, p. 138).

Todo labor humano quando feito com fidelidade, é recebido por Deus como uma oferta de louvor. Isso ocorre, porque todo trabalho é realizado, antes de tudo a Deus, e, por essa razão, Ele é adorado e glorificado por meio dele.

Por meio dos ensinamentos de Calvino, houve uma importante mudança de paradigma com relação ao trabalho. Isso se deu porque ele, atrevidamente, contrariou toda visão reinante de sua época. Como exemplo, McGrath (2012, pp. 332-333) menciona que

a teologia de Calvino levou diretamente de uma percepção do trabalho como algo humilhante da perspectiva social, se necessário no sentido pragmático, melhor confiada aos de classe inferior, para um meio dignificante e glorioso de louvar a Deus em sua criação e por intermédio dela ao mesmo tempo em que contribui para o bem estar dessa criação.

Chewning (2017, p. 205) também reconhece a importância que a visão de Calvino com relação ao trabalho teve sobre o pensamento econômico de sua época. E esse impacto positivo se deu porque, para Calvino, “o trabalho era destinado a *glorificar* a Deus – não um meio de merecer a salvação, mas um meio de manifestar a capacidade de trabalhar, com a qual Deus dotou cada ser humano”. Da mesma forma, Wallace (2003, p. 109), ao comentar sobre Calvino, afirma que

no seu ministério e na sua pregação ele, de fato, tenta chacoalhar a mente das pessoas com a visão da glória a ser percebida até mesmo na realização de um trabalho humilde na comunidade que, em si mesmo, é digno de ser chamado de ‘santo’ e ‘cristão’.

Calvino, por meio de suas exposições bíblicas, sempre enfatizou a glória de Deus, mostrando a primazia da mesma, bem como o fato de que todos os cristãos devem dedicar suas vidas a fim de glorificá-lo por meios de todas as atividades.

Nesse sentido, o trabalho humano passa a ser santo, pois é realizado com o propósito de exaltar a santidade da glória de Deus.

Toda essa visão de Calvino, que resultou em uma ética do trabalho, está fundamentada nas Escrituras, e surge como resultado da análise dos textos bíblicos que tratam sobre o assunto. Essa nova ênfase ao labor como forma de serviço a Deus, “sem dúvida, foi baseada na passagem de Efésios 6 e outros textos do Novo Testamento, nos quais existe um ensinamento muito claro com relação ao trabalho”. (BARCLAY, 2010, p. 93).

Em seu comentário de Efésios 6.6-8, Calvino (2007a, p. 147) afirma que, a respeito dos trabalhadores, Paulo “declara que, enquanto servem fielmente a seus senhores, na verdade estão obedecendo a Deus”. E ainda acrescenta que “Deus aceitará seus serviços como que prestados a ele próprio”. (2007a, p. 148). O entendimento do reformador aponta para o fato de que, ainda que existam senhores terrenos, para os quais os trabalhadores prestam seus serviços, há um Senhor celestial e transcendente que governa sobre tudo e todos, e é a Ele que os serviços devem ser realmente prestados.

Outro texto bíblico extremamente importante para este conceito sobre o trabalho é o de Colossenses 3.22-23. Comentando esse texto Calvino (2010, p. 96), afirma que

se deve prestar aos homens um serviço de tal maneira que ao mesmo tempo Cristo mantenha a supremacia de domínio e seja o Senhor supremo. Aqui, realmente, oferece-se consolação a todos os que se acham sob sujeição, visto que são informados de que, enquanto espontaneamente servem a seus senhores, seus serviços são aceitáveis a Cristo, como se fossem prestados a ele.

Para Calvino, os serviços prestados pelo trabalhador devem estar debaixo do domínio de Cristo, pois Ele é o Senhor soberano sobre todos os seres humanos. Quando o trabalhador se sujeita a seu empregador prestando a ele seus serviços, ele também está sob a sujeição de Cristo e, em última instância, é a Ele que os serviços são realizados e oferecidos.

A interpretação de Calvino destes textos paulinos, que ensinam os preceitos divinos sobre o trabalho, foi imprescindível para a formulação de uma ética laboral

bíblica e teocêntrica. Ao comentar estes textos bíblicos, ele propôs os parâmetros para uma ética teocêntrica do trabalho, na qual Deus ocupa um lugar de eminência. Para Calvino, Deus é o centro em torno do qual tudo gira. Ele é a base e o fim supremo de todas as coisas.

Como é possível observar, os ensinamentos de João Calvino sobre esse assunto foram de fundamental importância para a concepção da ética protestante do trabalho. Por isso, Biéler (1990, pp. 538-539) afirma que

Calvino, fundamentando-se nas Escrituras, é um dos raros teólogos a pôr em evidência, com tanta clareza, a participação do trabalho do homem na obra de Deus. Destarte, conferiu ele ao labor humano dignidade e valor espirituais que jamais teve na Escolástica, nem, por mais forte razão na Antiguidade. Este fato irá ter grandes repercussões no desenvolvimento econômico das sociedades calvinistas.

4.4 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: TRABALHANDO PARA O REI

Traeger e Gilbert (2014, p. 181) afirmam que “o valor do nosso trabalho não se encontra, enfim, em alguma coisa específica que fazemos; ele se encontra no fato de que, seja o que for que estivermos fazendo, nós o fazemos para o nosso Rei”. Esta é uma questão essencial, porque, na ética protestante do trabalho, a pessoa para quem se trabalha é mais importante do que o tipo de trabalho realizado. E essa pessoa, de acordo com os textos bíblicos de Efésios 6.5-7 e Colossenses 3.22-24, é o próprio Cristo. Independente da vocação ou do trabalho desenvolvido, tudo deve ser feito para glorificar a Jesus. De modo que, o trabalho não é apenas uma forma de passar o tempo e ganhar dinheiro. Na verdade, o trabalho é um serviço prestado ao próprio Senhor (TRAEGER; GILBERT, 2014, pp. 21-22).

Se o cristão reconhece que Cristo é o Rei e o Senhor de sua vida, todo trabalho por ele realizado deve ser feito como um serviço a Cristo. Nesse sentido, o texto bíblico de Efésios 6.5 é de particular importância, porque Paulo se dirige aos escravos dizendo que eles devem obedecer a seus senhores “como a Cristo”. Esse deve ser o parâmetro para seu labor diário. Em explicação a essa frase “como a Cristo”, Barclay (2010, p. 91) afirma que o ensino de Paulo

é que os escravos deviam servir como se recebessem ordem do próprio Cristo em seus trabalhos, e não de seus mestres terrenos. O espírito e a atitude deles no trabalho deveria ser como se Cristo fosse o seu supervisor. Eles não devem ficar contando as horas, ou negligentes, ou trocando favores, antes devem buscar fazer bem o seu trabalho.

Nesse ponto é necessário salientar que o fato do trabalhador reconhecer o senhorio de Cristo sobre sua vida, submetendo-se a Ele em seu trabalho, não o isenta de se submeter e obedecer a seu patrão ou empregador. O fato de ter Cristo como “seu supervisor” e de “servir como se recebessem ordem do próprio Cristo em seus trabalhos, e não de seus mestres terrenos”, não exclui o fato de que o trabalhador recebe ordens de seus chefes e supervisores. Pelo contrário, a obediência irrestrita a Cristo como o Senhor e o Rei para quem o trabalho é feito, induz o trabalhador a ter um forte compromisso ético e moral para com as autoridades terrenas.

Segundo Foulkes (1983, pp. 138-139), o ensino de Paulo aponta para o fato de que “os empregados cristãos são servos – ou mesmo ‘escravos’ – não meramente de homens, mas *de Cristo*. Assim sendo, o apóstolo reitera que todo serviço deve ser feito *como ao Senhor, e não como a homens*”. Hendriksen (1992, p. 329), em seu comentário sobre o texto bíblico de Efésios 6.6, também concorda com este fato. Ele afirma que o desejo de Paulo era ensinar a seus leitores que o serviço por eles realizado deveria ser feito com energia e entusiasmo como se estivessem trabalhando para Cristo, pois, na verdade, eles realmente estavam fazendo isso para Cristo.

Na teologia dos reformadores havia uma forte ênfase no senhorio de Cristo, e o entendimento deles era o de que esse senhorio não se estendia somente sobre a religião ou sobre os aspectos religiosos da vivência humana. Cristo era visto como o Rei e o Senhor de todas as coisas, e em decorrência desse fato, todas as coisas deveriam ser feitas para Ele. Isso não dizia respeito somente às atitudes predominantes religiosas, mas a todas as atitudes e ações praticadas pelos seres humanos. Nesse sentido, o trabalho não poderia ser excluído, pois ele também se encontrava sob o senhorio e o domínio do Rei.

4.5 TRABALHO E GLÓRIA DE DEUS: ORA ET LABORA

O fato de que Deus possa ser adorado por meio do trabalho, o relaciona, de certa forma, com a religião. As atividades laborais devem ser feitas diante do Senhor e para Ele, ou seja, “o homem deve servir a Deus em seu chamado diário, o que é o conteúdo da religião”. (VAN TIL, 2010, p. 42). Isso implica afirmar que a religião vai além do culto e da adoração. Segundo Van Til (2010, pp. 44-45),

o lema de nossos patriarcas reformados, que empregaram o latim, era *ora et labora* (ore e trabalhe) [...] A religião, então, tem esses dois aspectos, de fato, não exclusivos visto que alguém pode muito bem orar e cantar enquanto trabalha com as mãos. No entanto, há duas atividades distintas enraizadas na religião: culto e cultura, adoração e trabalho, *ora et labora*, aspiração e transpiração. E não só nossa aspiração deve estar sob a inspiração do Espírito, como também nossa transpiração; cada partícula de energia gasta, física ou mental, deve ser no serviço de Deus, portanto inspirado.

Trabalho e adoração, portanto, apesar de diferentes, não são realidades excludentes. Deus é adorado por meio do trabalho, mas isso não exclui a necessidade de adorá-lo por meio de louvores. Da mesma forma, a adoração oferecida a Deus no culto público não isenta o homem da responsabilidade de adorar seu Criador por meio de seu labor. Por isso, Van Til (2010, p. 45) afirma que

restringir a religião tanto ao aspecto de adoração quanto ao de serviço é quebrar aquilo que Deus colocou junto, pois Deus, o Senhor, exige ambos, adoração e trabalho; religião consiste em culto e cultura.

É importante destacar que os reformadores não pretenderam afirmar que o trabalho é um substituto para a oração ou a adoração, e tampouco que ele consiste numa melhor forma de prestar culto à divindade. Para eles, não havia um dualismo entre trabalho e adoração, pois entendiam que Deus podia ser adorado e reverenciado por ambos os meios. Em relação a isso, Pennings (p. 373, 2010) aponta que,

em contraste com o dualismo medieval, que via a contemplação como a melhor maneira de adorar a Deus, os reformadores enfatizaram como toda a atividade de trabalho pode ser vista como adoração.

Lutero aceita o fato de que Deus é adorado e servido por meio da oração ou da pregação, por exemplo, mas ele também entende que as pessoas podem adorar a Deus por meio de seus trabalhos. Enquanto a isso, ele afirma que

mesmo quando não estão fazendo essas coisas [atividades religiosas] e estão tratando de seus próprios assuntos ou dos da comunidade de acordo com sua vocação, eles permanecem em boa posição diante de Deus e têm Sua aprovação, de forma que, até mesmo seus trabalhos aparentemente seculares são uma adoração a Deus e uma obediência que o agrada. (LUTERO, 1960, p. 349).

O entendimento sobre esse aspecto do ensino dos reformadores é importante a fim de evitar o erro cometido por aqueles que afirmam que, na visão protestante, o trabalho se torna mais importante que a adoração. Esse erro interpretativo é cometido por Carmo (2005, p. 38) que, ao comentar sobre a ética protestante, diz o seguinte:

Sendo o trabalho a melhor oração, a obtenção de êxito e prosperidade por meio dele revela a condição de 'eleito' para entrar no reino de Deus. Trabalhar passou a constituir a própria finalidade da vida.

Carmo se equivoca ao afirmar que os protestantes viam o "trabalho como a melhor oração", pois, para eles, o trabalho era, não a melhor e tampouco a única, mas uma maneira a mais de se adorar a Deus.⁵

De acordo com essa visão protestante de que por meio do labor humano, Deus pode ser adorado e glorificado, é possível afirmar que o trabalho, mesmo aquele que não esteja ligado diretamente ao serviço da religião, contém um aspecto religioso e sagrado. Stoker (1973, p. 134) declara que

a religião, em seu sentido mais amplo, está presente onde quer que o homem relacione todas suas ações – incluindo atividades culturais tais como o desenvolvimento da ciência, a construção da linguagem, a criação da arte, a atividade econômica, a ação moral e legal, etc., igualmente os assuntos do matrimônio, família, nação, estado e

⁵ Além do erro já mencionado na frase de Carmo, outros dois podem ser citados: (1) Quando afirma que para os protestantes "trabalhar passou a constituir a própria finalidade da vida", ele parece desconhecer o princípio reformado que declara que a finalidade principal da vida é glorificar a Deus. É verdade que os protestantes reconhecem que Deus pode e deve ser glorificado por meio do trabalho, mas este é um meio e não um fim. (2) Nem Lutero e nem Calvino entendiam que "a obtenção de êxito e prosperidade por meio dele [trabalho] revela a condição de 'eleito' para entrar no reino de Deus". Eles criam que o eleito reconhece sua eleição pela obra graciosa e soberana que Deus realizou em sua vida ao uni-lo a Cristo, e não por meio de sua prosperidade financeira.

sociedade, e também a história e a técnica – a Deus, aceitando tudo como sua resposta à vocação ou comissão divina, para a qual Deus lhe proveu capacidade e talentos, e também circunstâncias e oportunidades mediante as quais ele possa glorificar a Deus.

A relação entre o labor humano e o sagrado é um aspecto determinante na ética protestante do trabalho. Essa visão eleva a condição do trabalho secular a um patamar religioso e espiritual. Esse aspecto religioso do trabalho é comentado por McGrath (2004, p. 264) quando afirma que

o trabalho secular se tornou uma parte integrante da espiritualidade de Calvino, conferindo um novo sentido à máxima monástica medieval *laborare est orare*, “trabalhar é orar”. O trabalho manual não era somente regra em Genebra; era o ideal religiosamente sancionado. Pela primeira vez atribuía-se um significado religioso à atividade comum cotidiana do mais humilde produtor. A ação no mundo era dignificada e santificada.

Em concordância com esse princípio da ética protestante, Olasky (2011, p. 85) afirma que “nenhum trabalho feito para Deus é secular”. A partir da lógica apresentada pelos reformadores de que todo o trabalho é feito primeiramente a Deus a fim de adorá-lo, logo se entende que todo o trabalho é sagrado, e isso se dá por, pelo menos, três razões:

1. Porque o trabalho é feito em um mundo que é sagrado, pois foi criado por um Deus que é santo.
2. Porque o trabalho é uma resposta humana a um chamado divino. Deus chama e vocaciona o ser humano ao trabalho, e ao trabalhar, ele cumpre com o propósito e a vocação divina.
3. Porque o trabalho, mesmo aquele que possa ser entendido como secular, é feito primeiramente a Deus, como um serviço a Ele. Deus pode e deve ser servido, cultuado e adorado por meio do trabalho humano.

A ética protestante reforça o fato de que há dignidade no trabalho. Seu valor excede em muito o material, pois ele é sagrado e tem valor espiritual. O ser humano não é salvo por meio de seu trabalho e ele tampouco serve para confirmar o fato de que foi eleito por Deus. No entanto, ao trabalhar, o homem serve e adora seu Criador.

4.6 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Quais seriam as implicações práticas sobre o trabalhador no seu labor diário caso ele tenha o entendimento de que o trabalho é uma forma de adoração a Deus? Horton (2006, p. 131) afirma que, “pelo menos em teoria, se alguém tem essa perspectiva vertical e vê o seu trabalho como um serviço a Deus e ao próximo, até mesmo as tarefas mais simples ganham significado”. Segundo Horton, ao menos teoricamente, o conceito do trabalho como serviço a Deus deve mudar a forma como o mesmo é realizado.

O objetivo aqui, portanto, é o de apresentar como funcionaria na prática, aquilo que Horton considera ser possível em teoria, partindo do pressuposto de que a ideia de servir e adorar a Deus por meio do trabalho traz profundas e importantes implicações para o trabalhador em suas atividades laborais cotidianas. Esse conceito afeta a forma como o trabalho é encarado, a maneira como o mesmo deve ser realizado e, inclusive, o tipo de vocação que deve ser seguida. Os puritanos, por exemplo,

lidavam com a questão sobre qual vocação seguir não apenas perguntando o que seria melhor para eles e sua família, mas também por perguntarem como os dons que Deus lhes dera poderiam ser usados para glória de seu nome em um contexto mais amplo. (PENNINGGS, 2010, p. 376).

Na ética protestante do trabalho, essa preocupação com a glória de Deus deve ocupar constantemente a mente do trabalhador que serve seu Senhor por meio de seu trabalho. A paixão e o zelo pela glória de Deus devem conduzir suas atividades laborais de forma a refleti-los em cada ação por ele realizada. No entanto, para que isso ocorra, faz-se necessária uma visão de mundo na qual Deus ocupe o lugar central. Isso é importante, pois segundo Horton (2006, pp. 127-128),

se tirarmos Deus da nossa visão de mundo (e sabemos que é possível que cristãos também façam isso) ou se o empurrarmos para dentro da área ‘espiritual’, enquanto nosso trabalho diário continua sendo basicamente ‘secular’, a maior parte do nosso tempo será gasto no que consideramos atividade desprovida de significado. É a teologia que dá significado a todas as atividades da existência humana.

Nesse sentido, a afirmação de Horton diz respeito ao fato de que a teologia provê uma visão cristã de mundo que oferece significado e sentido para toda a

existência, na qual todas as atividades são realizadas tendo em vista um propósito maior, que é o de agradar e glorificar a Deus.

O entendimento de que o propósito da vida humana é o de glorificar a Deus em tudo, inclusive na realização das atividades laborais, aponta para as implicações práticas que serão analisadas a seguir, a saber: de que o ser humano trabalha diante de Deus e, portanto, deve trabalhar com fidelidade e excelência a fim de glorificá-lo.

4.6.1 Vivendo e trabalhando *coram Deo*

Um importante aspecto da cosmovisão Reformada é o entendimento da realidade de que Deus é soberano sobre todas as esferas da vida humana e que, portanto, o ser humano é responsável por viver para glória de Deus. Segundo Beeke (2010, p. 57), isso “implica ver toda a vida *coram Deo*, ou seja, vivida diante da face de Deus”. Este termo latino, que significa “na presença de Deus” ou “ante a face de Deus”, representa um importante conceito para os reformadores. “De acordo com Lutero, toda a vida é transcorrida *coram Deo*, sob a vigilância do Deus vivo”. (GEORGE, 1994, p. 322). O reconhecimento de que tudo o que é feito pelo homem é feito diante de Deus traz relevantes implicações éticas para o indivíduo, pois ele deve saber que há Alguém que o observa e diante de Quem ele é responsável por seus atos.

George (1994, p. 60) ainda declara que “Calvino fez uma afirmação semelhante ao insistir que, em todas as dimensões da vida, os seres humanos têm ‘negócios com Deus’ (*negotium cum Deo*)”. Não há parte alguma da vida humana que não esteja relacionada com Deus. Ele é o Senhor soberano sobre tudo e todos. Isso inclui o trabalho realizado pelo indivíduo. Por isso, Calvino (2008, p. 84) afirma que o trabalho humano é “importante ante os olhos de Deus (*Coram Deo!*)”. Esse trabalho é importante para Deus, pois é realizado diante dele e para Ele.

A ênfase de Calvino sobre o fato de que se deve viver diante de Deus é reconhecida por Wallace (2003, p. 175) quando ele afirma que “o aspecto central de sua mensagem é sempre o chamado para que vivamos diante de Deus e procuremos, em tudo que fizermos, somente sua glória”. A mensagem de Calvino tem esse aspecto teocêntrico, pois aponta para a necessidade de se viver em total

reconhecimento da presença soberana de Deus sobre todas as esferas da vida humana. Em acréscimo a isso, é interessante mencionar a visão de Weber (2004, p. 113) de que “uma cristianização que penetrava a existência inteira foi a consequência dessa metódica da conduta de vida ética exigida pelo calvinismo”.

Quando existe essa compreensão de que todas as coisas são feitas diante de Deus, haverá um esforço para glorificá-lo em toda atividade realizada, seja ela secular ou religiosa. Segundo Kuyper (2002, p. 63),

onde quer que o homem possa estar, tudo quanto possa fazer, em tudo que possa aplicar sua mão – na agricultura, no comércio e na indústria – ou sua mente, no mundo da arte e ciência, ele está, seja no que for, constantemente posicionado diante da face de seu Deus, está empregado no serviço de seu Deus, deve obedecer estritamente seu Deus e, acima de tudo, deve objetivar a glória de seu Deus.

De acordo com esse posicionamento de Kuyper, é possível afirmar que viver *coram Deo* implica três realidades: viver na presença de Deus (“constantemente posicionado diante da face de seu Deus”), viver sob a autoridade de Deus (“deve obedecer estritamente seu Deus”) e viver para a glória de Deus (“deve objetivar a glória de seu Deus”). As implicações práticas dessas três realidades sobre o trabalho humano apontam para um compromisso ético que impedirá que o mesmo seja realizado de forma descompromissada e descuidada. A compreensão de que a vida é vivida sob o senhorio de Deus, segundo Calvino (2007c, p. 159), “tem como [...] consequência que não procuremos as coisas que são nossas, mas aquelas que são da vontade do Senhor e que são feitas para louvar a glória dele”. Quando há esse reconhecimento, haverá a necessidade de realizar um trabalho de acordo com a vontade de Deus de forma que Ele seja em tudo glorificado.

Para a ética protestante do trabalho, o entendimento de que o cristão deve viver na presença de Deus, sob Sua autoridade e para Sua glória, afetará positivamente seu labor diário, pois o mesmo terá um incentivo para a integridade laboral. Isso o encherá de temor e reverência, impulsionando-o a realizar seu trabalho da melhor maneira possível.

Além disso, o fato de que a vida é vivida *coram Deo*, indica que se deve prestar contas a Deus por todos os atos realizados. Calvino (1999, p. 528) afirma essa realidade ao dizer que

é preciso que o cristão esteja de tal forma disposto e preparado, que compreenda que enquanto vive deve entender-se com Deus. Com este pensamento, vendo que terá que prestar contas a Deus por todas as suas obras, dirigirá a Ele com grande reverência todos os desígnios de seu coração, e os fixará nele.

Na ética protestante, Deus é aquele diante de quem o trabalho é realizado e, portanto, é Ele quem avalia e julga o serviço de cada trabalhador. Diante disso, os trabalhadores deverão laborar com reverência e temor. Como afirma Crotts (2013, p. 58), “o temor do Senhor inspira uma ética de trabalho disciplinada, mesmo quando não há ninguém ao redor. Saber que o Senhor Jesus está observando desafia o sábio a trabalhar fielmente”. Trabalhar com fidelidade diante do Senhor é um dever do trabalhador que se submete ao senhorio de Cristo. A fidelidade no trabalho é a próxima implicação que será analisada a seguir.

4.6.2 Trabalhando com fidelidade

Essa segunda implicação é, na verdade, um desdobramento da implicação anterior. Como afirmado anteriormente, trabalhar *coram Deo* requer que as atividades laborais sejam realizadas com fidelidade e compromisso. O entendimento de que o trabalho é feito como um serviço de adoração a Deus implica que

todos nós, em qualquer vocação que tivermos, devemos oferecer nosso trabalho com gratidão e fidelidade a Deus, como um componente de nossa adoração reverente, quer trabalhemos na coleta de lixo, quer na fabricação de violinos. (CARSON; PIPER, 2011, p. 92).

Nesse sentido, cada trabalhador trabalhará de acordo com seu chamado ou vocação desenvolvendo diferentes tipos de trabalhos. No entanto, segundo Plantinga (2008, p. 122), “a questão [...] não é o *tipo* de chamado que cada um tem, mas quão fiel é o envolvimento dele com o chamado”. Por isso, mais importante do que o tipo de trabalho é a maneira como ele é feito. E a forma como ele é feito está relacionada à disposição interior do trabalhador, àquilo que o move e o impulsiona a fazer sua tarefa. Isso pode ser visto nas palavras de Foulkes (1983, p. 139) quando ele afirma que “em todas as coisas o espírito com que é feito o trabalho é o que importa e não simplesmente o produto final tal como o homem o vê – tudo o que se faz, deve ser feito *de coração e de boa vontade*”. Nesse sentido, a fidelidade na realização de qualquer tarefa laboral é o reflexo de um espírito disposto e voluntarioso.

Em concordância com esta realidade, Costa (2009, pp. 363-364) escreve que

o trabalho deve ser feito como uma prenda a Deus, independentemente dos senhores terrenos. Deste modo, o que de fato importa não é o trabalho em si, mas o espírito com o qual ele é feito; a dignidade deve permear todas as nossas obras, visto que as realizamos para o Senhor. A prestação de contas de nosso trabalho deverá ser feita a Deus.

O trabalhador tem, diante de Deus, a obrigação e a responsabilidade de trabalhar para a glória do Altíssimo. No entanto, isso somente ocorrerá se o trabalhador realizar seu labor com honradez, integridade e honestidade. Costa (2014, p. 177) afirma que “é necessário [...] que glorifiquemos a Deus em nosso trabalho pela forma legítima como o executamos”. Um trabalho realizado de forma legítima é caracterizado por atitudes que reconhecem a Deus como Aquele para quem o serviço é feito, de forma que cada ação esteja de acordo a um padrão de dignidade e fidelidade.

No entendimento de Calvino, para que determinado trabalho seja aprovado por Deus, ele deve cumprir com o requisito da fidelidade, pois é isso o que Deus espera dos trabalhadores no desempenho de suas funções. Nesse sentido, ele afirma que

se desejamos que nosso Senhor Jesus Cristo aprove nosso trabalho como bom e legítimo, nosso coração deve ir adiante e guiar todos os nossos membros, para que não haja fingimento, pois Deus procura a fidelidade, o que significa que devemos estar inteiramente e de todo coração em nossas relações de trabalho. (CALVINO, 1987, p. 639).

Lutero (1995, p. 218) também afirma a necessidade de fidelidade no trabalho, e que isso “deve ser seguido por todos os empregados, empregadas, diaristas, trabalhadores e serviçais no relacionamento com seus senhores e senhoras [...] Em todos esses assuntos há de se cumprir o serviço, a fidelidade e o dever”.

Nas Escrituras cristãs, o apóstolo Paulo, em sua carta a Tito, aconselha os trabalhadores a não defraudar seus senhores, mas, antes, revelar íntegra fidelidade (Tito 2.10). Em comentário a esse versículo, Calvino (1998b, p. 333) afirma que

com o termo *fidelidade*, o apóstolo quer dizer lealdade e sinceridade para com seus senhores; portanto, *demonstrar íntegra fidelidade* significa agir de forma transparente, sem qualquer fraude ou prejuízo no exercício dos negócios de seus senhores.

Trabalhar com fidelidade indica integridade ou inteireza de caráter no desenvolvimento de qualquer serviço. Um trabalhador que no desempenho de suas funções traz prejuízos ao seu patrão ou empresa, não está agindo com integridade nem tampouco com uma moralidade ilibada. Ações negativas tais como, chegar atrasado, faltar ao trabalho por motivos banais, desperdiçar materiais ou produzir produtos defeituosos são sinais de um trabalho não realizado com integridade e fidelidade.

A questão da falta de pontualidade no trabalho pode ser vista como um exemplo claro da falta de fidelidade ao Senhor diante de quem o trabalho é realizado. Além disso, essa falha dos trabalhadores traz enormes prejuízos às empresas e comércios. A falta de compromisso e fidelidade com o tempo é tão prejudicial que, segundo estimativas apresentadas por Harrison, (2006, p. 42 apud GRUDEM; ASMUS, 2016, p. 350) “chegar atrasado custa ao Equador mais de 700 milhões de dólares ao ano, mais de 4% do PIB”. Ainda que pareça algo insignificante, a falta de pontualidade no trabalho traz enormes consequências negativas e, acima de tudo, desonra a Deus, pois o mesmo requer fidelidade de Seus servos.

Portanto, todo trabalhador que deseja honrar seu Senhor e glorificá-lo por meio de seu labor deverá trabalhar com integridade e fidelidade. Além disso, quando o trabalhador realiza um trabalho bem feito, primoroso e caprichado, sem dúvida, ele será recompensado por Deus. Pois,

o trabalho mais simples que fizermos em resposta a um chamado honesto, seja ele arar a terra, ou cavá-la, se feito em obediência e consciente de que obedecemos ao mandamento de Deus, é coroado com plenas recompensas; enquanto que o que é considerado um trabalho intrinsecamente mais nobre (pregar, orar, oferecer algo ao trabalho evangelístico), se for realizado sem o devido respeito às determinações e à glória de Deus, será acompanhado de maldições. Deus ama advérbios; para ele o importante não é quanto é bom o trabalho, mas quanto ele é *bem* feito. (JOSEPH HALL apud PLANTINGA, 2008, p. 122).

4.6.3 Trabalhando com excelência

Outra implicação do trabalho como serviço a Deus é que o mesmo deve ser realizado com excelência. Bringe (2012, capítulo 4, parágrafo 9) afirma que “se trabalhamos para Deus, nosso objetivo deverá ser nada menos que a excelência. Isso fornece entusiasmo e serve para medir o grau de sucesso”. Dois pontos importantes devem ser notados nessa afirmação de Bringe:

(1) O objetivo do trabalho é a excelência, pois ele é feito a Deus. Se a divindade é cultuada por meio do labor humano, e se este é feito como uma prenda ou oferta a ela, deve haver um desejo de oferecê-lo da melhor maneira possível. A compreensão de que Deus não aceita ofertas imperfeitas é um aspecto importante da religião judaico-cristã. Assim sendo, se o trabalho pode e deve ser oferecido a Deus como uma oferta por meio da qual Ele é adorado, o mesmo deve ser realizado com perfeição e excelência.

Como visto anteriormente, Deus pode e deve ser adorado por meio das atividades laborais humanas. O trabalho é uma forma de cultuar a Deus, e exatamente por esse motivo, ele não deve ser feito de qualquer maneira, mas de acordo a um padrão elevado de excelência. Deus, e não o homem, é o padrão para essa excelência. É verdade que um trabalho excelente atenderá melhor as expectativas humanas. O produto alcançado por meio de um trabalho excelente, por exemplo, satisfará melhor as necessidades do cliente. Isso é bom e positivo, pois o trabalho também é um meio de servir ao próximo. Porém, acima de tudo, e em primeiro lugar, o trabalho é um serviço a Deus, e por isso, deve ser realizado com excelência.

O pensamento de que Deus está sendo adorado e servido por meio de determinado trabalho fará com que o padrão de qualidade seja mais elevado. Obviamente que como consequência disso, o cliente ou a pessoa que é beneficiada com o resultado do trabalho será plenamente satisfeita.

(2) O sucesso do trabalho não é medido pela acumulo de recursos adquiridos por meio deste, mas pela maneira como o mesmo foi realizado. Isso contraria o padrão atual que avalia o trabalho por meio do sucesso financeiro do mesmo.

A partir dessa perspectiva, o grau de sucesso de determinado trabalho realizado está vinculado ao fato de o mesmo ter sido prestado a Deus e feito com a excelência que lhe é devida. Dessa forma, o trabalhador bem sucedido é aquele que agrada a Deus por meio do seu labor. Ele não é guiado por uma visão utilitarista, mas por um princípio que compreende que Deus é aquele que deve ser glorificado por meio de seu labor.

Bringe (2012, capítulo 4, parágrafo 9) declara que “labutamos, não apenas para obter sustento, mas para produzir algo excelente para a glória de Deus”. Isso implica que Deus é glorificado pela forma como o trabalho é realizado, pois se o mesmo for feito com excelência, será uma forma válida de cultuar, adorar e glorificar a Deus.

Há uma história atribuída a Lutero que retrata bem essa questão. Diz-se que determinado sapateiro que recém havia se convertido ao evangelho procurou o reformador alemão perguntando a ele o que poderia fazer para servir melhor a Deus. Lutero respondeu ao sapateiro que ele deveria fazer um bom sapato e vender a um preço justo (HORTON, 2006, p. 18). Isso aponta para o fato de que a excelência na realização das atividades laborais agrada a Deus, pois o mesmo é adorado dessa forma. Não é necessário que alguém se entregue a Deus a fim de servi-lo como missionário em terras distantes, ou como monge ou pastor, como se essas fossem as únicas maneiras aceitáveis de servi-lo e agradá-lo. Obviamente, alguns cristãos terão esse tipo de chamado, mas o fato é que todos podem servir a Deus igualmente em seus trabalhos cotidianos, bastando apenas realizá-los com dedicação e compromisso.

Com respeito aos trabalhadores no exercício de suas funções, Keller e Alsdorf (2014, p. 201) afirmam que eles “não devem trabalhar o mínimo necessário para não ser punidos; não devem se empenhar apenas quando os supervisores estão de plantão; não devem trabalhar de modo negligente ou distraído”. Todas essas coisas devem ser evitadas pelo trabalhador que reconhece que seu trabalho é feito diante de Deus e para Deus. Essa é a razão bíblica para que o trabalho seja feito da melhor maneira possível. Segundo o padrão bíblico, não há lugar para a negligência, o relaxo ou a preguiça no exercício das atividades laborais. “Ao

contrário, os cristãos têm de estar totalmente engajados no trabalho de mente, coração, e corpo para, assim, realizá-lo da melhor maneira possível”. (KELLER; ALSDORF, 2014, p. 201). Isso significa que todo trabalhador que reconhece que seu trabalho é realizado como um serviço a Deus, desejará realizar o mesmo com esmero, perfeição e excelência.

O motivo para que o trabalho seja realizado com excelência é apresentado por Keller e Alsdorf (2014, p. 201) quando afirmam que “os trabalhadores cristãos conseguem pensar e trabalhar dessa maneira porque têm uma razão nova para o que fazem. Trabalham ‘assim como a Cristo’, ou seja, como se trabalhassem para Cristo”.

De acordo com a ética protestante, quando o trabalho é feito para Cristo, como um serviço a Ele, haverá sempre o desejo de agradá-lo em tudo. Isso, sem dúvida, motivará o trabalhador a se empenhar em suas funções laborais com afinco a fim de apresentar a seu Senhor um trabalho excelente de forma que Ele seja glorificado. Nas palavras de Weber (2004, p. 109) o trabalho “do calvinista no mundo é exclusivamente trabalho *in majorem Dei gloriam* {para aumentar a glória de Deus}”.

5 O TRABALHO COMO SERVIÇO AO PRÓXIMO

Segundo o conceito visto anteriormente, na ética protestante do trabalho encontra-se o entendimento de que trabalhar é uma forma de servir a Deus, pois todo trabalho precisa ser realizado para Cristo. No entanto, há também a compreensão de que “o trabalho deve ser feito não apenas como se fosse para Cristo, mas também com a consciência de que estamos realmente agradando a Deus em conquistar seu mundo para o serviço da humanidade”. (BARCLAY, 2010, p. 93). Assim sendo, o trabalho tem o propósito tanto de glorificar a Deus como o de beneficiar a sociedade, pois ele é uma forma de serviço ao próximo.

O ideal do trabalho como uma forma de servir ao semelhante é, sem dúvida, mais um dos ensinamentos bíblicos concernentes ao trabalho que foi resgatado pelos reformadores. As preocupações sociais estavam presentes na ética dos primeiros protestantes. Moltmann (2009, p. 267, tradução nossa) afirma que “na ética econômica de Calvino e do calvinismo o trabalho e a propriedade estão ao serviço do próximo”.

Nesse capítulo, antes de demonstrar como o trabalho pode e deve ser usado como um instrumento de serviço ao próximo, serão apresentadas três razões encontradas na ética protestante do por que as pessoas devem ser servidas.

5.1 RAZÕES PARA O SERVIÇO AO PRÓXIMO

5.1.1 Porque é uma ordenança divina

Uma das características da natureza humana é o egoísmo, e, por essa razão, amar e servir ao próximo consiste em um grande desafio. O individualismo, tão marcante na sociedade atual, impede que as pessoas se preocupem com o próximo e enxerguem suas necessidades. Isso é consequência de uma visão de mundo na qual o “eu” desvincula-se da coletividade. Segundo Horton (2006, p. 127),

nessa visão de mundo, o trabalho perde o significado porque o homem perdeu o seu significado ante a face de Deus e, com essa perda, ele perdeu também a sua característica relacional, divinamente ordenada, para com o próximo.

No entanto, de acordo com a visão protestante, o amor e o serviço ao próximo não são opcionais, mas, na verdade, são uma ordenança divina inquestionável. Segundo Calvino (2008b, p. 39), “Deus nos manda fazer o bem a todos os homens sem exceção, ainda que a maioria não seja merecedora, se a julgarmos de acordo com seus próprios méritos”.

Em comentário ao mandamento bíblico que afirma: “Mas, se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer” (Romanos 12.20), Calvino (2001, p. 457), afirma que

pelos verbos *comer* e *beber* devemos entender atos de bondade de toda espécie. Portanto, segundo nossas possibilidades, devemos auxiliar nosso inimigo em qualquer problema, para que suas necessidades sejam supridas com nossos recursos, conselhos e empenhos. Pelo termo *inimigo* ele não quer dizer aqueles por quem sentimos ódio, mas aqueles que nutrem inimizade por nós.

Aqui fica clara a visão de Calvino de que o serviço ao próximo é uma ordenança divina que deve ser cumprida tendo em vista a todos os seres humanos sem exceção. Para o reformador, auxiliar ao próximo em suas necessidades não é uma questão de opinião pessoal, mas um mandamento dado por Deus, que inclui, inclusive, àqueles que aparentemente não seriam considerados como próximos.

O serviço e a ajuda ao próximo são vistos por Paulo no texto bíblico de Gálatas 6.2 como o cumprimento da lei de Cristo: “Levem os fardos pesados uns dos outros e, assim, cumpram a lei de Cristo”. Calvino (1998a, p. 177) entende que a ideia proposta por Paulo é a de que se deve “exercer benevolência uns para com os outros”. Ele ainda afirma que “quando alguém compassivamente socorre a seu próximo, a lei de Cristo está sendo cumprida”. Essa lei de Cristo é a lei de amor que obriga e constrange Seus seguidores a servirem uns aos outros. Em Seu ministério terreno, Jesus não somente promulgou essa lei, mas também a exemplificou por meio de Suas atitudes de serviço e amor ao próximo (HENDRIKSEN, 1984, p. 241).

5.1.2 Porque o próximo é portador da imagem divina

Na ética protestante, toda indisposição relacionada ao dever de ajudar e servir ao próximo desaparece diante do argumento de que cada ser humano leva em si a imagem de Deus. Para Calvino (2008b, p. 39), “as Escrituras nos ajudam com um excelente argumento, ensinando-nos a não pensar no valor real do homem, mas

só em sua criação, feita conforme a imagem de Deus”. Ele ainda assevera que “não temos que pensar nas maldades do homem, mas, antes, darmos conta de que ele é portador da imagem de Deus”. (CALVINO, 2008b, p. 40).

Na ética protestante, a consciência de que todos os homens foram criados à imagem de Deus é um importante motivo para o amor e o serviço ao próximo. Calvino (2007c, p.164) menciona esse fato ao afirmar que “a Escritura apresenta uma excelente razão, ao ensinar-nos que não devemos examinar o que os homens mereçam por si, mas sim considerar em todos a imagem de Deus, à qual devemos toda honra e amor”. Portanto, o dever de honrar ao próximo e amá-lo por meio do serviço estão vinculados ao fato de ele haver sido criado à imagem divina. Isso fica muito claro quando Calvino (2007c, p. 164) afirma o seguinte:

Assim, qualquer um que se apresente agora e que esteja necessitado da tua ajuda, não tens motivo por que te recusares a dedicares-te a ele. Dize que é um estranho: mas o Senhor mesmo imprimiu nele uma marca que te deve ser familiar, em virtude da qual proíbe que menosprezes tua carne (Is 58.7). Dize que é um homem desprezível e sem valor; mas o Senhor demonstra que ele é alguém honrado com a distinção de sua imagem. Dize que tu não tens dívida nenhuma para com ele; mas Deus como que o colocou em seu lugar, a fim de que, diante dele, reconheças os benefícios com os quais Deus te prendeu a si. Dize que ele é indigno de que te dêes ao menor trabalho por causa dele; mas a imagem de Deus, por causa da qual ele te foi recomendado, esta é digna de que te doês e a tudo quanto tens.

De acordo a esse entendimento de Calvino, a dignidade de qualquer pessoa encontra-se no fato de ter sido criada à imagem de Deus, e não em razão da posição que tal pessoa ocupa na sociedade. Para ele, todos são igualmente dignos não importando a posição ocupada ou o trabalho desenvolvido, e por esse motivo, devem ser servidos e auxiliados em suas necessidades.

5.1.3 Porque servir ao próximo é servir a Cristo

De acordo com a visão da ética protestante, servir ao próximo é, em certo sentido, o mesmo que servir a Cristo, porque, segundo Veith Junior (2007, p. 37), “Cristo aceita o que fazemos pelos outros como se estivéssemos fazendo isso por ele. O resultado é que quando amamos e servimos ao nosso próximo, no final das contas estamos amando e servindo a Cristo”.

Essa realidade aparece no texto bíblico de Mateus 25.40: “[...] o que vocês fizeram a algum dos meus menores irmãos, a mim o fizeram”. Para Veith Junior (2007, p. 37), “Cristo está oculto no nosso próximo, especialmente aqueles necessitados. O que motiva os cristãos a amar o próximo é ver Cristo nele”.

Veith Junior (2007, p. 37) também apresenta essa realidade de forma interessante ao afirmar que

o fazendeiro e outros que alimentam o ‘faminto’ estão alimentando Cristo. A mãe que está vestindo o seu bebê está vestindo Cristo. A enfermeira está cuidando de Cristo. Empregadores e empregados, maridos e mulheres, governantes e subordinados, pastores e leigos, e qualquer que seja o nosso próximo em nossas vocações – todos devemos ver Cristo uns nos outros.

Dessa forma, há uma relação existente entre o serviço ao próximo e o serviço a Deus, pois o mesmo é servido quando o próximo é auxiliado em suas necessidades. Essa relação aparece no texto bíblico de Hebreus 13.16: “Não se esqueçam de fazer o bem e de repartir com os outros o que vocês têm, pois de tais sacrifícios Deus se agrada”. Nesse versículo, o autor relaciona o fato de ajudar ao próximo com uma forma de oferecer sacrifícios a Deus. Calvino (2012, p. 380) entende que nesse texto

o autor realça outra forma de oferecer sacrifícios apropriados e aceitáveis, porquanto todos os deveres do amor equivalem a outros tantos sacrifícios [...] sejam quais forem os benefícios que façamos pelos homens, Deus os considera como feitos a ele próprio, e lhes imprime o título de sacrifício [...] Esses são os verdadeiros sacrifícios com os quais os verdadeiros cristãos devem comprometer-se.

Na compreensão de Calvino, o fato de que Deus seja servido quando o próximo é auxiliado em suas necessidades constitui um enorme privilégio para o cristão. Ele reconhece isso ao afirmar que

não é uma honra trivial que Deus considere o bem que fazemos aos homens como sacrifício oferecido a ele próprio, e valorize tanto nossas obras, às quais em si mesmas não possuem dignidade, que as denomina de *santas*. Portanto, onde nosso amor não se manifesta, não só despojamos as pessoas de seus direitos, mas também a Deus dos seus, o qual solenemente dedicou a si o que ordenou fosse feito em favor dos homens. (CALVINO, 2012, pp. 380-381).

5.2 VOCAÇÃO, AMOR E SERVIÇO AO PRÓXIMO

No capítulo no qual foi abordada a relação entre a providência divina e a vocação humana, ficou claro que, segundo a visão protestante, Deus age por meio do homem, ou seja, Ele cuida providencialmente de Suas criaturas usando outras criaturas. Deus concede vocações para que, por meio destas, os seres humanos possam servir uns aos outros. Por isso, Veith Junior (2007, p. 33) afirma que “o propósito da vocação é amar e servir ao próximo”. De forma que, para que uma atividade ou ocupação possa ser considerada como uma vocação legítima, ela deve demonstrar duas características: amor e serviço ao próximo. Veith Junior (2007, p. 33) reconhece que

no plano de Deus, cada pessoa deve amar o seu próximo e servi-lo com os dons apropriados de cada vocação [...] O resultado é uma divisão divina de trabalho no qual cada um está constantemente dando e recebendo num enorme intercâmbio, uma unidade de pessoas diferentes numa ordem social cuja essência e energia é o amor.

Perkins (2015, p. 6) afirma que “uma vocação ou chamado é certo tipo de vida, ordenado e imposto ao homem por Deus, para o bem comum”. Em sua definição de vocação, Perkins deixa claro que a mesma procede de Deus e é dada ao homem com o objetivo específico de contribuir para o bem comum. Aqui é possível notar a importante relação entre o conceito de trabalho como vocação e o conceito de trabalho como serviço ao próximo, pois todo o trabalho é uma vocação divina ordenada por Deus ao homem para que ele sirva seu semelhante visando seu bem-estar.

Nos ensinamentos da ética protestante do trabalho há uma preocupação pelo bem-estar de cada pessoa e um desejo de servir ao próximo, pois se reconhece que Deus capacita o indivíduo para que ele, por meio dos dons e graças recebidas na vocação, ajude ao seu semelhante por meio de seu trabalho. Calvino (2007c, p. 163) aponta que

somos administradores de tudo o que Deus nos conferiu com que podemos ajudar o próximo, e estamos obrigados a prestar contas da nossa administração. Além de tudo, essa é a única dispensação correta, a exigida pela regra da caridade. Assim, não somente ocorrerá que uniremos sempre a preocupação com o bem-estar alheio com o cuidado de nossa própria utilidade, mas até subordinaremos este àquela.

Todo trabalho produtivo, por meio do qual se cria bens e serviços, é uma forma de auxiliar e servir o próximo em amor. Grudem e Asmus (2016, p. 64) afirmam que “criar bens e serviços para os outros é uma maneira de obedecer ao mandamento de Jesus de amar o nosso próximo como a nós mesmos”. Esse amor ao próximo é demonstrado por meio da capacidade humana outorgada por Deus de criar bens por meio dos recursos existentes no planeta, pois esses bens servirão para o benefício e o bem-estar dos seres humanos. A criação de produtos úteis e a prestação de serviços benéficos são uma importante forma de serviço ao próximo por meio do trabalho. Quanto a isso, Grudem e Asmus (2016, p. 64) apontam os seguintes exemplos:

A mulher que cria uma camisa que alguém veste e valoriza, o homem que cria um par de sapatos que alguém calça e usufrui e a professora que genuinamente ajuda seus alunos a aprender fazem todas essas coisas com uma atitude de amor ao próximo, isto é, buscando trazer benefício a outras pessoas.

Conclui-se, então, que Deus vocaciona pessoas, capacitando-as com talentos para que, em amor, sirvam a outras pessoas. Dessa forma, vocação, amor e serviço funcionam juntos a fim de cumprir com o propósito de Deus para a comunidade humana. Por isso,

a doutrina da vocação questiona a conformidade, reconhece o valor único de cada pessoa e celebra as diferenças humanas, mas coloca essas pessoas numa comunidade com outras pessoas, evitando o narcisismo egoísta e exclusivo do individualismo secular (VEITH JUNIOR, 2007, p. 17).

5.3 TRABALHANDO EM PROL DA COMUNIDADE HUMANA

Como visto anteriormente, Deus vocaciona pessoas para determinado trabalho e este deve ser realizado para o benefício do próximo. A ideia de que cada pessoa deve se preocupar com seu semelhante é encontrada no texto bíblico de Filipenses 2.4. Paulo aconselha que “cada um cuide, não somente dos seus interesses, mas também dos interesses dos outros”. Seguir o conselho paulino implica que, sem individualismo ou egoísmo, o cristão deve devotar sua vida e seu trabalho ao serviço do seu semelhante. Por isso, Barclay (2010, p. 99) reconhece que

todos os cristãos devem tentar descobrir um papel na sociedade no qual eles possam ajudar a aumentar os recursos da comunidade. Eles não precisam depender de outros, se podem ajudar. Eles querem servir a Deus servindo o homem. Esse é o motivo principal para qualquer tipo de trabalho – seja na agricultura, nos negócios, como dona de casa ou operário.

Na ética protestante do trabalho, encontra-se o conceito que cada trabalhador deve laborar em prol da comunidade humana, contribuindo, dessa forma, para o seu bem-estar. Enquanto a isso, Lutero (1984, p. 81) afirma que

cada qual deve ser útil e prestativo aos outros com seu ofício e ocupação, de forma que múltiplas ocupações estão todas voltadas para uma comunidade, para promover corpo e alma, da mesma forma com que os membros do corpo servem um ao outro.

Lutero reconhecia a multiplicidade de vocações e a múltiplas formas como elas poderiam ser desenvolvidas na comunidade. Para ele, toda essa ampla gama de ocupações e ofícios se complementa, visando um mesmo e único objetivo, a saber, o benefício da comunidade. Lutero fez uso da metáfora do corpo com seus vários membros atuando em conjunto para o benefício do mesmo. De igual maneira, ele entendia que cada trabalhador ao desempenhar seu ofício específico estaria servindo seu próximo.

Calvino, fazendo uso também da mesma metáfora, entende que o trabalho como serviço ao próximo está relacionado ao fato de que os homens são membros de um corpo, e que, portanto, cada membro deve trabalhar para o bem comum de todo o corpo. Nesse sentido, cada trabalho deve ser útil e proveitoso para a comunidade, a fim de que ela seja beneficiada com o mesmo. Nas palavras de Calvino (1987, p. 457),

não é suficiente quando um homem diz: 'Oh, eu trabalho, tenho minha profissão, ou tenho esse ofício'. Isso não é suficiente. Mas devemos ver se esse trabalho é bom e proveitoso para o bem comum, e se sua comunidade pode ser beneficiada com ele. Pois não deveria ser este o fim para o qual tendem todas as ocupações e posições, e para o qual devem apontar, a saber, que todo homem procure empregar-se naquilo que não será inútil? E por essa razão somos comparados aos membros de um corpo.

Segundo esse entendimento da ética protestante, contribuir para o bem-estar social é um importante objetivo de qualquer espécie de trabalho. Em comentário à visão de Calvino sobre esse aspecto, Wallace (2003, p. 99) afirma que

Calvino também demonstrou sua preocupação em que as pessoas de sua época deviam não apenas encontrar a salvação em Jesus Cristo, mas também perceber que eram importantes para a comunidade a qual pertenciam. Calvino tentou assegurar que em Genebra cada pessoa pudesse descobrir que ela se comunicava com os outros, era cuidada por eles e que também fosse capaz de perceber que sua própria contribuição para o grupo social tinha valor para eles.

A ideia proposta é a de que cada indivíduo, por meio de seu trabalho, serve a comunidade e, portanto, deve entender que suas atividades laborais visam promover o bem comum. Para que isso ocorra, deve existir um sentimento de pertencimento à comunidade e uma visão de responsabilidade comunitária. Cada indivíduo é responsável pelo seu próximo, pois todos são membros de uma mesma comunidade. Nesse sentido,

o indivíduo precisa responder à abordagem e preocupação da comunidade e cumprir feliz sua vocação dentro dela. Seja qual for seu trabalho, ele deve tentar percebê-lo como um chamado sagrado que, para ser cumprido, será auxiliado pela vontade de Deus. Nesse caminho de obediência, ele terá uma vida estável e com propósito. (WALLACE, 2003, p. 109).

Esse propósito afirmado por Wallace é o de servir ao próximo por meio do trabalho, objetivando seu bem-estar. A comunidade é servida e beneficiada com o labor de cada indivíduo. Segundo Barclay (2010, p. 89), “desde a sua criação o homem foi feito para trabalhar no mundo, transformando seus recursos naturais e os dons da natureza humana em bem para a comunidade”. O trabalho não é um fim em si mesmo, ele tem um propósito maior que abrange o serviço ao próximo. Diante disso, na ética protestante, qualquer visão individualista e egocêntrica sobre o trabalho deve ser rejeitada, pois

uma vez que o trabalho do homem é o ato concreto pelo qual o próprio Deus age no mundo, este labor é obrigatoriamente uma obra realizada em solidariedade, orientada para com o proveito não do indivíduo exclusivamente, mas da comunidade inteira. (BIÉLER, 1990, p. 535).

Biéler (1990, p. 536) ainda afirma que “nenhum trabalho digno deste nome pode ser compreendido senão como uma obra útil à comunidade e proveitosa a cada um de seus membros, comunicando-lhe de forma concreta algum benefício”. Esse é um importante ponto de vista sobre o trabalho, pois o mesmo não é visto como simplesmente uma forma de beneficiar aquele que o realiza.

5.4 TRABALHANDO POR UM PROPÓSITO MAIS ELEVADO

Certamente, um dos propósitos do trabalho é o de que o trabalhador consiga sustento para si mesmo e para sua família. No entanto, deve-se entender que este não é o único objetivo. Segundo a ética protestante, há também um propósito mais elevado que todo trabalhador deve ter em mente, e isso diz respeito ao trabalho como um serviço ao próximo.

Em relação a esse fato, Perkins (2015, p. 16) afirma o seguinte:

Talvez alguém diga: não devemos trabalhar em nossas vocações para sustentar nossas famílias? Eu respondo: isso tem de ser feito; mas esse não é o escopo e o objetivo de nossas vidas. O verdadeiro objetivo de nossas vidas é servir a Deus, em servir ao homem. E como recompensa desse serviço, Deus envia suas bênçãos sobre os trabalhos dos homens, permitindo que eles a recebam por seus labores.

Em suas palavras, Perkins conclui que o verdadeiro e mais elevado propósito do trabalho não é o benefício particular. Para ele, a vida humana cumpre com seu objetivo quando o indivíduo serve a Deus, por meio do serviço aos homens no cumprimento de sua vocação. Isso ocorre quando se trabalha de forma tal que os seres humanos são servidos e beneficiados por meio do trabalho realizado.

Essa realidade também é exposta no texto bíblico de Efésios 4.28: “O que furtava não furtar mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade”. Nesse versículo, Paulo afirma que, por meio do fruto de seu trabalho, o trabalhador deve ajudar e assistir os necessitados. Comentando esse versículo, Calvino (2007a, p. 116) assevera que “ninguém pode viver exclusivamente para si e negligenciar o semelhante. Todos nós temos de dedicar-nos à atividade de suprir as necessidades do semelhante”.

Na ética protestante do trabalho, suprir as necessidades do próximo por meio do trabalho ou por meio do fruto deste é um objetivo fundamental que ao ser cumprido, enobrece o valor do labor humano. Perkins entende que todo e qualquer tipo de trabalho realizado como um serviço ao próximo é agradável a Deus, ainda que o mesmo seja humilde ou insignificante à vista de outros. Em relação a isso ele afirma:

Nisto aprendemos como os homens de posição e vocação humildes podem ser consolados. Que eles considerem que ao servir os homens, pela realização de deveres simples e humildes, eles servem a Deus; e, portanto, seu serviço não é insignificante à Sua vista. (PERKINS, 2015, p. 16).

De acordo com essa visão, todo trabalhador pode e deve esperar que seu trabalho seja uma fonte de benefícios para si mesmo e para sua família. No entanto, ele não deve se esquecer do fato de que, ao trabalhar, ele estará cumprindo com um propósito maior que é o de servir e beneficiar seu semelhante. Nesse sentido, esse conceito da ética protestante do trabalho como serviço ao próximo aponta para o fato de que o labor humano não visa atender somente a satisfação e comodidade do próprio trabalhador, mas também a de todos aqueles que estão à sua volta.

5.5 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Segundo a ética protestante, todos os trabalhadores devem entender e aceitar sua obrigação de trabalhar de tal maneira que seu próximo seja servido e auxiliado por meio de seu trabalho. Há duas maneiras pelas quais isso pode ser feito: Em primeiro lugar, é possível servir ao próximo diretamente por meio de um trabalho específico. Em segundo lugar, o próximo pode ser servido mediante o fruto ou o ganho do trabalho. Além disso, outra forma de servir e auxiliar as pessoas em suas necessidades é por meio da criação de empregos, dando assim, a oportunidade de que elas consigam seu próprio sustento.

5.5.1 Servindo ao próximo por meio do trabalho

Como visto anteriormente, cada ser humano faz parte de uma comunidade global e, por isso, deve trabalhar tendo em vista o benefício dessa comunidade. Os mais distintos trabalhos apresentam formas variadas de servir ao próximo. Na verdade, na visão protestante, quando o trabalhador está realizando seu labor, Deus o está usando para abençoar os que se beneficiarão por meio desse trabalho. Veith Junior (2007, p. 12) afirma, por exemplo, que

Deus nos protege por meio da ação dos policiais e de toda a aparelhagem do sistema legal. Ele nos dá beleza e significado mediante a expressão dos artistas. Ele permite que viajemos graças ao ministério dos funcionários das empresas automobilísticas, dos mecânicos, das pessoas que trabalham nas rodovias e dos

funcionários dos aeroportos. Ele nos mantém limpos graças ao trabalho dos garis, dos encanadores, dos funcionários da Saúde Pública [...] O atendente da lanchonete, o inventor, o assistente administrativo, o cientista, o contador, o músico – cada um deles tem uma vocação digna, que é usada por Deus para abençoar o seu povo e a sua criação e servir a eles.

Quando o trabalhador tem essa compreensão de que seu trabalho, não importando qual seja, tem o objetivo de trazer comodidade, utilidade e bem-estar ao próximo, ele o desenvolverá de forma tal que esse fim seja realmente alcançado. O entendimento de como o próximo pode ser beneficiado por meio de determinado trabalho realizado, ajuda o trabalhador a exercer seu ofício com mais empenho e com a preocupação de servir as demais pessoas.

Como visto na afirmação de Veith Junior, Deus tem Suas formas de usar os mais diversos tipos de trabalho para abençoar as pessoas. No entanto, nem sempre é simples entender como determinados trabalhos cumprem com o propósito de servir ao próximo. Logicamente,

é mais fácil ver como Deus abençoa o mundo por intermédio de fazendeiros e trabalhadores rurais do que por intermédio de publicitários executivos da Madison Avenue ou estrelas de cinema de Hollywood [contudo] as empresas precisam de publicitários para ajudá-los a obter sucesso, e as estrelas de Hollywood podem oferecer prazeres inocentes para milhões. (VEITH JUNIOR, 2007, p. 58).

Isso significa que todo o trabalho honrado, quando realizado de forma justa e honesta, pode servir para o bem comum e para o benefício da sociedade. As distintas profissões cumprem com seu objetivo de servir o próximo quando são desempenhadas para atender as diversas necessidades da comunidade.

Por outro lado, o próximo não é servido por meio de um trabalho realizado de forma desonesta e desleal. Quando um trabalhador desempenha suas funções visando prejudicar ou tirar proveito das pessoas, ele não está cumprindo com seu propósito de servi-las por meio de seu ofício. Para Lutero, isso é tão grave, que ele considera ser um descumprimento do sétimo mandamento: “não furtarás”. Em comentário a isso, ele afirma que

roubar nada mais é que se apropriar da posse de outros de modo injusto. E isso inclui as atividades comerciais em que buscamos a própria vantagem à custa do próximo. [...] roubar não significa

apenas esvaziar o cofre e os bolsos do próximo, mas quando alguém se apropria de maneira injusta de algo que pertence a outro e o engana – no mercado, em todas as lojas e açougues, adegas de vinho e cerveja, oficinas, e em resumo, em todo lugar onde há comércio ou transações financeiras em troca de mercadoria ou trabalho. [...] Quando, por exemplo, um servo ou uma serva, não executam fielmente o serviço na casa e causam danos, ou então permitem o dano quando este poderia ser impedido, ou se os bens sob sua responsabilidade se deterioram por indiferença, preguiça ou maldade, e nem se importam com isso [...] O mesmo digo a respeito de artífices, operários e diaristas que enganam as pessoas com base na ignorância delas, enquanto são descuidados e infiéis em seu trabalho. Todos eles são bem piores que os ladrões que roubam sorrateiramente [...] (LUTERO, 2017, pp. 325-326).

Outro importante ensino de Lutero diz respeito a como os comerciantes devem servir as pessoas ao vender mercadorias a um preço justo a fim de não causar nenhum prejuízo a quem as compra. Ele reforça o compromisso que esse tipo de trabalhador deve ter com o próximo por meio dos seguintes conselhos:

teu comércio não deve depender totalmente de teu arbítrio e poder, independente de qualquer lei e medida, como se fosses um deus que não tem compromisso com ninguém. Muito antes, visto que esse teu comércio é uma atividade que praticas em favor do teu próximo, ela deve acontecer dentro de leis e em responsabilidade diante da consciência de tal maneira que a possas exercer sem dano ou prejuízo para o próximo. Deves ter muito mais cuidado para não lhe infringir prejuízo, e não pensar apenas como ter maior lucro. (LUTERO, 1995, p. 380).

Na Idade Média, por influência de Aristóteles, havia um ensino sobre “preço justo” que apontava para o fato de que o preço de uma mercadoria deveria ser o equivalente para restituir os gastos com sua produção (matéria prima e mão-de-obra), não permitindo nenhum lucro adicional. Lutero contraria essa teoria ao apontar que o comerciante tem o direito de um lucro honesto para atender suas necessidades. Ele afirma que

é justo e correto que um comerciante lucre o suficiente com sua mercadoria para cobrir seus custos e seu empenho, que trabalho e risco sejam recompensados. Afinal, um lavrador precisa receber alimento e salário por seu trabalho. Quem é que pode servir ou trabalhar de graça? Assim diz o Evangelho: ‘Digno é o trabalhador de seu salário’. [...] O lucro conseguido dessa forma considero ganho honesta e adequadamente [...] (LUTERO, 1995, pp. 380-381).

Como visto, ainda que o lucro honesto e justo fosse reconhecido como algo digno, todo desejo de lucros exorbitantes que prejudicam o próximo era condenado

pelos reformadores. Biéler (1999, p. 131) cita o exemplo de Calvino ao mencionar que

enquanto o custo de vida crescia a cada dia na cidade de Calvino, os negociantes estocavam os bens de primeira necessidade para lucrar com a alta dos preços. Calvino denunciou com vigor tais práticas especulativas. Os monopolizadores e especuladores, proclama com intrepidez profética, não são nada menos que assassinos, porque privam os mais pobres dos bens indispensáveis à sua subsistência. [...] Portanto, no pensamento do reformador, a liberdade de comércio, a livre troca, é um grande bem, mas sob a condição de que se lhe combatam os abusos. Em tempos de penúria sobretudo, devem ser controlados por legislação em conformidade com ética severa e lúcida.

Qualquer tipo de trabalho, portanto, deve ser realizado, não com o fim de prejudicar, mas com o de favorecer o próximo. Cada trabalhador, como membro da comunidade, deve laborar em prol da mesma visando seu crescimento e desenvolvimento.

Em relação a essa visão do trabalho como serviço à comunidade, Calvino tem um conselho aos pais que desejam orientar seus filhos na escolha de uma profissão. Ele afirma que

quando os pais pretendem conduzir seus filhos a uma profissão, não considerem (como é de costume) o que pode ser mais recompensador, mas deixe-os vincular essas duas coisas. Quando um homem chega a considerar por qual profissão seu filho pode ganhar seu sustento e sustentar a si mesmo e sua família após o casamento, ao mesmo tempo em que também cuide para que ele sirva ao seu próximo, e que o uso de sua habilidade e profissão possa contribuir ao benefício comum de todos os homens. (CALVINO, 1987, p. 458).

Para Calvino, é dever dos pais aconselhar seus filhos a fim que eles entendam que seus trabalhos precisam ser exercidos de forma a beneficiar o próximo. Esse tipo de aconselhamento é necessário para que haja o entendimento de que a busca por uma profissão deve ser feita visando uma contribuição positiva para a comunidade.

Diante dessa visão da ética protestante, todo trabalhador deve realizar seu trabalho tendo em mente a seguinte perspectiva: a de estar trabalhando para beneficiar e servir seu semelhante, e que, ao trabalhar, Deus o está usando a fim de

abençoar o próximo. Isso implica que todas as tarefas realizadas no trabalho devem ser feitas de acordo com esse parâmetro de serviço e amor ao próximo.

5.5.2 Servindo ao próximo por meio do fruto trabalho

Além de servir ao próximo diretamente por meio do trabalho realizado, é possível servi-lo também mediante os recursos obtidos por meio desse trabalho. A renda obtida como fruto do labor deve ser reconhecida como uma bênção divina concedida com o propósito de compartilhá-la com os necessitados. Calvino (2008b, p. 37) afirma que

temos que compartilhar liberalmente e agradavelmente com todos e cada um dos favores do Senhor com os demais, pois isso é a única coisa que os legitima. Todas as bênçãos de que gozamos são depósitos divinos que temos recebido com a condição de distribuí-los aos demais.

Dessa forma, os recursos e bens recebidos pelo trabalhador devem ser usados em benefício de seus semelhantes. Calvino (2008a, p. 236) reconheceu esse fato ao afirmar que “assim como não nascemos exclusivamente para nós mesmos, o cristão também não deve viver exclusivamente para si, nem usar o que possui somente para seus propósitos particulares ou pessoais”.

Por isso, a ética protestante enfatiza que os frutos e ganhos obtidos como resultado de um trabalho legítimo e honesto são bênçãos do Senhor. Deus concede Suas bênçãos a fim de que aqueles que foram abençoados abençoem a outros. Todos os trabalhadores precisam reconhecer que

todas as graças que obtemos do Senhor nos foram confiadas por Ele com a condição de que contribuamos ao bem comum da Igreja; e, portanto, que o uso legítimo de todas essas graças implica comunicação liberal e benigna delas aos demais. Para manter essa comunicação, não se poderia imaginar nenhuma outra regra, nem mais certa nem mais poderosa, pois nos ensina que todos os bens que valorizamos nos foram dados por Deus em depósito, e que os passou para nossas mãos com a condição de que os repartamos em benefício do próximo. (CALVINO, 2007c, p. 163).

Wallace (2003, p. 81) afirma que Calvino “insistiu que, como uma lei para a vida, onde houvesse riqueza abundante deveria haver também abundantes doações do rico para o pobre”. Nesse sentido, o rico tem responsabilidades para com o

pobre, e essa responsabilidade se dá porque, ao ter sido abençoado por Deus, o rico deve compartilhar essas bênçãos com os necessitados.

No entendimento de Calvino, o ato de servir o próximo prestando auxílio a fim de atender suas necessidades é uma ordenança divina, por esse motivo ele afirma que

o Senhor ordena que demos em justa proporção dos recursos que nos estão disponíveis, tanto quanto nossos fundos permitam, socorrendo aqueles que se acham em dificuldades, de tal modo que não haja alguns com extrema abundância e outros com extrema carência. (CALVINO, 2008a, p. 217).

No entanto, apesar de reconhecer que o serviço ao próximo é um mandamento divino que deve ser obedecido, no que diz respeito à quantia que se deve separar para o auxílio dos necessitados, Calvino entende que não há uma ordenança específica que a estipule. Em seu entendimento, ele afirma que

Deus sempre ordena que aliviemos as necessidades de nossos irmãos, porém em parte alguma determina o quanto devemos dar, de modo que calculemos e dividamos entre nós e os pobres. Em parte alguma Ele nos prende a tempos, nem a pessoas, nem a lugares específicos, mas simplesmente nos ordena que nos deixemos guiar pelas regras do amor. (CALVINO, 2008a, p. 212).

Para Calvino a base para a prática de ações de caridade e de atos de ajuda ao próximo é a graciosa benevolência de Deus, pois é Ele quem distribui graciosamente Suas bênçãos aos seres humanos. Nesse sentido, aqueles que desejam seguir a Deus fielmente, devem imitá-lo por meio da ajuda aos necessitados, entendendo que ao fazê-lo, estão sendo despenseiros dos dons recebidos pela graça divina. Enquanto a isso, ele afirma que,

visto que nosso Pai celestial nos concede todas as coisas por sua soberana graça, devemos ser imitadores de sua graciosa benevolência, praticando também atos de bondade em favor de outrem; e, em razão de nossos recursos virem dEle, não somos mais que despenseiros dos dons de sua graça. (CALVINO, 2008a, p. 209).

Além disso, Calvino (2008a, p. 206) reconhece que “quando prestamos auxílio a nossos irmãos, devemos atribuí-lo à graça de Deus e considerá-lo um extraordinário privilégio a ser ardorosamente buscado”. Ao invés de ver a doação de

recursos aos necessitados como uma desvantagem ou um prejuízo, a mesma deve ser vista como um ato vantajoso e privilegiado.

Na visão de trabalho como serviço ao próximo, há essa implicação de que os ganhos obtidos por meio do trabalho devem ser utilizados conscientemente de forma a minimizar as dificuldades dos necessitados. Isso implica também, um envolvimento por parte dos trabalhadores em obras de assistenciais. Moltmann (2009, p. 267) afirma que “as comunidades reformadas sempre se distinguiram por suas organizações exemplares de assistência social”.

Em Genebra, por exemplo, foi criado um Fundo que visava atender os enfermos, os incapacitados e os órfãos. Segundo Hall (2007, p. 105), “o Bourse Française foi fundado sob a liderança de João Calvino em algum momento entre 1536 e 1541. Seu desejo inicial era amenizar o sofrimento causado aos residentes franceses que vinham a Genebra”. Os diáconos eram os responsáveis pelo recebimento dos recursos e pela administração dos mesmos, de forma que as provisões fossem distribuídas para os necessitados. Somente aqueles que estivessem realmente incapacitados de trabalhar recebiam a ajuda.

Para Calvino, a igreja deve se comprometer diretamente com a assistência dos necessitados, e os diáconos são os agentes responsáveis pela supervisão e efetivação dessa obra. Em relação a isso, ele afirma que

o cuidado devido aos pobres foi entregue aos diáconos [...] a Escritura chama diáconos especialmente àqueles que foram encarregados de dispensar as esmolas e cuidar dos pobres, e serem seus procuradores. [...] Ora, tais foram os diáconos da Igreja apostólica, e tais nos convém tê-los agora. (2007c, p. 508).

Em 1541, Calvino redigiu as Ordenanças Eclesiásticas de Genebra, e nesse documento foi regulamentada a organização do diaconato (HALL, 2017, p. 106). Para tanto, uma série de ordenanças foram apresentadas para definir o papel dos diáconos nos recebimentos dos recursos e na distribuição dos mesmos aos pobres e enfermos. Em Genebra, os diáconos tiveram fundamental importância na realização das obras de caridade.

Hall e Burton (2017, p. 118) afirmam que “a utilização de fundos de doações para criar ativos beneficentes, se utilizados de forma sensata e regular, é um projeto

grande capaz de gerar muitos benefícios”. Na perspectiva da ética protestante, o trabalhador que deseja servir seu próximo deve se envolver, por meio da doação de recursos, com esse tipo de assistência social.

5.5.3 Servindo ao próximo por meio da criação de trabalho

Apesar de as obras de caridade e o assistencialismo serem uma importante faceta que deve existir em cada sociedade a fim de atender as carências dos necessitados, a criação de empregos é a melhor forma de diminuir a desigualdade social.

Grudem e Asmus (2016, p. 51, grifo dos autores) afirmam que “o alvo correto para uma nação pobre [...] deve ser *tornar-se uma nação que produza continuamente uma quantidade maior de bens e serviços a cada ano*”. Onde há abundantes empregos, indústria e comércio prósperos, há também um maior desenvolvimento social. Uma sociedade mais desenvolvida será aquela na qual os indivíduos, ao invés de dependerem exclusivamente do assistencialismo, têm suas próprias fontes de renda por meio de seus trabalhos. Hall e Burton (2017, p. 174) também apontam para a realidade de que “o trabalho é o principal meio de amenizar a pobreza temporária, além de ser o elemento fundamental no rompimento dos vínculos com um estilo de vida baseada na assistência social governamental”.

Nesse sentido, ainda que exista essa obrigação relacionada com o auxílio aos pobres por parte dos ricos, deve existir também uma forma de que a riqueza flua para os menos afortunados através da criação de empregos e por meio da oferta de trabalhos. Esse entendimento está presente em Calvino, e por isso, houve esse tipo de esforço na cidade de Genebra. Enquanto a isso, Wallace (2003, p. 80) afirma que

Calvino acreditava que [...] a saúde do corpo social e político dependeria também da comunicação social de bens e serviços. Ele percebeu que esse intercâmbio dependeria do fluxo de dinheiro, o sangue da vida da comunidade, em direção e a partir de cada membro.

Se a riqueza tivesse que fluir, primeiramente ela teria de ser produzida. Aqueles que se dedicaram a uma cuidadosa pesquisa dos registros da cidade fizeram um relato impressionante de como as autoridades, durante o tempo de Calvino em Genebra, encorajaram o estabelecimento de novas empresas comerciais. A confecção de roupas e o trabalho gráfico foram incentivados. Há a menção de uma indústria farmacêutica. A indústria da seda foi expandida, sendo que

os jovens foram treinados na habilidade da fiação da seda por um especialista de Lyons e árvores de amora foram cultivadas para a cultura do bicho-da-seda.

Calvino preocupou-se com o problema do desemprego em Genebra e atuou diretamente para que vários problemas trabalhistas fossem resolvidos. A exemplo disso, Biéler (1970, pp. 52-53) comenta que Calvino

ocupa-se tanto da formação profissional dos jovens como da readaptação dos adultos a novos empregos. Os que não podiam encontrar imediatamente emprego na sua profissão recebiam outras ocupações provisórias remuneradas. Mas nem toda mão-de-obra era assim absorvida pelos empregos existentes. Fazia-se, então, necessário criar novos empregos e novas profissões. Calvino intervém junto ao Pequeno Conselho para que este crie a indústria de tecelagem.

Além do esforço para a criação de novos empregos e para a capacitação de mão-de-obra especializada, Calvino também se preocupou com a formação acadêmica de profissionais liberais. Para tanto, ele criou em 1559 a Academia de Genebra, que além do curso de Teologia, também possuía os cursos de Direito, Medicina, e educação pública para jovens. (HALL; BURTON, 2017, pp. 119-120). Nenhum estudante pagava mensalidades, e isso foi de extrema importância em uma época em que a educação estava essencialmente limitada às elites.

Outro fato interessante que era comum em Genebra é apresentado por Hall (2017, p. 108), quando afirma que

os diáconos encorajavam ativamente uma ética de trabalho produtivo. Ofereciam subsídio temporário e treinamento profissional conforme necessário; algumas vezes, chegavam a oferecer ferramentas ou suprimentos necessários para que uma pessoa em boas condições físicas pudesse exercer uma vocação honesta.

Além disso, a importante visão de Calvino sobre o empréstimo a juros trouxe grandes benefícios para aqueles que precisavam de recursos para a criação de seus próprios negócios. Olasky (2011, p. 87) afirma que Calvino

entendeu que desenvolver um trabalho e produzir oportunidades de trabalho requeria o uso adequado do crédito e que a interpretação da igreja medieval a respeito da usura estava errada. Os cristãos, ao longo da era medieval, tinham ouvido que não podiam fazer empréstimos envolvendo lucro – e, como resultado, faziam poucos empréstimos.

No entendimento da igreja medieval, o dinheiro não gera dinheiro, e, portanto, não se devem exigir juros sobre o dinheiro emprestado. Além disso, acreditava-se que a Bíblia proíbe qualquer tipo de usura. Contudo, Calvino acreditava que a proibição bíblica se aplicava ao abuso da usura quando o dinheiro era emprestado ao necessitado, e que nesse caso, não deveria haver cobrança de juros. Já o empréstimo que gera um capital por meio do qual se realizará um trabalho que trará remuneração, para Calvino, não era proibido pela Bíblia. Nesse sentido, o reformador propõe “distinguir entre *empréstimo para o consumo* que, sendo empréstimo assistencial deve ser gratuito, e *empréstimo para a produção*, gerador de produtos novos”. (BIÉLER, 1999, p. 133, grifo do autor).

O empréstimo que possibilita a criação de novos empregos e negócios traz um desenvolvimento sadio para a economia. Por isso, o incremento da indústria e do comércio é essencial para a prosperidade econômica da sociedade e para a diminuição do desemprego.

Segundo Biéler (1999, p. 127), “a ética reformada do trabalho ordena ação social eficaz para prevenir o desemprego e intervir em benefício de suas vítimas”. Por essa razão, todos aqueles que desejam viver de acordo aos preceitos desta ética, devem empenhar-se de alguma forma para que a falta de trabalho seja diminuída o máximo possível. Isso é necessário, pois o desemprego está entre os mais terríveis males sociais. Em relação a isso, Biéler (1999, p. 127) afirma que

já que o trabalho é essa obra indispensável, pela qual o homem se realiza na obediência a Deus, o desemprego é uma calamidade social que deve ser combatida com o máximo vigor. Privar o homem do seu trabalho é verdadeiro crime. É, de certa forma, subtrair-lhe um pouco a vida.

O indivíduo que possui condições de gerar novos empregos mediante a criação de empresas, ou a possibilidade de empregar pessoas, estará prestando um serviço à comunidade, pois uma forma de servir o próximo é oferecendo a todos a oportunidade de trabalhar para que assim possam conquistar sua liberdade econômica por meio de seu próprio sustento. No entanto, a fim de que as pessoas sejam realmente beneficiadas e servidas por meio de oportunidades de trabalho, faz-se necessário que os empregadores paguem a elas salários justos.

De nada adianta criar novos empregos a fim de reduzir a pobreza se os trabalhadores que ocuparão esses empregos forem explorados e mal remunerados. Portanto, é importante mencionar aqui, ainda que brevemente, a visão protestante sobre o salário e sobre a justa remuneração dos trabalhadores.

Biéler apresenta o fato de que o salário é um dom de Deus dado aos trabalhadores, pois, segundo ele, tudo o que o ser humano recebe é fruto da graça divina. Por isso, Biéler (1970, p. 54) assevera que

já que o salário é o signo da graça de Deus, nenhum homem pode dele dispor arbitrariamente: o salário do próximo não lhe pertence. Em dando ao trabalhador o que lhe deve, o patrão não faz outra coisa que entregar ao próximo aquilo que o próprio Deus lhe concede para viver. Confiscar ou reter, no todo ou em parte, o salário que cabe a alguém é, pois, um sacrilégio, visto ser uma ofensa a Deus tanto quanto ao próximo.

Quando o salário justo é negado, tanto Deus como o próximo são ofendidos. Isso ocorre porque o empregador é o instrumento que Deus usa para, por meio do pagamento do salário, atender as carências do trabalhador. Segundo esse entendimento, o empregador tem a obrigação, diante de Deus, de entregar totalmente ao empregado aquilo que lhe é devido por seu trabalho, e que lhe servirá para a manutenção de suas necessidades.

No que diz respeito a como determinar se uma remuneração é justa ou não, Biéler (1970, p. 55) escreve o seguinte:

Aí se encontra a condição básica para determinar-se o justo salário. Este só pode ser equitativamente estabelecido quando as duas partes se sabem plenamente responsáveis perante Deus pelo fruto do seu trabalho e pelos seus bens. Nesse caso, de comum acordo e livremente, podem estabelecê-lo em plena consciência de suas responsabilidades. Semelhante tomada de consciência espiritual com respeito ao salário só pode dar-se no domínio da fé. Como, porém, nem todos são crentes, faz-se mister encontrar um equivalente humano para arbitrar o justo salário. O preço justo do mercado, ou o fixado pela autoridade pública. Os cristãos devem saber, contudo, que essa norma humana é muito relativa. Dada a desordem social do mundo, ela não pode ter valor absoluto. Os usos e leis refletem sempre, mais ou menos, a desordem de um momento histórico. A fixação objetiva de preços, portanto, não dispensa a responsabilidade própria do cristão para com aquele, superior ou subordinado, que trabalha com ele ou para ele.

Apesar de reconhecer que a visão protestante sobre o salário está fundamentada em questões religiosas pertencentes ao campo da fé, Biéler também reconhece que nem todos compartilham da mesma fé, e que, portanto, faz-se necessária uma intervenção das autoridades públicas para o estabelecimento da ordem com relação a esse assunto. No entanto, os protestantes não tinham problema em apelar às autoridades, pois entendiam que as mesmas podiam ser instrumentos de Deus para a manutenção de uma vida social harmoniosa. Nesse sentido, Biéler (1970, p. 58) afirma que

o salário não pode [...] ser tratado puramente em termos de medidas quantitativas objetivas; antes, deve ser visto, em primeiro lugar, em razão das necessidades reais de trabalhadores revestidos da dignidade de filhos de Deus. O que não impede – pelo contrário, exige – que o Estado exerça certo controle no assunto, que os salários sejam garantidos por regulamentos contratuais e que, em caso de conflito, se possa recorrer a arbitragens.

Em relação a isso, ainda pode ser mencionado o fato de que Calvino e os pastores de Genebra se esforçaram para por em prática aquilo que eles criam ser a visão correta e bíblica sobre o salário. Biéler (1999, p. 130) menciona o exemplo de que

Calvino interveio junto a seus colegas para que a ética da justa remuneração fosse aplicada na sua cidade. Àquela época, como na maioria dos países vizinhos, a população atravessava período difícil, caracterizado por alta generalizada do custo de vida. [...] Advieram perturbações sociais, entre os gráficos principalmente. Sob a iniciativa dos pastores, o Conselho, de comum acordo com os representantes da profissão, tomou medidas para regulamentar a atividade gráfica. Graças a essa intervenção e à ponderação dos interessados, Genebra evitou greves que perturbaram Lion e Paris naqueles tempos. Essa paz social, obtida mediante a negociação entre todas as partes, contribui para a recuperação da economia de Genebra e para seu desenvolvimento rápido em comparação com as economias vizinhas.

Como visto, umas das aplicações práticas do conceito protestante de trabalho como serviço ao próximo é a de que deve existir um esforço em prol da criação de empregos e da remuneração justa dos empregados. Dar às pessoas a oportunidade de trabalhar e de receber salários justos por seus trabalhos é uma forma de serviço ao próximo, pois quando isso acontece, as pessoas são grandemente beneficiadas.

6 CONCLUSÃO

O objetivo dessa dissertação tem sido o de analisar três conceitos da ética protestante do trabalho, a saber, o trabalho como vocação, o trabalho como serviço a Deus, e o trabalho como serviço ao próximo. A escolha desses três conceitos não foi aleatória, pois os mesmos estão intimamente relacionados. Essa relação ocorre, pois, na ética protestante, o trabalho humano é uma resposta a uma vocação divina. Deus vocaciona indivíduos a fim de que trabalhem com o objetivo de servi-lo e de servir ao próximo.

Na ética protestante do trabalho, o mesmo é visto tanto como uma responsabilidade pessoal como uma obrigação social. Como responsabilidade pessoal, o trabalho é um bem espiritual, pois o trabalhador tem a responsabilidade de servir a Deus por meio de seu labor. Já como obrigação social, o trabalho é um bem moral, pois por meio deste, o trabalhador tem a obrigação de beneficiar a sociedade por meio de seu labor. Isso é possível porque, na visão protestante, Deus vocaciona indivíduos capacitando-os, dessa maneira, para servi-lo e para servir ao próximo por meio do trabalho.

Essa ética protestante não somente revolucionou a forma como o trabalho era entendido, mas também impactou positivamente as sociedades que a adotaram. Nesse sentido, a cosmovisão protestante, por meio de seus princípios éticos, fez toda a diferença no desenvolvimento econômico e social de muitas regiões. Isso ocorreu por causa de uma visão religiosa ligada ao trabalho.

Entre os Reformadores que foram instrumentos para a elaboração dessa ética, ficou patente a grande colaboração de Lutero, principalmente com sua contribuição sobre a doutrina do sacerdócio de todos os crentes e com sua visão sobre a vocação; visão esta que foi também abraçada por João Calvino. Em relação a Calvino, pode-se dizer que ele foi o grande sistematizador da ética protestante do trabalho. Mesmo que ele não tenha escrito nenhum livro específico sobre o assunto, em suas pregações, comentários bíblicos e demais escritos, sempre que o tema do trabalho vinha à tona, ele o expunha de maneira bíblica e coerente. Por isso, sua contribuição para o tema foi de incontestável importância. Entre os puritanos, é possível identificar a contribuição de William Perkins, principalmente no que diz

respeito a uma visão bíblica do trabalho como vocação e serviço a Deus, por meio do serviço ao homem.

Como visto, a ética protestante foi fundamentada no ensino das Escrituras cristãs sobre o trabalho. Na verdade, pode-se dizer que houve um redescobrimiento de verdades bíblicas que estavam até então esquecidas ou que haviam sido mal interpretadas. A intenção dos reformadores nunca foi a de escrever tratados éticos ou sociológicos sobre o trabalho. Quando eles ensinaram sobre o tema, o fizeram a partir de uma análise dos textos bíblicos que tratam sobre o assunto. Suas compreensões sobre a importância social e econômica do trabalho estavam fundamentadas em pressupostos bíblicos e religiosos. Nesse sentido, observa-se a influência da religião sobre a vida cotidiana e sobre uma visão ética que estabelece padrões de comportamento social. Por meio da análise da ética protestante do trabalho foi possível avaliar como uma visão religiosa do mundo estabelece um *ethos* que traz implicações sociais e econômicas. Pois, a partir desses pressupostos religiosos surgiu uma nova mentalidade que determinava como o trabalho deveria ser realizado.

Além disso, a proposta dessa dissertação tem sido a de comprovar que os três conceitos éticos apresentados nessa pesquisa - o trabalho como vocação; o trabalho como serviço a Deus; o trabalho como serviço ao próximo - não são mera teoria sem nenhuma implicação prática. Tencionou-se demonstrar que esses conceitos podem ser aplicados no labor cotidiano dos trabalhadores, e que todos aqueles que aceitarem esses conceitos como válidos e verdadeiros, serão motivados a desenvolver suas vocações com dignidade, trabalhando com fidelidade e excelência a fim de melhor servir a sociedade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**, Volume III. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ÁLVAREZ, Eliseo Pérez. La Ética Calvinista. In: CERVARTES-ORTIZ, Leopoldo (Ed.). **Juan Calvino: su vida y obra a 500 años de su nacimiento**. Barcelona: CLIE, 2009. 292-328.

BARCLAY, Oliver. **Mente Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

BEEKE, Joel R. **Vivendo para a Glória de Deus**. São José dos Campos: Fiel, 2010.

BENTO. **Regra do glorioso Patriarca São Bento**. Tradução João Evangelista Enout. Rio de Janeiro: Lumen Crhisti, 1980.

BIÉLER, André. **O humanismo social de Calvino**. São Paulo: Oikoumene, 1970.

_____. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. São Paulo: Cultura Cristã, 1990.

_____. **A força oculta dos protestantes**. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

BOICE, James Montgomery. Teologia Reformada. In: SPROUL, R. C. **Bíblia de estudo de Genebra**. São Paulo: Cultura Cristã; Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 1555-1556.

BREVE CATECISMO DE WESTMINSTER. 6. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

BRINGE, Peter. **A filosofia cristã da alimentação**. Brasília: Monergismo, 2014, edição Kindle.

CALVINO, João. **Sermons on the epistle to the ephesians**. Carlisle: The Banner of Truth Trust, 1987.

_____. **Gálatas**. São Paulo: Parakletos, 1998a.

_____. **Pastorais**. São Paulo: Parakletos, 1998b.

CALVINO, João. **Institución de la religión cristiana**, Tomo 1. 5. ed. Rijswijk: FELIRE, 1999.

_____. **Romanos**. 2. ed. São Paulo: Parakletos, 2001.

_____. **1 Coríntios**. 2. ed. São Paulo: Parakletos, 2003.

_____. **Efésios**. São José dos Campos: Fiel, 2007a.

_____. **A Instituição da Religião Cristã**, Tomo 1. São Paulo: Unesp, 2007b.

_____. **A Instituição da Religião Cristã**, Tomo 2. São Paulo: Unesp, 2007c.

_____. **2 Coríntios**. São José dos Campos: Fiel, 2008a. (e-book).

_____. **A Verdadeira Vida Cristã**. São Paulo: Fonte Editorial, 2008b.

_____. **Colossenses**. São José dos Campos: Fiel, 2010. (e-book).

_____. **Hebreus**. São José dos Campos: Fiel, 2012. (e-book).

_____. **João Calvino**: uma coletânea de escritos. São Paulo: Vida Nova, 2017.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CARSON, D. A.; PIPER, John. **O pastor como mestre e o mestre como pastor**. São José dos Campos: Fiel, 2011.

CHEWNING, Richard C. O impacto de Calvino nos negócios. In: HALL, David W.; PADGETT Marvin (Orgs.). **Calvino e a cultura**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. 204-228.

COLSON, Charles; PEARCEY, Nancy. **O Cristão na Cultura de Hoje**. São Paulo: CPAD, 2006.

COSTA, Hermisten M. P. **Raízes da teologia contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

COSTA, Hermisten M. P. **João Calvino 500 anos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

_____. O Trabalho como Exercício Criativo e Alegre da Vocação de Deus – Fundamentos e implicações: uma aproximação reformada (1). **Ciências da Religião: história e sociedade**, São Paulo, v. 12, n.1, p. 168-202, jun. 2014.

CROTTS, John. **Homens Sábios**: a sabedoria dos Provérbios para homens. São José dos Campos: Fiel, 2013 (e-book).

DEWEESE, Garret J.; MORELAND, J. P. **Filosofia concisa**: uma introdução aos principais temas filosóficos. São Paulo: Vida Nova, 2011.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto: Porto Editora: 2003-2018. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tripálio>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História das Crenças e das Ideias Religiosas I**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FERREIRA, Franklin. **Servos de Deus**: espiritualidade e teologia na história da igreja. São José dos Campos: Fiel, 2013.

FOULKES, Francis. **Efébios**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEISLER, Norman L.; FEINBERG, Paul D. **Introdução à filosofia**: uma perspectiva cristã. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1996.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GONZÁLEZ. Justo L. **História ilustrada do cristianismo**: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados, volume 1. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GRIER, James. Filosofia calvinista. In: BEEKE, Joel R. **Vivendo para a Glória de Deus**. São José dos Campos: Fiel, 2010. 167-177.

GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. **A pobreza das nações**: uma solução sustentável. São Paulo: Vida Nova, 2016.

HALL, David W. **Calvino em praça pública**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

HALL, David W; BURTON, Matthew D. **Calvino e o comércio**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

HARRISON, Lawrence E. **The central liberal truth**: how politics can change a culture and save it from itself. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HENDRIKSEN, William. **Comentário al Nuevo Testamento**: Galátas. Grand Rapids: Libros Desafío, 1984.

_____. **Comentário do Novo Testamento**: Exposição de Efésios. São Paulo: Cultura Cristã, 1992.

HORTON, Michael Scott. **O cristão e a cultura**. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

JUNGHANS, Helmar. **Temas da teologia de Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

KELLER, Timothy; ALSDORF, Katherine Leary. **Como integrar fé e trabalho**: nossa profissão a serviço do reino de Deus. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KLUCK, Ted. Às Vezes, a Vida Pode Ser Maravilhosa: os evangélicos e a vocação. In: DEYOUNG, Kevin L. (Org.). **A Fé que Nos Foi Dada**. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. 128-138.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

LACUEVA, Francisco. **Dicionário teológico ilustrado**. Barcelona: CLIE, 2001.

LUTERO, Martinho. **Luther's Works**. Volume 2: Lectures on Genesis chapters 6-14. St. Louis: Concordia, 1960.

_____. **Pelo evangelho de Cristo**: obras selecionadas de momentos decisivos de reforma. Porto Alegre: Concórdia, 1984.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**. Volume 2: O programa da Reforma. Escritos de 1520. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989.

_____. **Obras selecionadas**. Volume 5: Ética: fundamentos, oração, sexualidade, educação, economia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995.

_____. **Martinho Lutero**: uma coletânea de escritos. São Paulo: Vida Nova, 2017.

McGRATH, Alister. **A vida de João Calvino**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

_____. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução à teologia cristã. São Paulo: Shedd, 2005.

_____. **A Revolução Protestante**. Brasília: Palavra, 2012.

_____. **O Pensamento da Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

McKIM, Donald K. **Grandes Temas da Tradição Reformada**. São Paulo: Pendão Real, 1999.

MEISTER, Mauro Fernando. Uma breve introdução ao estudo do pacto. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 3, n. 1, 1998. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_III_1998_1/uma_breve....pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

MOLTMANN, Jürgen. La Ética del Calvinismo. In: CERVARTES-ORTIZ, Leopoldo (Ed.). **Juan Calvino**: su vida y obra a 500 años de su nacimiento. Barcelona: CLIE, 2009. 259-269.

MONDIM, Battista. **O Homem, Quem é Ele?**: elementos de antropologia filosófica. 13.ed. São Paulo: Paulus, 2008.

NOLL, Mark A. **Momentos decisivos na história do cristianismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

OLASKY, Marvin. O Roteiro Secular no Reino de Deus: Calvino sobre o significado cristão da vida pública. In: PIPER, John; MATHIS, David (Orgs.). **Com Calvino no Teatro de Deus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. 79-91.

PLANTINGA, Cornelius. **O Crente no mundo de Deus**: uma visão cristã da fé, da educação e da vida. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

PENNINGS, Ray. Trabalhando para a Glória de Deus. In: BEEKE, Joel R. **Vivendo para a Glória de Deus**. São José dos Campos: Fiel, 2010. 367-378.

PERKINS, William. **A treatise of the vocations**: or callings of men, with the sorts and kinds of them, and the right use of them. On the wing, 2015. Disponível em: <http://www.onthewing.org/user/Perkins%20%20Treatise%20of%20the%20Vocations.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RYKEN, Leland. **Santos no mundo**: os puritanos como realmente eram. São José dos Campos: Fiel, 2013. (e-book).

SANCHÉZ, Adolfo Vázquez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, C. Gregg. Calvino y el orden social o Calvino como hombre de estado en el económico y en el social. In: HOOGSTRA, Jacob T. (Org.). **Juan Calvino, Profeta Contemporáneo**. Barcelona: CLIE, 1973. 231-246.

STOKER, H. G. Calvino y la ética. In: HOOGSTRA, Jacob T. (Org.). **Juan Calvino, Profeta Contemporáneo**. Barcelona: CLIE, 1973. 129-150.

TERRELL, Timothy D. Contribuições de Calvino para a teoria e a política econômicas. In: HALL, David W.; PADGETT Marvin (Orgs.). **Calvino e a cultura**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017. 85-109.

TRAEGER, Sebastian; GILBERT, Greg. **O Evangelho no Trabalho**: servindo Cristo em sua profissão com um novo propósito. São José dos Campos: Fiel, 2014.

TURRETINI, François. **Compêndio de Teologia Apologética**, Tomo 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

VAN TIL, Henry R. **O Conceito Calvinista de Cultura**. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

VEITH JUNIOR, Gene Edward. **Deus em Ação**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

WALLACE, Ronald S. **Calvino, Genebra e a Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.